



**Universidade Estadual de
Londrina**

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA, MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO**

CRISTINA VIVIAN GAVIOLI DE JESUS

**O PAPEL DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS
URBANOS DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO: JARDIM OLIMPICO -
LONDRINA/PR**

LONDRINA
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CRISTINA VIVIAN GAVIOLI DE JESUS

**O PAPEL DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS
URBANOS DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO: JARDIM OLIMPICO -
LONDRINA/PR**

Dissertação de Mestrado apresentada
junto ao Curso de Pós-Graduação em
Geografia, Meio Ambiente e
Desenvolvimento, da Universidade
Estadual de Londrina, para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Alice Yatiyo
Asari

Londrina
2008

CRISTINA VIVIAN GAVIOLI DE JESUS

**O PAPEL DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS
URBANOS DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO: JARDIM OLIMPICO -
LONDRINA/PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Geografia,
Meio Ambiente e Desenvolvimento, da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina

Profª. Drª Ruth Youko Tsukamoto.
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Londrina, _____ de _____ de 2008.

*Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega prá ficar
Tem gente que vai
Prá nunca mais (...)
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai, quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim chegar e partir (...)
São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem
Da partida (...)*

*Milton Nascimento / Fernando
Brant*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Alice Yatiyo Asari, pelo apoio, paciência e confiança a mim dispensada ao longo deste período de convivência.

Aos professores do Departamento de Geociências, da Universidade de Londrina – PR, que contribuíram para que realizasse um sonho, a realização do curso de pós-graduação.

Aos meus filhos Pedro e Isadora, que compreendam a ausência da mãe em alguns momentos de suas vidas.

Ao meu companheiro Rômulo, que nos momentos de fraqueza, desânimo me mostrou e me incentivou na continuação da pesquisa.

Aos meus pais, Lucidío e Terezinha, que mesmo distantes, sempre estiveram dispostos a colaborar no que fosse preciso.

Ao meu irmão Junior que colaborou de forma significativa na obtenção dos dados da pesquisa e no apoio na obtenção de dados em campo. E, não posso esquecer de minha irmã Lílian na digitação de alguns textos.

À população do Jardim Olímpico que colaborou com depoimentos e informações para a pesquisa de forma simpática.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram na realização desta pesquisa.

JESUS, Cristina Vivian Gavioli de. **O PAPEL DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO: JARDIM OLÍMPICO / LONDRINA/PR**, 2008. Dissertação. Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina.

RESUMO

As migrações acompanham a trajetória humana desde os primórdios da civilização. Os momentos históricos expressam a dinâmica populacional sobre o espaço, à construção e/ou reconstrução de novos lugares que foram planejados e desenvolvidos por ações humanas. São vários os fatores que condicionam populações a migrarem, que podem ser de ordem econômica, religiosa, étnica e política. Tais deslocamentos, a partir do desenvolvimento de um sistema capitalista, são o objeto da pesquisa que foi realizada no Jardim Olímpico, bairro localizado no oeste de Londrina. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Londrina (Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação) este ocupava parte do lote número 97 da Gleba Ribeirão Cafezal, de propriedade de Arrabal Empreendimentos Agropecuária e Loteamentos Sociedade Civil Ltda; o loteamento foi aprovado em 20/11/1979. Por meio de pesquisa realizada em campo foi possível averiguar a origem dos moradores do Jardim Olímpico. Foi através de processos migratórios que se formou a população do Jardim Olímpico. A organização espacial de uma cidade está intimamente relacionada ao processo de migração, produzidos num contexto de economia capitalista. Verificou-se que a origem dos moradores é em grande parte do próprio estado paranaense que após vários deslocamentos para prover suas necessidades, principalmente econômicas, encontraram no Jardim Olímpico condições para adquirir sua moradia própria.

Palavras-chave: migrações; Jardim Olímpico; origem dos moradores; economia capitalista.

JESUS, Cristina Vivian Gavioli de. **THE ROLE OF MIGRATION PROCESSES FOR THE CONSTRUCTION OF PARANA URBAN SPACES: A CASE STUDY: GARDEN OLIMPICO / LONDRINA / PR, 2008.** Dissertation. Master's in Geography, Environment and Development. Department of Geosciences. State University of Londrina.

ABSTRACT

Migrations accompany the trajectory since the early days of human civilization. The historic moments express population dynamics about the space, the construction and / or reconstruction of new posts that developed and planned actions humanities. There are several factors that affect the populations migrate, can be of economic order, religious, ethnic and politic. This displacements are the object of research that was done in the Olimpico Garden, located in the neighborhood west of the Londrina. According to the Municipality of Londrina (Department of Urban Planning, Works and Traffic) this occupied part of the lot number 97 of Gleba Ribeirão Cafezal, property Arrabal's Agricultural Development and Civil Society Blends Ltda; the division was approved in 20/11 / 1979. Through research done on the field were unable to ascertain the origin of the residents of the Olimpico Garden. It was through migration processes which formed the population of Olimpico Garden. The spatial organization of a city is closely related to the process of migration, produced in a context of the capitalist economy. It was found that the origin of living is largely the own state that after several shifts filled needs, especially economic, found in the Garden Olimpico able to acquire their own housing.

Keywords: migration; Olimpico Garden; origin of the residents; capitalist economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

MAPA 01	População Paranaense / 2007	37
MAPA 02	Subdivisão do Estado do Paraná nas Três Grandes Regiões que marcaram sua ocupação	40
MAPA 03	Mesorregiões Geográficas do Paraná	49
MAPA 04	Sudoeste do Paraná	57
MAPA 05	Mapa Norte do Paraná e sua Ocupação: Velho, Novo e Novíssimo	59
MAPA 06	Londrina no Estado do Paraná	71
MAPA 07:	Distribuição Espacial da Origem dos Moradores do Jardim Olímpico – Estado do Paraná	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	População por regiões da área urbana da sede do município de Londrina – 2000	112
Quadro 02	Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries – Matrículas, transferências recebidas e expedidas, alunos aprovados e reprovados zona urbana – Londrina / PR.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Gênero: moradores - Jardim Olímpico.....	113
Gráfico 02 Estado Civil.....	113
Gráfico 03 Alunos matriculados no decorrer dos períodos letivos na escola Municipal Nôemia Alaver Garcia Malanga: 1996 – 2004	115
Gráfico 04 Escolaridade	117
Gráfico 05 Ocupação dos moradores	118
Gráfico 06 Registro na CTPS	119
Gráfico 07 Renda familiar	120
Gráfico 08 Situação da moradia.....	120
Gráfico 09 Tipos de residência	121
Gráfico 10 Primeiro proprietário da residência	123
Gráfico 11 Quantidade de cômodos por residência	124
Gráfico 12 Número de crianças e adultos por residência	125
Gráfico 13 Bens que a família possui	126
Gráfico 14 Meios de transporte utilizados semanalmente	127
Gráfico 15 Meio de transporte mais utilizado semanalmente pelas pessoas que possuem algum tipo de veículo	128
Gráfico 16 Problemas no bairro apontados pela população	129
Gráfico 17 Locais de atendimento médico	130
Gráfico 18 Local onde os moradores realizam as suas compras	131
Gráfico 19 Moradores que possuem parentes na região	133
Gráfico 20 Informações sobre a localização do bairro antes da escolha como moradia	134

LISTA DE FOTOS

Foto 01 Localização do Jardim Olímpico em Londrina / PR	83
Foto 02 Plantação no quintal da residência	95
Foto 03 Plantação em terreno baldio.....	95
Foto 04 Imagem capturada por satélite do Jardim Olímpico em dezembro de 2007.....	107
Foto 05 Identificando as proximidades do Jardim Olímpico, Londrina / PR	108
Foto 06 Placa de identificação do Conjunto Habitacional João Turquino	109
Foto 07 Uso do Solo do Jardim Olímpico.....	110
Foto 08 Instituição Religiosa	111
Foto 09 Instituição Religiosa.	111
Foto 10 Instituição Religiosa	111
Foto 11 Instituição Religiosa	111
Foto 12 Instituição Religiosa.....	111
Foto 13 Instituição Religiosa.....	111
Foto 14 Instituição Religiosa.....	111
Foto 15 Instituição Religiosa.....	111
Foto 16 Tipos de Residências	122
Foto 17 Tipos de Residências	122
Foto 18 Tipos de Residências	122
Foto 19 Tipos de Residências	122
Foto 20 Tipos de Residências	122
Foto 21 Tipos de Residências	122
Foto 22 Tipos de Residências	122
Foto 23 Tipos de Residências	122
Foto 24 Tipos de Residências	122
Foto 25 Unidade Básica de Saúde do Jardim Maracanã	130
Foto 26 Comércio do Jardim Olímpico	132
Foto 27 Comércio do Jardim Olímpico.....	132
Foto 28 Comércio do Jardim Olímpico.....	132
Foto 29 Comércio do Jardim Olímpico.....	132
Foto 30 Comércio do Jardim Olímpico.....	132
Foto 31 Comércio do Jardim Olímpico.....	132

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Entrada de imigrantes no Brasil / 1872-1972.....	32
TABELA 2 - Saldos migratórios e taxas líquidas de migração no Paraná – 1940/1991	34
TABELA 3 – População rural e urbana residente no Paraná – 1940, 1950, 1960, 1978, 1980, 1991, 1996 e 2000.....	36
TABELA 4 – População residente estimada dos municípios paranaenses/2006..	38
TABELA 5 – Entrada de imigrantes no Paraná por década 1840-1960 / Dados parciais e oficiais	46
TABELA 6 – Evolução da população de Londrina	75
TABELA 7 – População do Jardim Olímpico: procedência dos moradores	92
TABELA 8 – Procedência dos moradores do Jardim Olímpico que realizaram deslocamentos no estado do Paraná	94
TABELA 9 – Origem dos moradores do Jardim Olímpico - Estado do Paraná	98
TABELA 10 – Procedência dos moradores do Jardim Olímpico - Município de Londrina	101
TABELA 11 – Procedência dos moradores do Jardim Olímpico - Zona Urbana de Londrina	103

SUMÁRIO

1 – Introdução	12
2 – O Pensar Teórico das Migrações: Principais Vertentes.....	16
3 – Processos de Migrações na Formação da População: Caso do Paraná	29
3.1 População Paranaense do Século XXI.....	37
3.2 Processo de Ocupação e Formação da População Paranaense.....	40
3.2.1 Paraná Antigo	42
3.2.2 Oeste do Paraná	49
3.2.3 Sudoeste do Paraná	54
3.2.4 Norte do Paraná: Ocupação	58
4 – O Processo de Ocupação e Desenvolvimento de Londrina	70
5 - Formação dos Bairros Periféricos de Londrinenses pelo Processo de Migração – Jardim Olímpico	82
5.1 População do Jardim Olímpico	88
5.2 Caracterização do bairro Jardim Olímpico	107
5.3 Características dos Moradores do Jardim Olímpico	112
Considerações Finais	135
Referências	140
Anexo	147

1. INTRODUÇÃO

Alvo de debates acadêmicos e políticos, a mobilidade populacional brasileira é resultado de transformações que ocorreram na formação e construção do território nacional, por isso muitas pesquisas e estudos são direcionados ao campo dos processos migratórios.

Não há dúvida de que a questão migratória, nos últimos tempos, tem tomado maior vulto, tanto na agenda de pesquisas e produção acadêmica dos estudiosos de população e áreas afins, como nos foros de discussão e nos meios de comunicação em geral. (PACHECO & PATARRA, 1997, p. 25)

As migrações acompanham a trajetória humana desde os seus primórdios, num primeiro momento em busca de alimentos e proteção, ou seja, em busca de melhores condições de sobrevivência em situações que possibilitassem a perpetuação de sua espécie.

Os momentos históricos expressam a dinâmica populacional sobre o espaço com a construção e/ou reconstrução de novos lugares para planejar e desenvolver ações humanas.

São vários os fatores que condicionam as populações a migrar, podem ser de ordem econômica, religiosa, étnica e política. Da mesma forma a rede social estabelecida pelo migrante, em algumas situações, irá nortear e direcionar a trajetória de grupos humanos.

As teorias de migrações que envolvem a pesquisa científica de vários grupos de pesquisadores em torno do eixo temático da mobilidade populacional serão averiguadas para a construção de um estudo populacional que tem nas migrações seu foco principal, sendo também imprescindível a compreensão da formação do espaço local relacionado com o fenômeno migratório.

Leituras de obras e publicações, que tem a mobilidade populacional como eixo principal de estudo, foram realizadas, seguida de trabalho de campo, para constatar e relacionar teoria e prática, atividade primordial da ciência geográfica.

A pesquisa procura colocar em evidência algumas discussões envolvendo a mobilidade populacional. A partir destas, dá-se ênfase à formação do bairro, como um reflexo econômico que atinge diretamente o social. A motivação para realizar este estudo decorre de um prévio conhecimento da área em questão, visto que já realizava atividade de docência com a população deste bairro, o que norteou o desenvolvimento da dissertação em foco.

O objetivo deste trabalho foi o de fazer uma análise da mobilidade populacional na construção do espaço urbano, tendo como objeto de estudo o bairro Jardim Olímpico, localizado na região oeste da cidade de Londrina – PR. De modo específico, buscou-se fazer um resgate da área objeto de estudo, para o conhecimento de sua origem relacionado com o recorte espacial maior, ou seja, entender o ambiente no contexto urbano, partindo das colocações teóricas para se chegar até a realidade londrinense, trabalhando-se assim num caminho que vai do geral para o particular, relacionando o empírico e o teórico.

Definida a metodologia da organização e planejamento do levantamento de campo, realizou-se entrevistas com os moradores da área em estudo a fim de traçar um perfil desta população. A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados aos indivíduos selecionados para a amostra, num total de

246 (duzentos e quarenta e seis indivíduos). Procurou-se priorizar a trajetória de vida dessa amostra. Por se tratar de variáveis heterogêneas optou-se pela amostragem estratificada sistemática, ou seja, através dos dados coletados buscou-se analisar as diferentes variáveis (gênero, moradia, escolaridade e outros), traçando assim o perfil da população em estudo.

Pretendeu-se utilizar uma linha de pesquisa que partiu do geral para o particular, ou seja, o ponto de partida foi um levantamento das várias teorias que analisam as migrações populacionais; a partir de então compreender como o estado do Paraná se consolidou através dos deslocamentos populacionais até se chegar ao Jardim Olímpico. A escolha da metodologia que norteou a pesquisa foi de suma importância, pois:

A opção metodológica fornece ao pesquisador a adesão a uma lógica (formal, dialética, matemática, etc). Fornece também respostas para as questões gnosiológicas: postura frente ao real, frente ao próprio conhecimento, concepção de movimento, etc. Fornece ainda uma visão histórica (harmônica, linear, cumulativa, contraditória, etc). A opção do método pode trazer uma teoria da sociedade ou da natureza, que se sobreponha às abordagens particulares de cada ciência. (...) Enfim, o método faz a ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produção historicamente acumulada, deixando claro o caráter oficial da atividade científica. (MORAES & COSTA, 1984, p. 32)

A escolha da metodologia na realização da pesquisa tornou possível a ligação entre o empírico e o teórico, o constatado e o conhecimento acumulado historicamente, o conhecimento científico.

A dissertação está estruturada em capítulos, que abordam as questões pertinentes aos objetivos do trabalho: as correntes teóricas que abordam as questões migratórias, o processo migratório no Paraná, em Londrina e no bairro Jardim Olímpico.

Num primeiro momento as correntes teóricas que analisam o estudo das migrações populacionais são apresentadas a fim de que se tenha uma melhor compreensão da problemática da mobilidade populacional.

No segundo capítulo, realizou-se um estudo da influência dos movimentos migratórios em diferentes regiões do estado do Paraná, os grupos humanos de distintas nacionalidades, que contribuíram para a ocupação e o desenvolvimento do território paranaense e os principais motivos dos deslocamentos desses migrantes ao Paraná, principalmente para o Norte Novo, onde se localiza a área em estudo.

No terceiro capítulo focalizou-se Londrina, seu processo de formação e desenvolvimento, os principais deslocamentos populacionais que se direcionaram rumo a essa localidade, ou seja, os fluxos migratórios em direção a Londrina e aos seus bairros, no caso, ao Jardim Olímpico. Para compreender os motivos que fizeram com que os habitantes do Jardim Olímpico se alojassem neste determinado espaço da cidade de Londrina, foi preciso, também, recorrer ao processo de formação e ocupação do estado do Paraná, os principais movimentos migratórios que se direcionaram, em diferentes períodos históricos, a este Estado.

Com este trabalho, tentou-se por em evidência o papel das migrações na formação do espaço urbano. A formação do estado do Paraná deve-se a contribuição dos migrantes, assim como, Londrina, representada nesta pesquisa pelo Jardim Olímpico.

2. O PENSAR TEÓRICO DAS MIGRAÇÕES: PRINCIPAIS VERTENTES

Os estudos dos processos migratórios se dão de inúmeras formas em diferentes partes do mundo, realizados por pessoas com interesses os mais variados (desde jornalistas, políticos até cientistas sociais), o que explica o caráter multidisciplinar que abrange suas pesquisas.

Dentre os diversos campos de conhecimento academicamente consagrados, o dos estudos migratórios é sem dúvida um dos que mais convida à participação de profissionais de diversas formações e de diferenciados focos de interesse disciplinar. E também um dos que mais desafios oferece para a investigação voltada à atuação. (PÓVOA-NETO & FERREIRA, 2005, p.09)

A ciência geográfica tem desenvolvido estudos migratórios, pois segundo RUA (1997, p.64), “para a Geografia, estas novas características do processo migratório revestem-se de especial importância, pois delas resultam novos desenhos espaciais”, ou seja, relacionando população e território, analisando de forma sistemática as conseqüências e as origens destes processos, a importância destes estudos pode ser explicada quando:

Entendemos os estudos migratórios como um campo de investigação científica que indaga sobre os movimentos espaciais da população, no passado e no presente, qualificando e quantificando as regularidades encontradas, relacionando tais processos à formação de identidades e subjetividades e procurando extrair conseqüências em termos de formas de intervenção, estatal ou não, com vistas ao contexto social mais amplo. (PÓVOA-NETO & FERREIRA, 2005, p.10).

Sobre o histórico dos processos migratórios, em sua obra, Vainer (2005), comenta sobre o relatório de Divisão da População da ONU, sobre políticas migratórias internacionais, publicado em 1998. Para o referido autor, os relatórios são meramente quantitativos, minimizando as questões migratórias, no caso, os conflitos na fronteira entre os Estados Unidos e o México possuem explicações superficiais, pouco explicativas, tornando-as banais frente aos problemas econômicos, sociais e culturais ali existentes, ou seja, não levam em conta o

contexto histórico, comparam os deslocamentos atuais como se fossem semelhantes aos deslocamentos humanos do período pré-histórico.

No primeiro começo, é como se as migrações houvessem tido início com o nomadismo dos primeiros caçadores e coletores – esses seriam os bisavôs dos migrantes modernos (...). Em outros termos, o que estão nos dizendo é que esses caçadores e coletores nômades, como nossos mexicanos que vão tentar ultrapassar o Rio Grande, estavam buscando melhorar a sua vida (...) só faltava dizer que eles procuravam um emprego para melhorar o nível de consumo e de renda! (VAINER, 2005, p. 257).

Os movimentos migratórios tornaram-se objeto de inúmeras pesquisas. No Brasil, seus estudos são complexos, pois há falhas na obtenção de dados que auxiliam na compreensão do desenvolvimento dos fatores que desencadeiam a mobilidade populacional. Rua (2005) apresenta dois motivos principais que demonstram a fragilidade nos estudos migratórios brasileiros, o primeiro de ordem conceitual, que não considera o trajeto de vida do migrante, o outro, também, de ordem conceitual, apresenta equívocos no que diz respeito à população urbana.

No Brasil, onde as estatísticas ainda não são tão completas, há grandes dificuldades para se analisar as migrações, mesmo em termos numéricos. Em primeiro lugar porque o IBGE considera migrante “o indivíduo que tendo nascido ou residido anteriormente num município foi recenseado em outro.” Ora, essa conceituação não considera migrante o indivíduo que se muda da zona rural para a urbana dentro de um mesmo município; também ao levar em consideração apenas a última mudança, não considera o passado migratório. (...) Em segundo lugar, ao se analisar o êxodo rural como movimento migratório, deve-se lembrar qual o conceito de população rural e urbana, no Brasil (...). Assim são consideradas urbanas populações residentes em pequenos aglomerados sem a menor qualificação em serviços e de população predominantemente ligada a atividades rurais. Maximiza-se assim a forte urbanização brasileira. (RUA, 2005, p.177)

Uma característica da mobilidade populacional de países menos desenvolvidos está relacionada a questões básicas, como alimentação e trabalho, que norteiam os principais fluxos migratórios, como afirma Gaudemar (1977), em defesa e opção por essa teoria da migração:

Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista da mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada. O discurso econômico serve de verniz para demonstrar, quer a inevitabilidade do fenômeno, quer a existência de vantagens individuais ou coletivas que teoricamente ele deve apresentar. O meu texto desmonta assim o discurso econômico e portanto as estratégias que ele funda. Isto é, eu ponho em jogo realmente a mobilidade do trabalho: o uso capitalista das disponibilidades dos homens, da docilidade (Foucault) dos seus corpos. (GAUDEMAR, 1977, p. 17)

Nessa perspectiva, os movimentos populacionais são direcionados por uma economia capitalista, em contrapartida, segundo Gaudemar (1977), há os movimentos de resistência a essa migração forçada, representados pelas lutas populares, ou seja, uma contra-estratégia a mobilidade forçada.

Em países como o Brasil, produzem-se deslocamentos seja transferindo mão-de-obra do campo para a cidade, para obter excedente de força de trabalho para as indústrias, seja para concentrar terras nas mãos dos latifundiários capitalistas (venda das pequenas propriedades rurais para os grandes proprietários), que detém maior parte das terras do Brasil¹. Gaudemar(1977) deixa claro a intenção dos governos e dos capitalistas nos deslocamentos populacionais, de acordo com a mobilidade do trabalho:

Quanto aos objetivos visados, são três explicitamente definidos pelo governo e pelo patronato: mobilizar a mão-de-obra, dinamizá-la, saber reconvertê-la. Estes objetivos convergem todos para uma mesma política: encorajar e desenvolver a mobilidade, dominando-a. (...) Só interessam ao capital aquelas que asseguram a sua valorização, quer correspondam a uma intensificação ou a uma produtivização acrescidas, do trabalho, quer se dirijam para os espaços da polarização capitalistas próprios para os absorver. (GAUDEMAR, 1977, p. 19)

De forma sintética e esclarecedora Camara (1988, p.115) define a questão migratória no Brasil:

1 - Sobre a questão de terras no Brasil é preciso compreender a origem da estrutura fundiária do país e à modernização da agricultura brasileira, que contribuíram para a concentração de terras neste espaço. Oliveira (2001) esclarece: “Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária do Brasil, ou seja, a forma de distribuição e o acesso à terra, verifica-se que desde o período colonial essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois as sesmarias. Estas estão na origem de grande parte dos latifúndios do país. São frutos da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte”. (OLIVEIRA, 2001, p. 481)

As pesquisas desenvolvidas no país no campo migratório são de caráter antropológico, sócio-econômico e demográfico e em sua maioria se enquadram dentro da teoria tradicional e realmente não estão preocupadas com as origens dos movimentos e o porquê de sua intensidade e persistência. Preocupam-se com o equilíbrio entre o setor rural e urbano, o que é reforçado em alguns autores via sugestão de políticas governamentais que visem a redução dos diferenciais regionais e de renda. Isto é, preocupam-se com as conseqüências do movimento para o equilíbrio do sistema e não com os movimentos migratórios em si. (CAMARA, 1988, p.115)

Nota-se que vários estudiosos que se preocuparam com as questões relativas aos processos migratórios no Brasil; em sua obra, Câmara (1988) analisa as duas vertentes teóricas que se preocupam em explicar a migração: a vertente da modernização e a vertente histórico-estrutural, que serão discutidas nos próximos parágrafos.

A primeira vertente, da modernização é baseada em algumas experiências européias, quando encontra no processo de industrialização o principal fenômeno de atração para as cidades, assim como na Primeira Revolução Industrial. De acordo com esta teoria a migração é um ato individual; o indivíduo tem a liberdade para se deslocar em busca de melhorias; Camara (1988) define que o ato de migrar, para essa corrente, é desvinculado do desenvolvimento econômico.

Nos marcos teóricos da modernização conceitua-se desenvolvimento econômico e social como passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna. O processo desenvolve-se em três etapas: a sociedade tradicional predominantemente agrária estabelecida; o início da desintegração da sociedade tradicional; a constituição de sociedades dualistas e a mobilização social das massas. (...) Adquirem importância no enfoque modernizante o ritmo e a seqüência do processo de transformação, o que se traduz em uma limitação à capacidade da teoria para explicar a complexidade do fenômeno investigado. (CAMARA, 1988, p.110)

Segundo a corrente da modernização, uma ruptura na estrutura econômica existente acarretará numa mobilização social das massas. Vários teóricos são adeptos desta teoria, como: Ravenstein, Lee, Sjaastad, Todaro, Harris, Stark, citados por Câmara (1988). Muniz (2002) apresenta uma das teorias mais citadas, elaborada no século XIX:

Um dos primeiros autores a formalizar uma teoria para explicar e caracterizar os movimentos migratórios foi RAVENSTEIN em 1885. Em seu estudo sobre as migrações internas na Grã-Bretanha o autor enumera uma série de leis empíricas da migração para generalizar o processo de deslocamento populacional, levando em conta variáveis como distância, tecnologia, sexo, condição econômica e outras. (...) Para Ravenstein, antes de alcançarem as grandes cidades, as pessoas, normalmente originadas de áreas rurais, passavam por cidades de pequeno e médio porte, caracterizando assim a chamada migração por estágios ou em cadeia. (...) Além disso, o autor também reflete sobre a existência de “correntes e contracorrentes migratórias”. Segundo ele, os fluxos migratórios seriam caracterizados pela existência de movimentos populacionais de ida e vinda, ou seja, para todo grupo de migrantes que se deslocasse em determinada direção (corrente) deveria existir um movimento na direção contrária e de menor intensidade (contracorrente), que poderia ser representado pelo grupo dos chamados migrantes de retorno. (MUNIZ, 2002, p.5)

Em suas pesquisas, Muniz (2002), esclarece que Ravenstein procurava elucidar as razões que determinaram o deslocamento da mão-de-obra para os centros industriais e comerciais ingleses no final do século passado. Revelou que as pessoas naturais das cidades migram menos que os de regiões rurais, as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem principalmente para grandes centros industriais e comerciais, as mulheres migram mais que os homens, porém a distâncias menores. Para cada corrente migratória principal há um refluxo, a um processo de dispersão corresponde um de absorção de características semelhantes e os diferenciais rural-urbanos são os principais fatores que influenciam a propensão a migrar. Ou seja:

As leis de migração propostas por Ravenstein significam, na verdade, a necessidade do capitalismo em expansão poder contar com uma população trabalhadora, disponível ou potencial, capaz de responder prontamente aos requisitos dinâmicos do sistema produtivo. Assim, a liberação do trabalhador dos meios de produção e a venda de sua força de trabalho livre, a serviço do capital, constituíam condições indispensáveis a essa expansão. (PACHECO & PATARRA, 1997, p. 31)

A migração significa mudança permanente ou semi-permanente de residência, sem limite de distância ou da voluntariedade do ato. O volume das migrações varia de acordo com a economia desenvolvida na região, estando

relacionado com as diferenças regionais, rurais e urbanas; as migrações têm caráter seletivo, e, os migrantes respondem a fatores positivos e negativos. Este pensamento neoclássico² (base da vertente da modernização), sugere um mundo de equilíbrio e de compensações, considerando o migrante, o centro de suas análises, um ser racional que procura maximizar sua satisfação de ordem econômica ou de ordem psicológica. Isto de acordo com Lee, apud Câmara (1988), outro adepto da vertente da modernização. Patarra e Pacheco confirmam:

É, sem dúvida, a Lee, que devemos os termos fatores de atração e fatores de expulsão, tão comumente utilizados até hoje, na literatura especializada e nos meios de comunicação em geral. O processo de decisão é seletivo, produzindo correntes e contracorrentes diferenciadas por níveis de escolarização, idade, sexo, categoria ocupacional, entre outras dimensões. (PACHECO & PATARRA, 1997, p.36)

Assim, as migrações, para a concepção neoclássica :

(...) não tem uma expressão apenas demográfica, mas principalmente econômica, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico. O migrante significa, segundo tal abordagem, um portador de trabalho, fator produtivo que, em combinações adequadas com a terra e o capital, apresenta interesses para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço pode ser tido, para os neoclássicos, como equilibrado ou desequilibrado, conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado ótimo. (PÓVOA-NETO, 1997, p.15)

A migração é uma atividade na qual os investimentos adicionais em capital humano adquirem grande significado, pois envolve somente fatores econômicos e financeiros, apenas descrevendo os movimentos sob o ângulo da teoria do capital humano. Em países de capitalismo avançado, este estudo era viável, já em países do Terceiro Mundo era insuficiente. Sjaastad, outro pesquisador

² Para os economistas Sbicca & Pelaez, o pensamento neoclássico busca explicar os fenômenos econômicos através do comportamento dos agentes e por isso o individualismo metodológico é base para a teoria. No pensamento neoclássico as motivações e a personalidade são concebidas como independentes de relações sociais. (SBICCA, Adriana. PELAEZ, Victor. Do Individualismo Metodológico à "Racionalidade Coletiva". Disponível em:<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos>. Acesso em: 02/01/08

da vertente da modernização, citado por Câmara (1988), defendia esta teoria meramente econômica para analisar os processos migratórios:

Com um enfoque mais econômico, Schultz (1962) e Sjaastad (1962) consideram a migração interna como resultante de uma análise, sempre no plano do indivíduo, de custos (incluindo custos psicológicos) e benefícios da decisão de migrar. (PACHECO & PATARRA, 1987, p.37)

Outro teórico da vertente da modernização, segundo Câmara (1988), foi Todaro, que formulou um modelo econômico do comportamento da migração rural-urbana e analisava a probabilidade do indivíduo encontrar emprego no setor urbano. Salientou em seus estudos as implicações potenciais da massa crescente de desempregados resultante de questões políticas, econômicas e sociais.

Todaro, segundo Muniz (2002, p.11), se une com outro teórico para reformular seu modelo migratório:

TODARO sugeriu a adoção de uma equação de retorno líquido esperado da migração que levasse em consideração não apenas os salários médios no meio urbano, mas também a probabilidade de se estar empregado nesse meio. De acordo com Todaro, se a taxa de desemprego no meio urbano fosse muito elevada, a diferença entre os salários urbano e rural não seria suficiente para incentivar a migração. Em abordagem semelhante, Todaro reformula seu modelo juntamente com Harris para agregar a ele a noção de que o equilíbrio inter-regional no mercado de trabalho seria subótimo. No ponto ótimo de produção todos os indivíduos estariam empregados e as produtividades marginais no meio urbano e rural seriam iguais. Entretanto, de acordo com o modelo, as produtividades marginais do campo e da cidade sempre seriam superiores às exigidas para se alcançar o equilíbrio, e portanto, as produtividades marginais nunca se igualariam, provocando assim a existência constante de um contingente de trabalhadores desempregados. (MUNIZ, 2002, p. 11)

Pacheco e Patarra (1997) caracterizam os estudos migratórios de Todaro como descritivos, com grande preocupação com a quantificação dos movimentos migratórios, generalizando-os:

Todaro (1969), por exemplo, utiliza, em seu modelo, o termo explicação no sentido estatístico, sendo a quantidade dessa

explicação alcançada em termos do percentual de variância na migração, enquanto variável dependente, através de um modelo de regressão que envolve diversas variáveis independentes. (PACHECO & PATARRA, 1997, p. 36)

Câmara (1988), salienta a preocupação de Todaro & Harris na busca de modelo mais eficiente para compreender as migrações, pois:

(...) desenvolveram um modelo de dois setores de migração rural-urbana, cujo principal determinante era o salário mínimo institucionalmente determinado, como normalmente se observa nos países de Terceiro Mundo. (...) No modelo de Todaro & Harris, a migração é uma resposta às diferenças de renda real e da rural-urbana e à taxa de desemprego. (...) A absorção de mão-de-obra ocorre em duas etapas: primeiramente no setor tradicional urbano e posteriormente no setor urbano moderno. (CAMARA, 1988, p.110)

Dentre os principais estudiosos dos processos migratórios, recentemente, no Brasil pode-se destacar Rua e Póvoa-Neto, que trazem em suas obras críticas a vertente neoclássica. Rua (1997, p.60) e Póvoa-Neto (1997, p.16), consideram a visão neoclássica incapaz de explicar os fenômenos migratórios, pois não leva em consideração o caráter histórico das migrações:

Tradicionalmente, utilizando essa visão neoclássica liberal, tem se explicado esta mobilidade da mão-de-obra, como o direito individual de ir e vir, como uma liberdade exercida por indivíduos livres. As migrações seriam um mecanismo de ajuste destinado a eliminar os desequilíbrios entre as regiões ou os setores econômicos onde haja excedentes de mão-de-obra e aqueles onde haja falta. Seriam fluxos entre áreas. Frutos das diferenças entre elas, as migrações conduziriam à eliminação dessas diferenças, ou seja, as migrações seriam resultado dos desequilíbrios sócio-econômicos no espaço e, ao mesmo tempo, atuariam como fator de correção desses desequilíbrios. (RUA, 1997, p.60 apud VAINER, 1996, p. 60)

Rua afirma que a visão clássica e neo-clássica direcionam para um estudo em que os deslocamentos populacionais servem apenas para equilibrar as diferenças entre as regiões, sendo também um direito individual. Póvoa-Neto confirma a crítica realizada por Rua:

A hipótese da mobilidade perfeita do trabalho significa, para clássicos e neoclássicos, um ponto de partida para a análise dos movimentos migratórios. Ponto de partida que tem duas faces: expressa tanto um diagnóstico quanto à natureza das migrações quanto um objetivo a ser perseguido com a eliminação de obstáculos à mobilidade porventura existentes. Trata-se, portanto, de hipótese que conduz

necessariamente a um encaminhamento político da questão migratória. (...) Adotar a concepção neoclássica implica, em desconsiderar a dimensão histórica das migrações. (PÓVOA-NETO, 1997, p.16)

A segunda vertente sobre os estudos migratórios é a histórica-estrutural. A migração no enfoque histórico-estrutural enfatiza a reconstrução do quadro histórico estrutural no qual ocorrem os processos migratórios e dentro do qual deve ser analisado e compreendido o processo de migração, de industrialização e urbanização. Os teóricos desta teoria, de acordo com Câmara (1988), são: Engels (analisa as condições de vida dos imigrantes irlandeses na Inglaterra na segunda metade do século XIX e o efeito depressivo nos salários dos trabalhadores ingleses, que se reflete nas péssimas condições de irlandeses); Oliveira & Stern (buscavam as raízes dos grandes movimentos migratórios latino-americanos), Singer (relata a profunda alteração da divisão social do trabalho que ocorre a partir do processo de industrialização na América Latina), Gonzáles & Bastos (acreditam que o tipo de migrante que predomina no Brasil é o volante), Munhoz & Oliveira. (analisa a tônica das migrações internas da América Latina a partir da década de 60 do setor rural para o urbano).

Rua analisa a vertente histórico-estrutural, ressaltando o grande elo existente entre o trabalhador e o capital expresso nesta vertente, afim de explicar os movimentos migratórios:

Nessa visão deve-se enfatizar que a saída de uma região é fruto de conflitos resultantes de um antagonismo entre o capital e o trabalhador, conflitos que se reproduzem nos locais de chegada, já que são inerentes ao próprio capitalismo. (...) A idéia de migrações espontâneas é fortemente combatida, enfatizando-se o direcionamento dos fluxos de acordo com as necessidades do modelo econômico responsável pelas determinações estruturais. (RUA, 1997, p.61)

Na vertente histórico-estrutural os processos migratórios são analisados levando em consideração os aspectos históricos que desencadearam determinados fluxos migratórios. Nesta corrente, pode-se tratar migração como:

(...) qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de

mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo. (SINGER, 1998, p. 29)

De acordo com a citação anterior é possível perceber que a vertente histórico-estrutural realiza uma análise conjuntural dos fenômenos, reconhecendo assim, o caráter histórico das migrações. A contribuição de Singer nos estudos migratórios pode ser destacada por Pacheco e Patarra:

Seu enfoque procurou, de saída, afastar a dimensão psicológica como fator explicativo, inserindo o movimento no processo de transformação global da sociedade; embora presente, o elemento motivação é circunscrito a partir de uma situação social gerada por fatores de estagnação ou fatores de mudança nas áreas de origem dos fluxos migratórios. Nessa perspectiva, o que estava em questão era a mudança da estrutura social e a absorção ou não dos excedentes populacionais tão temidos na versão neoclássica da economia, situando seu enfoque como alternativo à visão neomalthusiana preponderante. (PACHECO & PATARRA, 1997, p. 39)

Para a Geografia, esta vertente é viável no desenvolvimento de pesquisas compatibilizando os níveis macro e micro, possibilitando correlacionar os fatos da área em estudo com a região na qual está inserida:

Fenômeno social, o que permite a sua compreensão junto aos demais processos da sociedade. Do ponto de vista da operacionalização, por outro lado, desvaloriza-se a realização de inquéritos junto a migrantes, já que os indivíduos, apesar de serem fonte de informação, não trazem em si a explicação dos processos vivenciados. A compatibilização entre níveis macro e micro da pesquisa é, nesse caso, uma dificuldade básica para o pesquisador que adota o enfoque histórico-estrutural. (PÓVOA-NETO, 1997, p.15)

Desta forma, apesar das dificuldades em conciliar o geral e o particular buscou-se realizar a relação, nesta pesquisa, entre a área em estudo, no caso Jardim Olímpico, com a cidade de Londrina, o estado do Paraná e o Brasil, averiguando quais os fatores referentes ao processo migratório comuns entre estes espaços. Póvoa-Neto (1997) ressalta ainda que:

A difícil questão da compatibilização do enfoque socialmente contextualizado com a análise da motivação individual do migrante permanece como um desafio para o geógrafo. Este se encontra

muitas vezes dividido entre, por um lado o inquérito, a observação, o trabalho de campo e, por outro lado, o entendimento dos processos sociais segundo perspectiva mais ampla. (PÓVOA-NETO, 1997, p.18)

Vainer (2005) faz um paralelo entre estas duas vertentes, denominadas de abordagens, que tratam das migrações, a da modernização ou neoclássica e a histórico-estrutural, ressaltando as principais diferenças entre elas e um ponto, em que ambas convergem:

Apresentamos, ainda que rapidamente, os fundamentos de duas abordagens absolutamente polares: na primeira, o indivíduo aparece exercitando plena e absolutamente a sua liberdade; na segunda, o capital é o único detentor de liberdade e o indivíduo aparece apenas como executor inexorável da necessidade da estrutura. Apesar de estarmos diante de dois universos teóricos opostos, penso ser possível identificar pelo menos uma convergência que julgo importante destacar. Num caso como no outro, o espaço de deslocamento e de localização de populações é um espaço econômico, em que vigem: a) no modelo neoclássico, a racionalidade econômica do indivíduo hedonista, homo economicus à busca da maximização dos ganhos; b) no modelo estrutural, a lógica da estrutura, com suas leis de acumulação e desenvolvimento desigual do espaço. (VAINER, 2005, p.265).

Essa citação esclarece que as duas vertentes, a neoclássica e a histórico-estrutural, consideram o espaço econômico para os possíveis deslocamentos e localização das populações.

Há uma terceira vertente que se preocupa com as pesquisas migratórias; de acordo com Póvoa-Neto, esta vertente baseia-se principalmente na teoria marxista do trabalho, propondo um enfoque baseado no conceito de mobilidade do trabalho. O processo migratório, de acordo com esta vertente, é fruto do capitalismo, ou seja, um instrumento a serviço do capital:

O Capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade dos deslocamentos à busca de trabalho (...) A migração não é pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se as solicitações do sistema econômico. Ela configura, em suas diversas modalidades, a existência de organizações sócio-espaciais específicas. (...) (PÓVOA-NETO, 1997, p.19)

Com base no processo contraditório entre trabalhador e capital, a vertente da mobilidade do trabalho, propõe, segundo Póvoa-Neto (1997, p.69), “uma maior atenção às continuidades e descontinuidades históricas das políticas migratórias que tem sido propostas e efetivadas no Brasil.”

Para Gaudemar a mobilidade do trabalho possui o seguinte significado:

A mobilidade do trabalho pode ser aqui entendida tanto como mobilidade dos homens (capitais humanos) quanto como mobilidade dos seus serviços (dos seus trabalhos), se pelo menos se respeitar a terminologia walrasiana³. Sendo mobilidade dos homens, ela portanto é mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (migrações, formações profissionais). (GAUDEMAR, 1977, p.114)

Póvoa-Neto (1997) deixa claro em sua obra, que a terceira vertente, da mobilidade do trabalho, traz uma hipótese que conduz a uma política migratória:

O enfoque da mobilidade do trabalho permite ainda uma maior atenção às continuidades e descontinuidades históricas das políticas migratórias que tem sido propostas e incentivadas no Brasil. A história social brasileira (como a de outros países) pode ser lida, com grande proveito, à luz das iniciativas oficiais no sentido de direcionar, estimular, conter e monitorar fluxos migratórios. Outras iniciativas, menos explícitas quanto a migração, mas igualmente passíveis de serem incluídas no campo da política migratória podem ser as políticas de colonização e ocupação de fronteiras, as de urbanização, as de desenvolvimento regional e as de implantação de grandes projetos hidroelétricos. (PÓVOA-NETO, 1997, p. 21)

Tendo em vista as considerações apresentadas, cita-se Vainer (2005), que tem criticado a pouca importância dada aos estudos teóricos das migrações, que não tem conseguido explicar os deslocamentos compulsórios atuais:

Definitivamente, não estamos nem no espaço da racionalidade econômica e do mercado livre de localizações, nem no espaço das estruturas, mas no espaço do exercício da razão de estado, no espaço da política e do poder. (...) Dez milhões de deslocados compulsórios pelos projetos de desenvolvimento a cada ano, milhões

³ De Walras, que elaborou premissas de uma teoria de mobilidade de trabalho estranhamente próxima de seus predecessores, os fisiocratas. Retira de sua teoria qualquer base ontológica, dela fazendo o produto dos princípios de raridade e de livre concorrência. (Gaudemar, 1977, p. 114)

de pessoas impedidas de ingressar em determinados países, outros tantos deportados por imposição de leis discriminatórias, eis os números cuja ordem de grandeza revelam o tamanho do ponto cego – melhor seria dizer mancha cega – das teorias migratórias correntes. (VAINER, 2005, p.270).

Nota-se ainda que a compreensão das vertentes migratórias foi de suma importância na elaboração da redação desta pesquisa e que tem como meta um compromisso social, como relatada por Póvoa-Neto (1997):

Cabe, a Geografia e às demais ciências sociais, continuar atentando para o vínculo entre dinâmica populacional e processos gerais de desenvolvimento. A crise do modelo analítico que tratava de grandes movimentos populacionais, com áreas de origem e destino definidas e seguindo mecanismo de expulsão e atração redutíveis às solicitações do mercado de trabalho, não impede a consideração dos contextos sociais da migração. Nas múltiplas formas que ela assume e segundo as diversas perspectivas teóricas que buscam apreendê-la, a migração permanece como indicador privilegiado da dinâmica mais geral da sociedade. (PÓVOA-NETO, 1997, p. 22):

Há que se ressaltar que as vertentes citadas neste capítulo, a vertente da Modernização ou Neoclássica, a vertente Histórico-estrutural e a vertente da Mobilidade do trabalho, enfocam a questão migratória, expressam as diversas metodologias e complexidades que permeiam os estudos dessa temática.

Em seqüência, as migrações para o estado do Paraná e suas conseqüências na configuração espacial do território paranaense foram abordadas, buscando-se correlacioná-las com a vertente histórico-estrutural e da mobilidade do trabalho.

3. PROCESSOS DE MIGRAÇÕES NA FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO: CASO DO PARANÁ

Para compreender como a população do Jardim Olímpico foi formada de acordo com os processos migratórios, fez-se necessário um estudo do estado e do país no qual esta inserida a área de pesquisa, a evolução histórica, a ocupação e as políticas migratórias.

Neste trabalho abordou-se a questão das migrações, que exerce papel fundamental nos estudos populacionais. A seguinte citação elucida a importância da migração nos fenômenos populacionais:

Ao estudar a população costuma-se enfatizar três dimensões: o crescimento, a estrutura e as migrações. Estes aspectos da Geografia da População vão constituir as três unidades básicas de nosso estudo e somente as separaremos para efeitos didáticos. Na realidade são extremamente interligados e interagentes. (RUA, 2005, p. 150)

Em suma, a população brasileira foi formada por várias nacionalidades que vieram como migrantes para o Brasil à procura de terras e trabalho, incentivados por companhias privadas e pelo próprio governo, dos países de saída e de entrada dos migrantes, que tinha como objetivo ocupar e garantir a posse da terra, e, constituir-se em mão-de-obra para as áreas rurais.

Ao final de alguns anos o Estado brasileiro havia conseguido conduzir a transição ao trabalho livre através de uma dispendiosa, sistemática e complexa intervenção que envolvia a propaganda, recrutamento, embarque, acolhida e distribuição de migrantes. E assim constituiu-se o exército de trabalhadores aptos que viabilizaram tanto a continuação da expansão cafeeira quanto ao primeiro surto urbano-industrial do país. (VAINER, 2000, p. 18)

No Brasil Colonial utilizou-se a mão-de-obra escrava negra. Houve uma migração intensa de africanos para o Brasil, constituindo as migrações forçadas, que trouxe mudanças no total de habitantes do Brasil, como cita Reis (2001):

De 1500 a 1800 a importação cumulativa de escravos representou cerca de 70 por cento do crescimento populacional e, de 1800 a 1850, cifra correspondente seria da ordem de 40 por cento. Para o Século XIX, as estatísticas censitárias permitem melhor apreciação da importância econômica da escravidão. No Censo de 1819, em média cada pessoa livre possuía 0,44 escravos, cifra essa que atingia 0,69 no Centro Oeste. Para se apreciar a importância dos escravos para o emprego e a produção, deve-se ter em mente que a população escrava estava concentrada na zona rural, no sexo masculino e nas faixas de idade economicamente ativa. (REIS, 2001, p. 01,)

Após a Abolição da Escravatura, o governo brasileiro priorizou políticas populacionais que garantissem mão-de-obra para as lavouras, visto que a mão-de-obra escrava não poderia ser mais utilizada e a pressão que os fazendeiros latifundiários faziam no governo era bastante expressiva e direta. Pressão que segundo Vainer (2000), era necessária para que os latifundiários brasileiros da época conservassem suas propriedades de terras:

O fracasso da experiência de imigração a la Vergueiro⁴, o fracasso dos esforços de mobilização da população negra liberta, o continuado e permanente compromisso das elites dominantes com o sonho do branqueamento da nação, tudo concorreu para que, progressivamente, se fosse construindo a estratégia imigrantista, e agrarista, que assegurará, por muitos e muitos anos, a permanência da plantation exportadora e da hegemonia da cafeicultura na economia e na sociedade brasileiras. (VAINER, 2000, p. 17)

Já havia no Brasil um considerável número de negros devido ao tráfico de escravos, o que preocupou a elite e o governo, pois existia o temor de que a República fosse formada predominantemente de negros, assim objetivou-se a vinda do imigrante branco para o branqueamento da raça, assim denominado na época. Veja a seguir, dados que atestam o significativo contingente de negros e pardos que havia no Brasil na época:

⁴O senador Nicolau Vergueiro em 1845 trouxe imigrantes alemães e suíços para o Brasil, como parceiros, ou seja, o imigrante assinava contrato de que não deixaria a fazenda até saldar todos os custos pelo seu transporte, alimentação, moradia e outras despesas que tornava quase que impossível a quitação da dívida. O migrante se tornava um escravo por dívida. As denúncias contra essa escravidão branca chegaram até a Europa e países como Alemanha e Suíça proibiram esse tipo de recrutamento e embarque para o Brasil. (Vainer, 2000, p.15)

Com o rápido processo de extermínio dos indígenas e o constante tráfico de escravos, não é surpreendente o fato de a população negra atingir grande porcentagem da população geral. O censo demográfico de 1872 revela que a população de brancos no Brasil era de 3.787.289, enquanto a de negros era de 1.954.452 e a de pardos de 4.188.737. Portanto, a população negra e parda somava 6.143.189 habitantes, quase o dobro da população branca. (...) Como resultados dos incentivos a favor do “branqueamento” aumenta o incentivo à imigração. (COSTA & FERREIRA, 1999, p.143)

Vainer cita com grande ênfase os fatores principais que explicam a disponibilidade e o desempenho do Estado brasileiro em promover e desenvolver um fluxo migratório intenso para o país, pois havia:

- a necessidade econômica, isto é, de braços adestrados e disciplinados;
- a necessidade eugênica, isto é, de doses crescentes de sangue branco;
- a necessidade nacional, isto é, de construção de um povo nacionalmente unificado e integrado sob padrões culturais homogêneos. (VAINER, 2000, p.18)

Há que se ressaltar que a Europa passava por uma crise demográfica, o que influenciou nas migrações européias para o Brasil:

Esse excedente populacional e um sistema econômico a ele inadequado, favoreceram grandemente a emigração européia e seu interesse na cessação do tráfico. Os Estados Unidos e outros países da América já recebiam imigrantes europeus quando o Brasil começa sua política de imigração. Esse interesse tardio do Brasil se deve à mudança de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista de produção que se inicia com o advento da lavoura cafeeira. (LEVY, 1974, p.01)

Conseqüentemente, associado a outros fatores, houve um acréscimo na população brasileira, devido aos movimentos migratórios, obedecendo a uma lógica do desenvolvimento capitalista, com influências de povos de várias nacionalidades devido às migrações internacionais:

Essas migrações, no entanto, também ocorrem entre os diferentes países, o que constitui um outro traço do desenvolvimento do capitalismo. Tem havido um permanente fluxo internacional da população, que, em determinadas circunstâncias, tem-se acentuado. A história recente não poderia ser bem compreendida se não fosse considerada a interação entre os países através de suas populações.

A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos. (...) O chamado Novo Mundo – os países das Américas – tem sua formação fortemente marcada pelas migrações internacionais, que inseridas no “antigo sistema colonial”, representam a confluência dos povos europeus, africanos e asiáticos. (BRITO, 1995, p.53)

A participação dos migrantes na formação da população brasileira, especialmente localizados em algumas áreas específicas do território para atender aos anseios das políticas adotadas em determinados períodos da história, pode ser constatada, com dados quantitativos em Levy (1974):

Tabela 1 - ENTRADA DE MIGRANTES NO BRASIL / 1872-1972

Períodos	Nº Absolutos
1872-1879	176.337
1880-1889	448.622
1890-1899	1.198.327
1900-1909	622.407
1910-1919	815.453
1920-1929	846.647
1930-1939	332.768
1940-1949	114.085
1950-1959	583.068
1960-1969	197.587
1970-1972	15.558
TOTAL	5.350.889

Fonte: LEVY, M.S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. Revista de Saúde Pública, n.8 (supl.). 1974.

De acordo com a tabela 01, o Brasil recebeu maior número de imigrantes no intervalo de 1890-1899, migrantes principalmente de origem européia, predominando os italianos que desembarcando no Porto de Santos, seguiam diretamente para as fazendas de café, como afirmam Patarra e Pacheco:

O ponto culminante da migração européia para o Brasil ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX; entre 1877 e 1903 entraram no Brasil aproximadamente dois milhões de imigrantes, predominando a migração italiana, cujo montante teria alcançado metade desse total. (PATARRA & PACHECO, 1997, p. 35)

Bassanezi (1995, p.5) afirma que no início do século XX houve a participação efetiva e forte da presença de imigrantes, pois:

Fazendeiros e governo identificavam-se num mesmo interesse: braços para a lavoura, quer dizer, para o café. Isto explica a preponderância de imigrantes em São Paulo, o que não significa que estes não tenham sido relevantes em outros setores e regiões, como, por exemplo, no Rio de Janeiro, nos estados do Sul e em outros locais, em cidades ou áreas de pequena propriedade. (BASSANEZI, 1995, p.5)

Levy (1974), também reafirma que neste intervalo de 1890 à 1899, o Brasil recebeu maior número de migrantes:

Na segunda fase desse período, entraram 1.654.830 imigrantes, dos quais 60% são italianos. A média anual é aqui a mais elevada, ou seja, 97.000 imigrantes; relativamente, os portugueses ficam reduzidos à metade da importância, os espanhóis praticamente duplicam de importância, e os alemães tornam-se menos do que 2%. É no decorrer dessa fase que aparecem pontos máximos de imigração, correspondentes aos anos de 1891, 1895, 1896, 1897, 1894, 1888 e 1890, nessa ordem. (LEVY, 1974, p.03)

Na década seguinte, de 1900, há uma série de restrições à migração estrangeira ao Brasil:

É justamente no final desse período (em 1902) que é promulgado na Itália o decreto Prinetti proibindo a imigração gratuita para o Brasil, devido às más condições a que seus emigrantes se viam relegados no Estado de São Paulo. Some-se a esse fato a crise da cafeicultura no início do século, e explica-se parte da diminuição da imigração italiana de 1904 em diante. (LEVY, 1974, p.03)

Já na década de 1930, o imigrante se torna uma ameaça à unidade nacional, possui costumes distintos aos brasileiros e é fiel ao seu Estado de origem, principalmente os migrantes adeptos ao anarquismo ou ao socialismo. Assim, algumas medidas legais são tomadas para evitar a entrada de imigrantes no Brasil:

Em fins de dezembro de 1930 são publicadas as primeiras medidas restritivas no que diz respeito a imigrantes internacionais. As restrições vão crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937. (LEVY, 1974, p.05)

Na década de 1930 o Estado brasileiro incentiva uma migração amarela, ou seja, japonesa, é relevante destacar que os primeiros migrantes japoneses chegaram ao Brasil por volta de 1908. Esse incentivo tem como justificativa a substituição a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada nas

fazendas, pois consideravam o japonês um trabalhador exemplar, ao mesmo tempo o mais inassimilável de todos os estrangeiros. (VAINER, 2000)

A intervenção do Estado nas migrações internacionais fica claro quando classificam quais os “melhores” trabalhadores que o país poderia receber neste período, qual o migrante mais apto para desempenhar sua função sem colocar em risco a estrutura vigente e predominante no país neste período histórico ao mesmo tempo fica claro a resistência japonesa em relação ao processo de adaptação e assimilação da cultura brasileira que se formava neste momento.

Quanto as formas de ocupação populacional do Estado do Paraná, estas são compreendidas se inseridas num contexto mais amplo, ou seja, na construção do território nacional, onde as migrações populacionais possuem papel de destaque. Na tabela 2 é possível visualizar dados sobre o processo migratório no Paraná, desde a década de 1940 até o ano de 1991, apresentando a maior taxa líquida de migração nos anos de 1950 até 1960, e, a partir de então, esta taxa começa a sofrer um declínio.

Tabela 2 - SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO NO PARANÁ - 1940/1991

PERÍODO	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO
1940/50	510 083	24
1950/60	1 329 272	31
1960/70	886 345	12,8
1970/80	- 1 376 188	-18,1
1981/91	-896 289	-10,6

FONTES: Para 1940/50 e 1950/60, MAGALHÃES (1996); para 1960/70 e 1970/80, CARVALHO e FERNANDES (s.d.); para 1981/91, LONGO e MAGALHÃES (1999). In: (MAGALHÃES & KLEINKE (a), 2000, p.29)

Assim, o Estado do Paraná se torna uma área de atração até meados da década de 1970, onde o migrante por questões sociais e econômicas ocupa este espaço, atraídos por investimentos estatais e privados, e, a partir da

década de 1970, passa a ser um espaço não tão atrativo para os que procuram melhores condições de vida, sejam econômicas ou sociais. Nota-se o saldo migratório negativo de mais de dois milhões de pessoas no período de 1970 e 1991, evidenciando a saída de paranaenses. Na citação a seguir, Magalhães & Kleinke (2000), ressaltam mudanças no estado do Paraná, a tendência de ser um espaço atrativo aos migrantes é modificada na década de 1970:

Os anos 70 inauguram uma fase de inflexão nessas tendências, que se prolonga por toda a década de 80. Marcado por um intenso processo de modernização das práticas agrícolas e de transformação da base produtiva no sentido da integração dos setores econômicos sob a hegemonia do capital industrial, o Estado passa a experimentar um conjunto de mudanças estruturais de profundo significado. Alteram-se as relações de produção e de trabalho no campo, provocando a desestabilização das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas. Parcela significativa desses emigrantes rurais se transfere para os centros urbanos do próprio Paraná, em busca de oportunidades de trabalho e de obtenção de renda. (MAGALHÃES & KLEINKE, 2000, p.30)

A modernização da agricultura paranaense acarretou na saída de milhares de pessoas que viviam no campo, que estavam relacionadas à atividade primária da economia, para as cidades em busca de novos trabalhos. Esse processo possibilitou a concentração de terras no Paraná, segundo Oliveira (2001) ao analisar a concentração de terras na região Sul do Brasil:

Na região Sul, nos períodos 1970-1980 e 1980-1985, todos os tipos de produtores declinaram respectivamente: total -10% e -6%; proprietários -4% e -1%; arrendatários -13% e -17%; parceiros -33% e -28%; posseiros -9% e -2%. Isto significa de forma clara e inequívoca que no período 70/85, em termos gerais, nessa região o processo de expropriação (perda das terras pelos camponeses através de vendas ou pagamentos de dívidas) foi praticamente absoluto, não só eliminando a possibilidade de trabalho camponês como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais as terras entre os médios e os grandes proprietários. (OLIVEIRA, 2001, p. 497)

A concentração de terras mediante ao processo de modernização agrícola, provocou deslocamentos populacionais, principalmente em direção aos centros urbanos. Ressalta-se, então, que um significativo contingente de

paranaenses saíram do Estado em direção as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil à procura de novas terras para cultivarem e para as áreas urbano-industriais:

Nesse processo, ampliam-se o grau de urbanização do Estado e a tendência de concentração da população nos centros urbanos de maior porte. Ao mesmo tempo, extensas correntes migratórias dirigem-se às áreas urbano-industriais do Sudeste, particularmente para São Paulo, e às regiões de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. Dessa forma, o Paraná, de receptor, passa a constituir uma das principais áreas expulsoras de população do país, e se até esse período se destacava em função do forte ritmo de incremento de sua população, passa a apresentar o menor crescimento populacional dentre as UF brasileiras. (MAGALHÃES & KLEINKE (a), 2000, p.30)

Desta após a década de 1970 houve um significativo aumento na população urbana paranaense. (Tabela 03)

Tabela 3 - POPULAÇÃO RURAL E URBANA RESIDENTE NO PARANÁ – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Década	População Rural Residente	População Urbana Residente
1940	934.004	302.272
1950	1.587.259	528.288
1960	2.962.312	1.305.927
1970	4.425.490	2.504.378
1980	3.156.831	4.472.561
1991	2.250.760	6.197.953
1996	1.991.814	7.011.990
2000	1.777.374	7.786.084

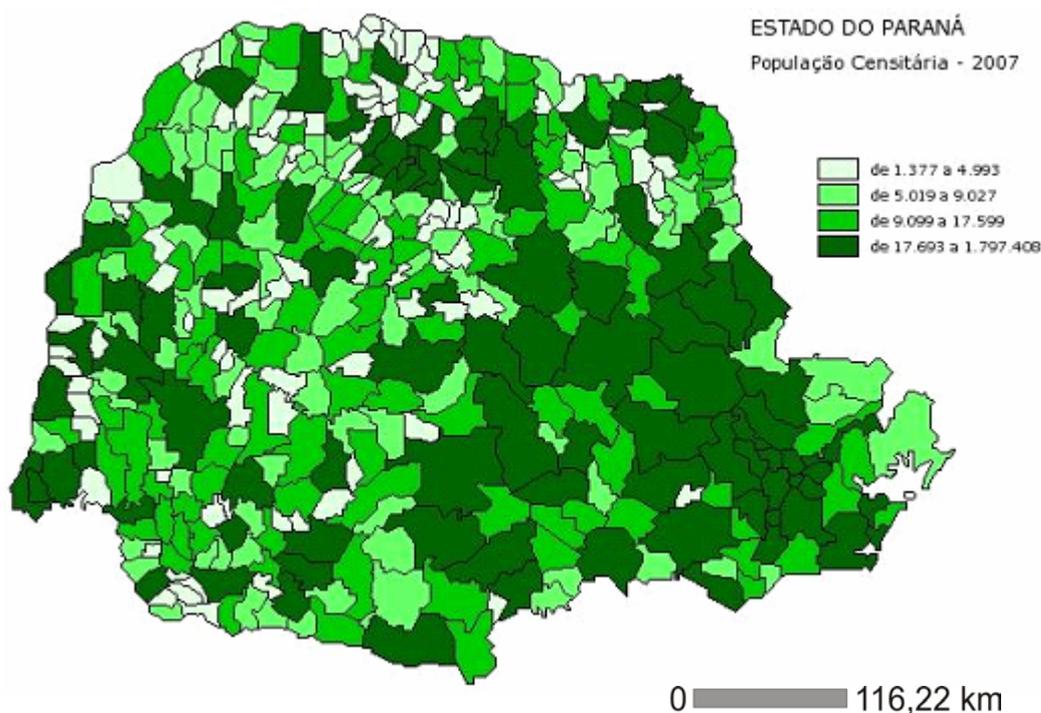
Fonte: www.ipardes.gov.br/anuario_2006/index.html

Houve um aumento significativo da população urbana paranaense na década de 1970, devido, principalmente, ao processo do êxodo rural, pelo qual muitas pessoas foram expulsas do campo e se destinaram as áreas urbanas. Em 1960 a população urbana paranaense era de 1.305.927 habitantes e em 1970 passa a ser de 2.504.378, ou seja, teve um acréscimo populacional superior a mil habitantes. Essas mudanças alteraram a dinâmica do espaço paranaense, a quantidade de pessoas que se concentravam no espaço rural sofre declínio após a década de 1970, enquanto que, a quantidade de pessoas que ocupam os espaços urbanos paranaenses, após a década de 1970, vem gradativamente aumentando, acarretando profundas mudanças no estado do Paraná.

3.1 POPULAÇÃO PARANAENSE DO SÉCULO XXI

O Paraná é um Estado que pertence a região Sul do país. Possui 10.387.378 habitantes, de acordo com a Contagem da População (IBGE, 2007, p. 28), em uma área de 199.314,850 km². A população paranaense localiza-se principalmente nos centros urbanos e em suas áreas metropolitanas, principalmente de Curitiba, capital do Estado. (Mapa 01).

MAPA 1 - POPULAÇÃO PARANAENSE / 2007



Fonte: IPARDES, IBGE, 2007.

A população paranaense sofreu mudanças no número de habitantes, em sua taxa de natalidade, de mortalidade e na expectativa de vida de seus habitantes, transformações estas que se devem em grande parte aos movimentos migratórios internos e externos, que os processos econômicos e históricos podem claramente expressar, de acordo com o recorte espacial e temporal pesquisado. Pode-se ressaltar as seguintes características da região sul do país, onde se localiza o estado do Paraná:

No transcorrer das últimas cinco décadas, os estados da região Sul tiveram sua dinâmica populacional estreitamente condicionada pelos movimentos migratórios. Refletindo as diversas fases de transformação da estrutura produtiva regional no contexto da integração econômica em nível nacional, esses movimentos imprimiram ritmos diferenciados de crescimento demográfico à região ao longo do tempo, ora determinando a elevação das taxas de incremento populacional, ora provocando a reversão de tendências. (MAGALHÃES et al. (b), 2000, p.469)

Os municípios paranaenses que possuem maior número de habitantes são: Curitiba e Londrina:

O Paraná manifesta a tendência de aumentar a concentração nos estratos com população superior a 100 mil habitantes. Desde 1980, há dois municípios com população superior a 300 mil habitantes. Um deles é Curitiba, e o outro, que ascende a esse estrato a partir de 1980, é Londrina. Juntos, aumentam sua participação no total da população do estado de 8,7%, em 1970, para 20,9%, em 1996. Mesmo com a existência de um segundo pólo no norte do estado, não se pode desconsiderar o papel concentrador de Curitiba. (MAGALHÃES et al. (b), 2000, p.496)

Tabela 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES / 2006.

Habitantes / mil	Município Paranaense
Superior a 550	Curitiba.
501 - 550	-
451 - 500	Londrina.
401 - 450	-
351 - 400	Maringá.
301 - 350	Foz do Iguaçu, Ponta Grossa.
251 - 300	Cascavel, São José dos Pinhais.
201 - 250	Colombo.
151 - 200	Guarapuava.
101 - 150	Almirante Tamandaré, Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Paranaguá, Pinhais, Piraquara e Toledo.
50 - 100	Cambé, Campo Mourão, Castro, Cianorte, Fazenda Rio Grande, Francisco Beltrão, Iratí, Paranavaí, Pato Branco, Rolândia, Sarandi, Telêmaco Borba e Umuarama.

Fonte: IBGE, 2006

De acordo com a Estimativa / 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios paranaenses que possuem maior número de habitantes são: Curitiba, Londrina, Maringá, Foz de Iguaçu e Ponta

Grossa. Questões políticas e econômicas que envolvem a sociedade, propiciaram o aumento populacional destes municípios, seguidos de movimentos migratórios.

As migrações influenciaram na ocupação e na colonização do Paraná, o que tornou possível uma concentração populacional neste estado. É preciso compreender de que forma os deslocamentos populacionais influenciaram ou foram influenciados em direção ao Paraná, onde se localiza nosso objeto de estudo, Jardim Olímpico / Londrina.

3.2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE

O estado do Paraná foi dividido em três regiões para tornar didaticamente mais compreensível a ocupação e colonização desses espaços, e, os grupos migratórios que predominaram em cada região: Paraná Antigo, Oeste e Sudoeste e Grande Norte. De acordo com Fleischfresser (1988), sua obra *Modernização Tecnológica da Agricultura* traz essa subdivisão do Paraná, conforme sua ocupação, esclarecendo:

O fato de se reunir as vinte e quatro MRH em três regiões não significa que todas as MRH de cada região tenham sido ocupadas ao mesmo tempo, mas sim que o foram durante a mesma época de desenvolvimento do país. E é esse aspecto que permite reuni-las em regiões, porque dependendo do estágio de desenvolvimento do capitalismo interno, variam as exigências de transferência do excedente agrícola para o setor industrial, o que se traduz em políticas protecionistas, penalizantes ou de estímulo. (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 43)

Assim, visualmente pode-se constatar a seguinte divisão do Paraná:

Mapa 2 - SUBDIVISÃO DO ESTADO DO PARANÁ NAS TRÊS GRANDES REGIÕES QUE MARCARAM SUA OCUPAÇÃO.



Fonte: FLEISCHFRESSER, 1988.

As principais características no processo de ocupação e colonização das regiões citadas no mapa 02 foram realizadas afim de justificar a escolha desta divisão nesta pesquisa, ressaltando os pontos fundamentais que distinguem a fase e o processo de ocupação pelo qual passou cada região.

Há que se observar que 75% dos moradores do Jardim Olímpico / Londrina, recorte espacial da pesquisa em foco, tem sua origem no próprio Estado do Paraná, o quê também justifica a presença da análise das regiões apresentadas por Fleischfresser (1988), mesmo que, a quantidade de moradores do Jardim Olímpico que tiveram sua origem nas regiões citadas fossem mínimas, ainda sim, é necessário se fazer uma análise da região, pois esta subsidia a abordagem escolhida e possibilita uma maior compreensão dos fatos analisados.

3.2.1 PARANÁ ANTIGO

No Mapa 02, pode-se visualizar as terras paranaenses denominadas de Paraná Antigo. Essa região “compreende as terras por onde se iniciou a ocupação do Estado durante os primeiros ciclos econômicos⁵: escravo indígena, mineração, tropeirismo, erva-mate e madeira.” (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 45)

O primeiro fluxo migratório que o Paraná recebeu, está estreitamente ligado ao desenvolvimento de uma atividade econômica: o extrativismo mineral, à procura pelo ouro, em que mineradores chegavam de vários pontos do Brasil com a expectativa de enriquecer e foram aos poucos ocupando o litoral paranaense e conseqüentemente o que se denomina hoje Primeiro Planalto de Curitiba.

Esse período é, em geral, pouco discutido entre historiadores, pois o verdadeiro Ciclo do Ouro só aconteceria no Brasil em 1690, com a descoberta das “Minas Gerais”. Não se pode precisar o ano em que se iniciou o povoamento efetivo do litoral sul e do planalto correspondente, mas, em ambos, foi sem dúvida a lavra do ouro a origem de suas primeiras povoações: Paranaguá e Curitiba. Tais fatos ocorreram quase no fim do século XVI. (LICCARO et al.; 2004, p. 43)

Os primeiros mineradores que vieram para o litoral paranaense eram em sua maioria formada por paulistas, “a maior parte dos mineradores dos campos de Curitiba eram das vilas de São Paulo, que iam, vinham e mineravam, com índios das aldeias de S. Paulo e levavam ouro em quantidade, subtraindo-o da Casa dos Quintos de Paranaguá.” (BALHANA et al., 1969, p.39)

Padis (1981) também se refere à origem dos primeiros mineradores a se instalarem em território paranaense à procura de riqueza mineral:

Com a descoberta do ouro nos ribeirões que deságuam na baía de Paranaguá, considerável fluxo populacional, provindos da região de Santos, São Vicente, Cananéia, São Paulo e Rio de Janeiro, dirigiu-se para aquela área, com a finalidade de explorar o metal precioso. Inicialmente, estas populações se fixaram na ilha de Cottinga, porém,

⁵ De acordo com o Dicionário de Economia e Administração de Paulo Sandroni (, ciclo econômico é a flutuação periódica e alternada de expansão e contração de toda atividade econômica (industrial, agrícola e comercial) de um país, ou de um conjunto de países. Um ciclo típico consiste num período de expansão econômica, seguido de uma recessão, de um período de depressão e em novo movimento ascendente, ou de recuperação econômica.

logo depois, transferiram-se para o continente, começando um núcleo que se transformou na cidade de Paranaguá. (PADIS, 1981, p. 18)

Os arraiais auríferos se transformaram nos primeiros núcleos urbanos do atual Estado do Paraná e se constituíram nos primeiros fatores de atração de migrantes para este Estado, ou seja, quando se iniciou o povoamento do litoral e conseqüentemente do início do povoamento em Curitiba.

Nos princípios do século XVIII, quando o ouro deixou de ser um sonho de riquezas e depois que os mineradores paulistas emigraram para Minas Gerais e Cuiabá, o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba passaram a ser a única base geográfica para uma mesma comunidade – que nesta altura já se pode denominar de comunidade paranaense. (BALHANA et al., p.39)

A atividade mineradora penetrou no sentido leste-oeste do Paraná, alcançando os Campos de Palmas:

Assim é que, apesar de os Campos de Palmas terem sido devassados em função da busca de metal precioso, por uma bandeira exploradora, nos começos da terceira década do século XVIII, o estabelecimento de um núcleo populacional estável só se dará em função de tropeiros, que demandavam Sorocaba, anos mais tarde. (PADIS, 1981, p. 21)

A partir do século XIX instalam-se no Paraná as primeiras colônias de imigrantes europeus, para ocupar os espaços vazios, como mão-de-obra livre:

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, o processo de imigração ganhou ênfase, através da fundação de colônias de imigrantes, desta vez com apoio imperial. (...) Aos poucos o território paranaense foi sendo ocupado por estrangeiros de diferentes origens. Portugueses, espanhóis, ingleses e seus descendentes e também africanos (...). Mas, em meados do século XIX o fluxo migratório foi maior e mais diversificado, ou seja, os imigrantes procediam das mais diferentes regiões da Europa para o Paraná. (STECA & FLORES, 2002, p.25).

As primeiras colônias paranaenses se situaram em pontos estratégicos do ponto de vista geográfico:

Apesar de seu povoamento insignificante, Curitiba e Paranaguá eram as vilas com maior concentração populacional e com pouca

influência política da província. Os campos de Guarapuava aproximavam-se dos países vizinhos ao Brasil, portanto, foram estes os locais a receber as primeiras colônias de imigrantes. (...) As colônias de imigrantes instaladas até 1853, Thereza em Ivaí, Rio Negro, na atual cidade de Rio Negro e Superagui em Guaraqueçaba, parecem formar um triângulo distribuído espacialmente de forma estratégica, tendo como centro Curitiba. (COSTA & FERREIRA, 1999, p.146)

É importante ressaltar, novamente, a preocupação do Estado brasileiro quanto à questão étnica do migrante que ocuparia o território nacional, Vainer (2000) classifica as atitudes do governo de preconceituosas e que objetivavam o branqueamento da população que estava em formação no início da República, citando em sua obra um artigo que regulamenta o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes:

Artigo 10 – É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem estipuladas. (Decreto n. 528, de 28/06/1890. In: VAINER, 2000, p.18)

Para Seyferth (2007), as terras destinadas aos imigrantes no Brasil, eram terras que num primeiro momento não eram de interesse do grande proprietário rural. O latifundiário brasileiro já havia se estabelecido no território, principalmente após a Lei de Terras de 1850, que transformou as terras brasileiras em mercadoria, que deviam ser comercializadas, portanto, só teve acesso à terra no Brasil quem dispunha de capital.

Várias colônias constituídas de imigrantes europeus foram criadas no Paraná, resultado das condições econômicas e políticas pelas quais passava o denominado Velho Mundo, o continente europeu. A explosão demográfica, a guerra e a condição econômica pela qual passava o continente europeu favoreceram a concentração européia no sul do Brasil. O imigrante traz em sua bagagem não apenas sua força de trabalho para desbravar e cultivar a nova terra por ele tão desejada, e sim toda uma cultura e história que tentará preservar em suas colônias. A respeito, tem-se como colônia, a conceituação de Seyferth (2007):

A idéia de colônia é mais do que a apropriação da categoria oficial empregada no jargão oficial para designar a ocupação do território com imigrantes europeus através de núcleos e linhas onde cada família recebia um lote para cultivo. Sinônimo de comunidade étnica, percebido na adjetivação pela nacionalidade de origem, ainda hoje persistente, ressalta o passado pioneiro da ocupação territorial onde a figura de retórica é o trabalho civilizatório que permitiu o florescimento da cultura onde só havia natureza de trabalho familiar (...). (SEYFERTH, 2007, p. 35)

Também eram denominadas colônias, as aglomerações de imigrantes em fazendas cafeeiras. Estes migrantes não eram proprietários, mas assalariados e eram também chamados de colonos, devido ao regime de colonato, vigente nas fazendas do oeste paulista. Ianni (1984) define o regime de colonato como um contrato entre o fazendeiro e o imigrante; eram contratos escritos ou verbais, em que o fazendeiro oferece moradia, terras e alimentos, em troca o imigrante oferece sua força de trabalho nas terras do fazendeiro. Havia uma caderneta na qual o fazendeiro anotava todos os débitos (gastos que o fazendeiro teve com a família do imigrante em moradia e alimentos) e os créditos do imigrante; enquanto os débitos do imigrante não fossem todos pagos este não poderia deixar a fazenda.

As colônias de imigrantes que se instalaram no Paraná Antigo se diferenciavam, pois os colonos eram os proprietários da terra.

Com a pretensão de instalar algumas colônias no Paraná, a vinda do imigrante europeu foi um ponto fundamental para este projeto do governo federal, ora para assegurar a posse pela terra, ora para aumentar a mão-de-obra disponível para cultivar lavouras no país.

Pode-se observar o número de imigrantes que o Paraná recebeu por década, na tabela 05.

Tabela 5 - ENTRADA DE IMIGRANTES NO PARANÁ POR DÉCADA / 1840-1960 / DADOS PARCIAIS E OFICIAIS

Década	Nº de Imigrantes
1840 / 49	87
1850 / 59	85
1860 / 69	1066
1870 / 79	12716
1880 / 89*	2704
1890 / 99**	36628
1900 / 09	13872
1910 / 19	4817
1920 / 29***	-
1930 / 39****	1560
1940 / 49	180
1950 / 59	4526
1960 / 99*****	450
TOTAL	78691

Fonte: Tabela construída com dados pesquisados nos relatórios de Presidentes da Província, Secretários de Obras Públicas e Colonização e Inspetores de Imigração e Colonização. Biblioteca Pública do Paraná, Pasta de Imigração (texto Mimeo), s/d.

* Em 1885, instalou-se a colônia de Mendes de Sá (Campo Largo), não há o registro do número de imigrantes poloneses. Em 1888, instalou-se as colônias de Visconde de Nacar (Paranaguá), Santa Cruz (Paranaguá), Santa Rita (Paranaguá) e Silveira da Mota (São José dos Pinhais), todas formadas por imigrantes italianos, porém não há o registro da quantidade de imigrantes.

**Em 1892, instalou-se a colônia de Santa Gallo (Palmeira), não há o registro do número de imigrantes poloneses. Em 1896, instalou-se a colônia Jangada (União da Vitória), não há o registro do número de imigrantes uranianos.

***Em 1925, instalou-se a colônia de Amola Faca (Guarapuava), não há o registro do número de imigrantes ucranianos, alemães e poloneses.

**** Em 1932, instalou-se as colônias de Nova Dantzig (Cambé), Roland (Rolândia), de imigrantes alemães e Assaí (Assaí), de imigrantes japoneses, porém não há o registro total de imigrantes.

***** Em 1960, instalou-se a colônia Arapotí (Arapoti), não há o registro de imigrantes holandeses.

Pode-se verificar, de acordo com a tabela, que no final do século XIX o Paraná recebeu um grande número de imigrantes, devido a propaganda realizada pelo governo, das terras brasileiras na Europa.

Nas regiões próximas de Curitiba, local onde se instalaram as primeiras colônias paranaenses, a imigração teve papel fundamental, pois houve:

(...) a contribuição para a desagregação da sociedade tradicional e o contínuo recuo do latifúndio com a implantação da pequena propriedade, a figura do colono e a mão-de-obra livre (...) foram lançadas as bases para o surgimento de uma classe média rural e

urbana (...) A presença do imigrante rompeu com o que estava estabelecido na Lei de Terras de 1850, que foi uma vitória política da oligarquia paulista, que queria dificultar a aquisição de terras devolutas por parte dos imigrantes recém chegados. Pela Lei, o acesso à terra só era possível pela sua compra.. (STECA & FLORES, 2002, p.38)

A Lei de Terras de 1850 garantia a posse da terra para quem pudesse comprá-la, sendo assim as terras continuariam concentradas nas mãos dos latifundiários, pois eram os que possuíam condições para adquirirem as terras por meio de compra. Desta forma, o migrante que chegava ao Brasil, geralmente sem condições financeiras para comprar terras, teria que num primeiro momento servir como mão-de-obra aos latifundiários, e, tentar poupar dinheiro através de seu trabalho prestado para os fazendeiros para comprar suas terras.

De acordo com Cardoso e Westphalen(1981), instalaram-se no Paraná as seguintes colônias: em 1820, vieram alemães que se instalaram na Lapa e Rio Negro; em 1840, vieram franceses que se instalaram junto ao Rio Ivaí (Colônia Thereza); em 1850, vieram suíços, alemães, franceses e outros que se instalaram em Superagui – litoral de Guaraqueçaba; em 1860, vieram ingleses, franceses, italianos, alemães e outros que se instalaram em Assungui e formaram-se,também, neste período 27 colônias, entre as seguintes nacionalidades: poloneses, italianos, alemães, alemães do Volga e outros nos arredores de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Araucária, São José dos Pinhais, Antonina, Lapa, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa; na década de 1880 foram instaladas 34 colônias, com italianos, poloneses, alemães, italianos e outros nas localidades de Campo Largo, Araucária, Curitiba, Rio Negro, Paranaguá, São Mateus, Contenda, Palmeira, São João do Triunfo, União da Vitória, Guarapuava, Lapa, Prudentópolis e Marechal Mallet.; na década de 1890 colonos holandeses ocuparam Carambeí, e, chegam os primeiros migrantes japoneses no início do século XX.

Algumas colônias implantadas no Paraná não obtiveram êxito, como afirma Barthelmess (1962):

Fracassaram todas as tentativas de estabelecimento de colônias agrícolas nos Campos Gerais, mesmo a de Rio Negro, a primeira de todas, (no ano de 1830) no extremo sul desses campos e, portanto,

no contato com a mata. Também os núcleos situados na mata latifoliada como a colônia Thereza, (mais tarde Terezina e hoje Tereza Cristina) fundada pelo Dr. Faivre médico da Imperatriz, em 1848, no Alto Ivaí, permaneceram estagnados ou decaíram completamente. (BARTHELMESS, 1962, p. 55)

Segundo Barthelmess (1962), as colônias no Paraná só deram resultado positivo a partir do momento em que foram instaladas próximas as estradas onde circulavam as carroças com a erva-mate, e, mais tarde, as colônias implantadas ao longo da estrada de ferro, que proporcionava o transporte das mercadorias.

A presença dos imigrantes no Paraná Tradicional colaborou para a ocupação e desenvolvimento dessa área, visto que esses imigrantes desenvolviam suas atividades agrícolas, e, algumas colônias se tornaram importantes municípios do Paraná atual.

Em contrapartida, as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, sofreram um processo de colonização mais recente, formada por filhos de imigrantes alemães e italianos, que já haviam fixado suas colônias nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

3.2.2 OESTE DO PARANÁ

A ocupação e o desenvolvimento do Paraná ocorreu de formas distintas em períodos também distintos:

Começara outro processo de deslocamento de populações em direção às terras do Paraná. Os rio-grandenses do sul, expelidos de suas terras agrícolas, pelo minifúndio, iniciavam a ocupação efetiva das terras do Sudoeste e Oeste do Paraná. (WESTPHALEN et al., 1988, p. 05)

Ressalta-se que essa parte do trabalho ficará restrita ao processo de ocupação da mesorregião geográfica paranaense 06, o oeste do Paraná, também para demonstrar a importância que o processo migratório teve no desenvolvimento dessa região paranaense.

Mapa 3 – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ



A mesorregião geográfica do Oeste do Paraná é composta por cinquenta municípios.

Os principais motivos que explicam a ocupação desta área, de acordo com ZAAR (2001) foram:

A colonização do extremo oeste do Estado do Paraná, ocorreu a partir da década de 1940, com dois objetivos centrais: 1) nacionalizar a área que durante o século XIX, e início do século XX esteve ocupada por empresas denominadas "obrages"; 2) priorizar a expansão das "fronteiras econômicas", em especial as "fronteiras agrícolas", do Estado Brasileiro, centrando esforços no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações. (ZAAR, 2001, p. 5)

De acordo com a citação anterior havia uma séria preocupação governamental devido as "obrages" implantadas na região oeste. Mas, qual o significado deste termo no processo histórico de ocupação e colonização da região? Para esclarecer o significado das "obrages", Steca & Flores (2002) afirmam:

Naquela região, haviam se instalado várias companhias argentinas denominadas Obrages. Elas eram como firmas, organizadas com trabalhadores paraguaios e/ou brasileiros, denominados mensus, porque seriam pagos mensalmente (mensu é palavra de origem espanhola que significa mensalista). A obrage existia independente da posse legal da propriedade. Quando a erva-mate e a madeira da terra ocupada esgotavam-se, eles simplesmente mudavam-se para outro lugar ou avançavam mata adentro, fora de suas posses. (STECA & FLORES, 2002, p. 96)

A exploração dessa parte do território brasileiro por empresas argentinas começou a incomodar a soberania do governo brasileiro; era uma exploração mais do que econômica como ressalta Wachowicz:

Na década de 1920, a partir de Catanduvas para Oeste, a língua dominante era o espanhol. Nas casas de comércio só se falava essa língua. Na construção da rodovia Guarapuava-Foz do Iguaçu trabalhavam exclusivamente paraguaios, com suas faixas vermelhas na cintura, boinas da mesma cor, e facão pendurado sem bainha. Um viajante que perguntou a uma cabocla brasileira sua nacionalidade, obteve como resposta: Soy brasileña, señor, gracias a Diós. Em Foz do Iguaçu o português era falado apenas pelos funcionários públicos. O dinheiro circulante era o peso argentino. A

própria prefeitura, o correio e a receita federal cobravam taxas e impostos em moeda argentina. (WACHOWICZ, 2001, p. 243)

Os migrantes que vinham do Paraguai e da Argentina traziam além da força de trabalho, sua cultura, sua língua e moeda para o Oeste do Paraná, o que despertou uma preocupação por parte do governo brasileiro em termos de posse legal da área em questão.

Com a Revolução Tenentista⁶, que ocorreu em 1924, muitas obradeiras foram confiscadas. A ocupação do Oeste do Paraná obteve maior sucesso com a Revolução de 1930 com a chamada Marcha para o Oeste, que incentivava a ocupação, entre outras, do oeste paranaense.

Para que estes objetivos se concretizassem, empresas colonizadoras que atuavam no Estado do Rio Grande do Sul, foram estimuladas pelo governo do Estado do Paraná, a adquirirem terras ditas " boas e baratas", e iniciar o processo de colonização da área. No caso da colonização do oeste paranaense, haviam além da justificativa oficial e aparente de nacionalizar a fronteira, outros objetivos, entre eles o de abrir caminho para a expansão do capital e para a colonização gaúcha. . (ZAAR, 2001, p. 8)

Nesse período histórico, isto é, na década de 1930, a migração interna foi incentivada pelo Estado brasileiro, no governo Constitucional de Vargas e no Estado Novo, em busca de trabalhadores para a agricultura, tanto na Marcha para Oeste como na Batalha da Borracha:

A este sub-período, que se configura claramente a partir de 1938 e 1939, chamamos de interregno: redescoberta das virtudes do trabalhador nacional que, por um determinado lapso, passará a ser o principal alvo do esforço governamental de mobilização para o trabalho. (VAINER, 2000, p. 20)

Garantida aparentemente a unidade nacional para a ocupação da região uma empresa colonizadora de capital estrangeiro: alemão e italiano, instalou seus alicerces, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPÁ). Inicialmente, o principal objetivo no dessa empresa era de explorar a madeira :

⁶ Revolução Tenentista ocorreu em São Paulo, em 1924, na qual os tenentes buscavam o poder nacional.

De 1946 à 1949 adotou a política de tirar a madeira antes de entregar a terra ao colono. Isto ficava estabelecido no contrato de venda, porque a madeira era da empresa. Mas a exploração da madeira apresentou algumas dificuldades. O rápido afluxo de colonos para a região fez com que as serrarias não vencessem o serviço de beneficiamento da madeira, também o serviço cartográfico não estava dando conta da demarcação das terras em tempo necessário, fazendo com que os colonos esperassem até um ano e meio para ocupar suas terras. (STECA & FLORES, 2002, p.111)

Foi preciso uma nova estratégia para restabelecer a colonização no oeste paranaense, visto que a primeira não foi o suficiente para atender a demanda. Assim, a empresa elaborou uma nova estratégia para colonizar a região dando preferência ao colono gaúcho e catarinense:

O elemento humano escolhido para ocupar as terras foi o colono gaúcho e catarinense, descendentes de imigrantes alemães e italianos. Esse colono deveria receber toda a assistência necessária da companhia . (...) A propaganda seria feita de boca em boca pelos dirigentes da Companhia e por comerciantes, lá no Sul. Assim evitaria a presença de aventureiros na região. (STECA & FLORES, 2002, p. 113).

Para Wachowicz (2001), foi a partir da década de 1950 que se instalou na região oeste e sudoeste do Paraná uma nova área histórico-cultural, sendo que essa frente, em quantidade de migrantes, foi menor do que a frente que se dirigiu para o Norte do Paraná:

Uma nova frente pioneira penetrou em território paranaense. Chegava ao Paraná estimulada pelos problemas com mão-de-obra agrícola no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A este deslocamento populacional chamamos de frente sulista, ocupando maior parte do sudoeste e do oeste do paranaense. Numericamente, a frente sulista foi de menor intensidade do que a nortista. (WACHOWICZ, 2001, p.284)

É perceptível o preconceito em relação ao migrante não sulista em relação a ocupação das terras no Oeste do Paraná; a Companhia, na época, tentou se justificar alegando que a mão-de-obra sulista (descendentes de italianos e alemães) eram mais apta para a agricultura em clima temperado, ao contrário de migrantes do restante do Brasil que só estavam habituados com culturas tropicais. Ou seja, houve um direcionamento na escolha do migrante que viria ocupar e colonizar a região oeste do Paraná.

A pesquisadora Zaar (2001) revela um outro contexto dos migrantes no oeste do Paraná:

Durante a segunda metade da década de 1940, e mais intensamente durante as décadas de 1950 e 1960, o movimento migratório resultou na ocupação do território do oeste paranaense. A migração era realizada em grupos, geralmente formados por familiares, amigos e vizinhos, também trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulada pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infra-estrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e, também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência. . (ZAAR, 2001, p. 10)

Assim, a presença do migrante na formação do estado do Paraná é de suma importância para a compreensão e o entendimento da configuração geográfica atual, sendo possível perceber as diferenças e semelhanças que se instalaram no Estado que refletem até os dias atuais, devido ao processo histórico de ocupação e desenvolvimento do território paranaense.

A migração de gaúchos e catarinenses para o Paraná se fez, também, em outra mesorregião paranaense, o sudoeste, que será também apresentado a seguir.

3.2.3 SUDOESTE DO PARANÁ

Reafirmando a importância de se averiguar a presença do migrante na ocupação e no desenvolvimento do estado do Paraná, a mesorregião sudoeste do estado também será brevemente analisada. Num contexto de conflitos pelo direito à terra que o sudoeste do Paraná vai se configurando no espaço paranaense:

A história do Sudoeste do Paraná está intimamente vinculada à luta pela terra, concebida pela elite como fonte de poder (político/econômico) e pelos camponeses como espaço de trabalho e de relações, orientado para a produção e reprodução da vida biológica e social. (BATTISTI, 2006, p. 65)

Primeiro, o sudoeste do Paraná foi alvo de disputa territorial entre o estado do Paraná e Santa Catarina, o Contestado⁷. Teve como primeiros migrantes, pessoas que se deslocaram dentro do próprio estado, como afirmam Steca & Flores :

As primeiras pessoas a assentarem-se na Região Sudoeste, vieram das regiões de Palmas e Clevelândia, porque lá não conseguiram terras e nem ocupação nas fazendas de gado. Os fazendeiros de Palmas não incentivavam o plantio de gêneros de subsistência, o que os fazia encarecer para a população, que tinha de adquiri-los de outras regiões, e também não incentivavam a indústria, concentrando seus esforços apenas na criação de gado. (STECA & FLORES, 2002, p. 73).

Tratava-se de uma área conflituosa, onde o direito legal à propriedade da terra pertencia aos grandes fazendeiros, a maior parte da população, posseiros de procedência de outros locais do Paraná, encontrava-se em difícil situação. A área em questão se encontrava:

Dispersa, porém, pela grande propriedade ou nos confins da mesma, vivia uma população numerosa de agregados e posseiros que o sistema do latifúndio não mais comportava, praticando apenas uma lavoura de subsistência e criando alguns poucos animais, em

⁷ Contestado foi um território disputado entre os estados de Santa Catarina e o Paraná, no início do século XX, compreendia uma área de aproximadamente 48.000 quilômetros quadrados. A população dessa área ficava “abandonada” pelas autoridades paranaenses e catarinenses. Havia a presença religiosa representada pelos monges, sendo o mais importante o monge José Maria. (WACHOWICZ, 1972)

terra que não era sua. Tinham apenas a posse da terra, onde erguiam seus ranchos e realizavam suas roças, com o beneplácito do coronel fazendeiro e mesmo ao abrigo do compadrio que o regime paternalista instituiu. (...) Estes eram então violentamente despejados, perdendo os poucos bens que possuíam, devendo tudo recomeçar. (BALHANA et al., 1969, p. 198)

Há que se destacar a presença religiosa na área do Contestado, representada na figura dos monges; o primeiro era um imigrante italiano, que após seu desaparecimento, era substituído por outros que se auto-denominavam monges, e atraíam cada vez mais adeptos. Pregavam uma distribuição de terras e a construção de uma cidade santa. (BALHANA et al., 1969). Os monges prestavam atendimento à população, que até então nada recebia dos governantes; tornando-se cada vez mais aceitos por esta população:

O primeiro foi João Maria d'Agostini, imigrante, italiano, chegado ao Brasil em 1844. Ao que parece, foi realmente um frei da ordem de Santo Agostinho, pois pregou na matriz da Lapa, em 1845. Percorria os Estados do sul, exortando os homens à prática das virtudes e do bem, receitava ervas como remédio a quem solicitasse, dava conselhos aos aflitos que o procuravam e plantava cruzeiros nos caminhos. (WACHOWICZ, 1972, p. 153)

Os monges organizaram redutos de resistência e eram contra a República, pregando a Monarquia e terras para todos. O poder político nacional da época, junto aos interesses dos grandes proprietários rurais da região, enviou tropas militares e conseguiram minimizar e enfraquecer a revolta dos que diziam serem seguidores dos monges.

De 1900 até 1950 o sudoeste recebeu vários migrantes, do próprio estado do Paraná e do estado do Rio Grande do Sul. A seguinte citação apresenta a migração dos gaúchos em direção ao sudoeste, mostrando os dois momentos históricos, de 1914-15 e 1940-41, em que houve o maior fluxo populacional:

Neste período: 1900-1953, observa-se uma pequena participação do elemento rio-grandense, sobretudo no início do século, mas seu crescimento nas décadas de vinte, trinta e quarenta é lento porém contínuo. O elemento rio grandense apresenta neste período dois ápices: o primeiro em 1914-15 e o outro em 1940-41, sendo o primeiro mais significativo que o segundo. (WACHOWICZ, 1985, p. 296)

O segundo momento em que o sudoeste paranaense recebe grande número de gaúchos, 1940-41, coincide com algumas medidas do governo federal, que decide colonizar o sudoeste paranaense, criando um território federal e uma colônia agrícola naquela localidade:

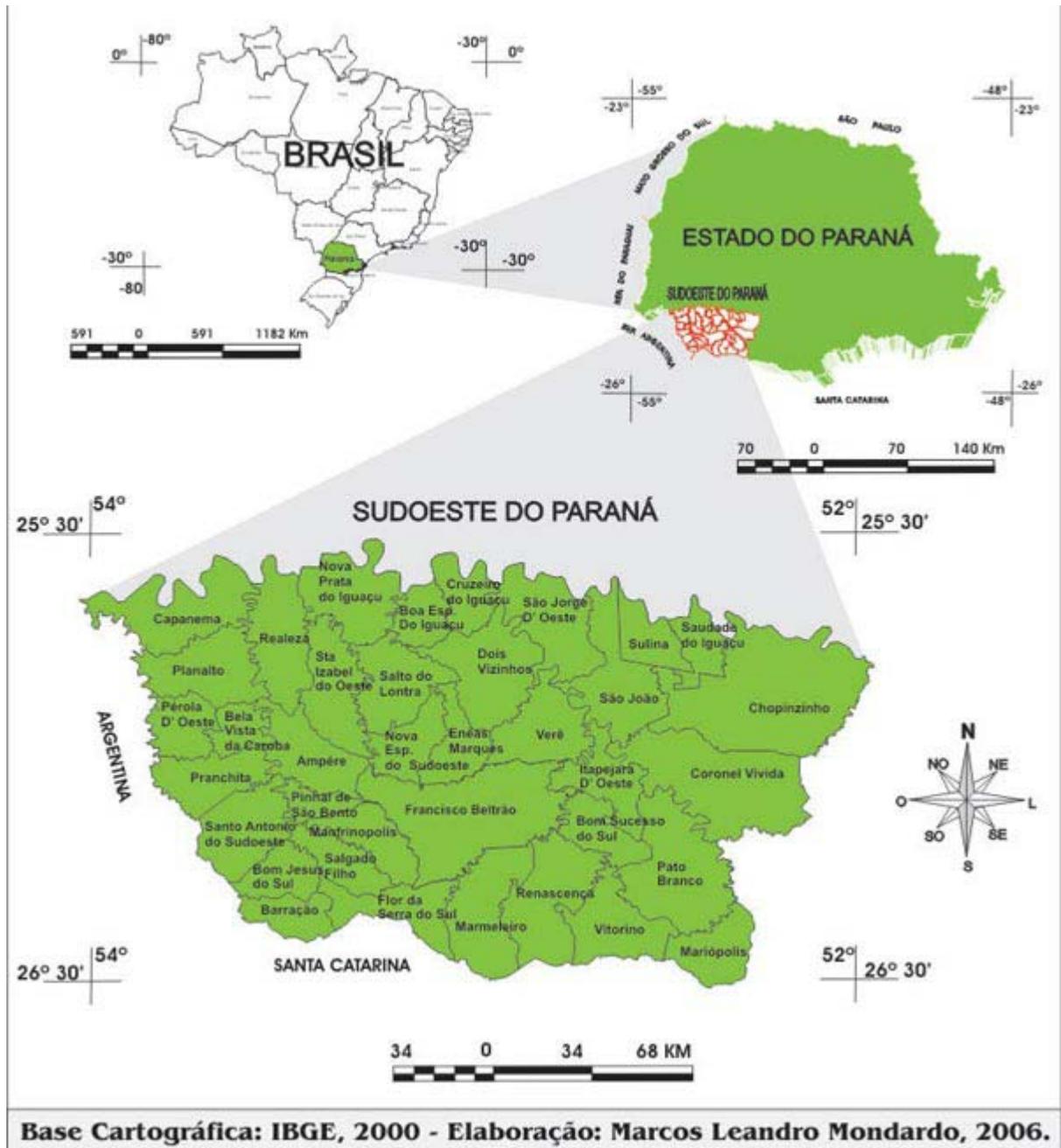
O início da colonização da região é a criação do Território Federal do Iguazu e a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), no início da década de 1940, projetados para promover a colonização dirigida ao longo da fronteira com a Argentina. Com a CANGO, ganhou impulso o fluxo de migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em quantidade muito maior que a capacidade de atendimento da colonizadora; em 1950, a Colônia contava com 7.147 pessoas, enquanto a região totalizava 76.373 habitantes. Em 1956, a CANGO contava com 15.284 pessoas e uma fila de 8.804 famílias à espera de assentamento. Nesse período, a população regional já havia ultrapassado os 200 mil habitantes. (BATTISTI, 2006, p. 68)

O empreendimento do governo federal, colonizar o sudoeste, gerava resultados positivos, mesmo assim os conflitos nessa área não cessavam, devido a inúmeras irregularidades no que se refere ao direito legal da posse da terra.

Começam, então, os conflitos, culminando no movimento de massa conhecido por Revolta Camponesa, Levante dos Posseiros ou Revolta dos Colonos, em 10 de outubro de 1957, quando milhares de colonos posseiros pegaram em armas e apoderaram-se dos principais municípios do Sudoeste do Paraná, expulsando e substituindo as autoridades constituídas. (BATTISTI, 2006, p. 69)

Fruto de vários conflitos, hoje, a mesorregião é constituída por vinte e nove municípios. O mapa 04 traz a localização desta mesorregião no estado do Paraná.

Mapa 4 - SUDOESTE DO PARANÁ



É importante averiguar que esta região recebeu muitos migrantes provenientes do próprio estado do Paraná e também de outro estado brasileiro, Rio Grande do Sul. A área em estudo nessa pesquisa recebeu migrantes desta região paranaense, eis um dos motivos que afirmam a importância do reconhecimento da formação dessa mesorregião.

3.2.4 NORTE DO PARANÁ: A OCUPAÇÃO

A colonização e ocupação do Norte do Paraná iniciaram-se de forma tardia se comparada a algumas regiões brasileiras, isto porque:

O Norte do Paraná, assim como toda a porção sul brasileira, permaneceu desconhecida durante longos anos, pois, a MetrÓpole tinha interesses por outras áreas do Brasil, como o Nordeste, o Planalto Central e o Sudoeste em função da cana-de-açúcar e da mineração. (STIER, 2002, p.173)

Apenas no século XIX que algumas tentativas de colonização e ocupação foram direcionadas para esta porção do território paranaense.

Observe-se que a região Sul do Paraná recebeu muitos imigrantes europeus e a região Norte do Estado também recebeu um contingente significativo de imigrantes europeus e asiáticos, além dos migrantes internos, provenientes principalmente de São Paulo e Minas Gerais.

As terras do Norte do Paraná, no início, tiveram sua ocupação através da região chamada de Norte Pioneiro, e foi por ali que chegaram também, os primeiros imigrantes asiáticos e europeus, que vieram trabalhar nas lavouras de café. Estes muitas vezes já haviam trabalhado em outras regiões do Brasil principalmente de São Paulo e Minas Gerais. Com suas famílias, trabalhavam como empregados, em regime de parceria, juntavam dinheiro e por iniciativa própria buscavam encontrar um lugar para estabelecer-se, como agricultor em suas próprias terras. (STECA & FLORES, 2002, p.42)

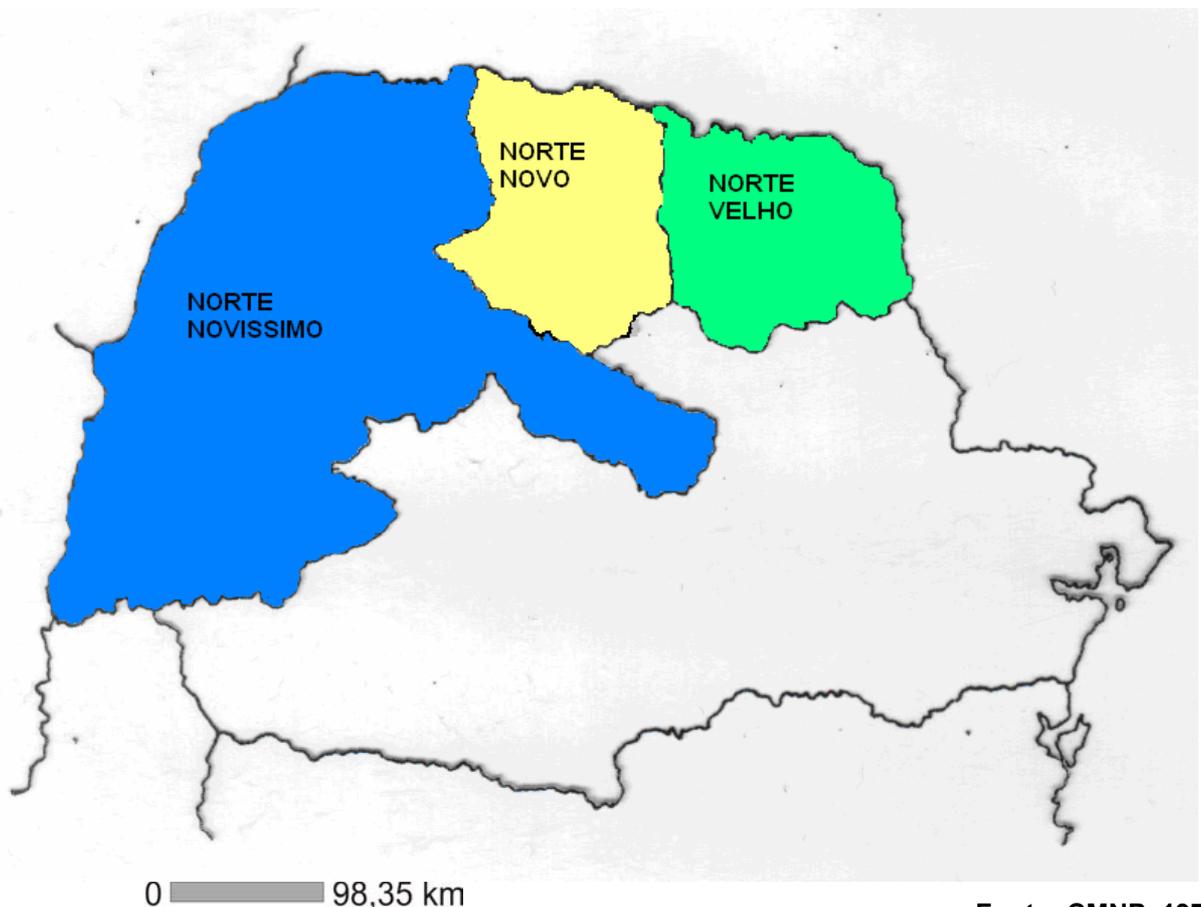
Para compreender, de forma mais didática, o processo de ocupação e colonização do norte do Estado do Paraná, apresenta-se, de acordo com os dados da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977), uma divisão regional, que compreende três subdivisões, denominadas: Norte Velho ou Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. A delimitação da área do norte do Paraná a ser utilizada neste momento da pesquisa é a seguinte:

Essa região – definida pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri – abrange uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização: o Norte Velho, que se estende do

Rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; o Norte Novo, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o Norte Novíssimo, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri. (CMNP, 1977, p. 35)

É preciso salientar que a divisão do Paraná apresentada no mapa 02 desta pesquisa por Fleischfresser (1988) se diferencia da divisão realizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977) no que se refere aos limites do oeste do Norte do Paraná; a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná considera parte do oeste paranaense como pertencente ao Norte Novíssimo, portanto incluindo parcela do oeste paranaense em sua região norte. Há que ressaltar que a ocupação do oeste paranaense difere da ocupação do Norte Novíssimo por ser uma estratégia do governo federal, a Marcha para Oeste, e pela forte presença de gaúchos.

Mapa 5 - NORTE DO PARANÁ E SUA OCUPAÇÃO: VELHO, NOVO E NOVÍSSIMO.



Fonte: CMNP, 1977.

No chamado Norte Velho foi criada uma colônia Mineira, que hoje corresponde ao município de Siqueira Campos (Wachowicz, 2001). A presença de mineiros na região era muito expressiva:

Os mineiros ricos continuavam fazendo posses sempre em direção ao oeste, entre os vales do rio das Cinzas e Laranjinha. Um desses grandes posseiros era Joaquim José de Azevedo, que ao morrer possuía 42.000 alqueires. (...) Em 1867, chegava de Itajubá (MG) o major Thomas Pereira da Silva. Trazido por seu amigo Domiciano Correa Machado, fixou-se no Rio das Cinzas. Comportava-se como um verdadeiro patriarca. Sua família compunha-se de mais de 200 pessoas. O patrimônio doado pelo major Thomas, em 1878, deu origem à atual Tomasina. (WACHOWICZ, 2001, p. 256)

O perfil do migrante mineiro que ocupou o Norte Velho do Paraná era de proprietário de terras, devido à sua boa condição financeira. (Wachowicz, 2001).

Visto que a grande maioria de migrantes que ocupou o Norte Pioneiro ou Norte Velho, era composto de mineiros e paulistas, pode-se afirmar que a atividade econômica que se desenvolveu na região foi baseada nos moldes paulista e mineiro:

No Norte Pioneiro, a sociedade do século XIX seguia os mesmos padrões das sociedades paulista e mineira, ou seja, latifúndio, uso de trabalho escravo e patriarcalismo. Não havia ainda se desenvolvido a cultura cafeeira. Plantavam algodão, fumo, arroz, feijão e milho. (...) teve início na região Norte paranaense, a produção do chamado “milho em pé”. (...) A mão-de-obra era pouca e o pagamento ao assalariado era feito com gêneros alimentícios e ou carne de porco. O sistema era de safra e no intervalo, os trabalhadores para manterem seus empregos, submetiam-se ao trabalho pela comida. (STECA & FLORES, 2002, p.127)

De forma geral, o Norte do Paraná no século XIX era essencialmente agrícola, com uma produção voltada para o mercado interno, em que os trabalhadores rurais estavam submetidos ao trabalho em troca de alimentos.

No século XX a população paranaense que ocupava o Norte era formada por migrantes, principalmente de outros estados brasileiros, e, estava assim distribuída:

A grande maioria da população do Norte do Paraná, provém de outros Estados, tornando a região um grande centro de atração das migrações internas no Brasil. Sua população de maneira geral, estava assim constituída: 45% de paulistas, 20% de mineiros, 10% de nordestinos, 10% de catarinenses, 10% de paranaenses e 5% de estrangeiros e outros. (WACHOWICZ, 1972, p.168)

Estes deslocamentos internos no Brasil eram realizados por pessoas que almejavam, principalmente, melhores condições econômicas. Singer (1998) explica que:

(...) a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado. (SINGER, 1998, p. 52)

De início, a ocupação do Norte do Paraná foi pouco expressiva, com alguns proprietários de terras, sua família e empregados, e, foi crescendo no início do século XX. Esse crescimento foi devido às leis restritivas quanto ao plantio de café em São Paulo, grande produtor na época e em outros estados brasileiros que cultivavam o café⁸. Um incentivo para que alguns fazendeiros paulistas viessem desenvolver esta cultura no Paraná, pois não era um grande produtor de café na época, e, estava isento de algumas leis restritivas impostas para São Paulo. Um incentivo que direciona a cultura cafeeira para o Norte do Paraná. Com uma migração interna, formada principalmente de paulistas e mineiros, iniciou-se a ocupação efetiva do Norte Velho do Paraná:

Era a frente pioneira constituída por fazendeiros, grandes proprietários isolados que empreendiam a empresa, com suas famílias e empregados, espontaneamente, procurando as terras do Norte do Paraná, para plantar café e, em menor escala, para a criação de gado. (...) a penetração, porém, em território paranaense,

⁸ Em 1927, o governo da União, em conjunto com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estabeleceram o chamado “segundo convênio cafeeiro”, para a defesa conjunta do produto, que estabelecia cotas de produção e de exportação a cada um dos Estados que a essa atividade se dedicavam, o Paraná, apercebendo-se do notado protecionismo nele encerrado, e que amparava especialmente os interesses da cafeicultura paulista, recusa-se terminantemente a assiná-lo e, em represália contra o Porto de Santos, isenta o seu produto, de impostos de exportação por Paranaguá. (PADIS, 1981, p.115)

somente ganharia expressão, como onda povoadora, no início do século XX quando a conjuntura nacional tornaria procuradas e preferidas, para o café as terras do Paraná. Este Estado, por não haver ainda ultrapassado as suas quotas de produção, estava fora do alcance das leis restritivas ao plantio do café, advindas das crises de super-produção, não incidindo sobre os seus cafeeiros as taxas que já gravavam aqueles do Estado de São Paulo. (BALHANA, et al.; 1969, p. 213)

É preciso compreender que esta primeira etapa de colonização paranaense do Norte Velho (Mapa 05), corresponde a uma área que se estende até à margem direita do Rio Tibagi. Fruto dessa colonização se desenvolveram alguns centros urbanos, como: Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes e Cornélio Procópio. Para caracterizar esse primeiro momento de ocupação do chamado Norte Velho, onde se inicia o cultivo do café no Paraná, Cesário (1991), esclarece a importância que a cultura cafeeira teve nessas terras:

O que ressaltam dessa primeira expansão do café em território paranaense, com o surgimento do Norte Velho, são as características do processo de produção e os contornos das zonas rural e urbana na área pioneira. A fazenda é considerada na sua função de organizadora da produção dentro de uma estrutura fundiária onde a grande propriedade, desde o início da cafeicultura, terá um papel relevante. (CESÁRIO, 1991, p. 42)

Segundo, Ianni (1984), o desenvolvimento do Norte do Paraná, Norte Velho ou Pioneiro, demonstra a expansão do capitalismo no campo, pois as explorações agrícolas se tornam mais evidentes, uma vez, que provoca mudanças na estrutura econômica do local.

O desenvolvimento capitalista exige que essa nova área, Norte Velho, se insira num contexto mais amplo da economia nacional. Para tanto, a ligação dessa região com o restante do país é imprescindível para o desenvolvimento capitalista, com a circulação de mercadorias. A ligação do norte paranaense com a capital paranaense por meio de ferrovias e rodovias não passava de projetos, que, por questões econômicas demoraram a se concretizar; em contrapartida, a ligação do norte paranaense com São Paulo se fortalecia com a Estrada de Ferro Sorocabana, que em 1908 entrava em Ourinhos:

A porta de entrada para o povoamento do nordeste do Estado foi Ourinhos, localizada no Estado de São Paulo. Por ali entrou a maioria dos colonizadores. Enquanto ainda se colonizava esta área, nova frente de colonizadores abriu-se ao norte, pelo Paranapanema, independente de Ourinhos... (WACHOWICZ, 1972, p.164)

Com a estrada de ferro no Paraná realizou-se, com êxito, a incorporação do norte paranaense numa economia nacional, tornando a área atrativa às migrações .

No século XX, o Paraná recebeu um grande número de migrantes motivados pela cafeicultura, principalmente paulistas, ao mesmo tempo em que São Paulo era uma área de atração para os migrantes nacionais do nordeste, principalmente, como mão-de-obra para a indústria e outras atividades urbanas; também se constituía uma área de repulsão para os agricultores que desejavam dar continuidade ao cultivo do café. Padis esclarece:

O rápido aumento nos preços do café no mercado internacional, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial constituiu-se em poderoso estímulo aos nossos produtores, dadas as características da oferta do produto. Ocorria que algumas áreas tradicionalmente produtoras não estavam em condições de atender ao crescimento da demanda, quer porque a broca do café (1924) destruía boa parte da produção, quer também porque em algumas áreas os solos encontravam-se esgotados, determinando a queda de produtividade dos cafezais. (...) Foi por estas razões que, parte considerável da população que deu origem aos primeiros núcleos surgidos até o fim da terceira década deste século no norte do Paraná, proveio da região de Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto. (PADIS, 1981, p. 89)

Alegre (2001), também justifica a ocupação desta porção do norte do Paraná, entre as décadas seguintes, de 1940-60:

Nesse período 1940/1960, de acordo com os dados dos censos, mais de 2,7 milhões de pessoas de todo país afluíram, em especial, para o norte onde o café atraiu grande fluxo de migrantes. Era gente do oeste paulista onde o café estava em decadência por várias causas, em geral ligadas à economia, mas, especialmente, pelo cansaço das terras que eram menos férteis e já não propiciavam colheita satisfatória economicamente. No norte paranaense, além de haver terra em abundância, o solo, constituído pela famosa terra roxa, em grandes áreas, representava forte atrativo pois os custos de produção seriam bem mais baixos o que explica o êxito do café nesta parte do Paraná. Além dos paulistas, ou oriundos deste estado,

também mineiros, nordestinos e, inclusive, os elementos estrangeiros como italianos, japoneses, alemães e outros, todos com a esperança de encontrar um lugar que lhes permitissem, não apenas sobreviver mas quem sabe, fazer fortuna. Para muitos, possuir um pedaço de terra já constituía a realização de um sonho. (ALEGRE, 2001, p.215)

Trata-se de um novo tipo de colonização no Norte do Paraná, a colonização na área que foi denominada de Norte Novo:

É uma “colonização dirigida, no entanto, quer por empresas privadas, quer pela iniciativa oficial, seria, sobretudo realizada entre a margem esquerda do Tibagi e as barrancas do rio Paraná. (BALHANA, et al., 1969, p. 214)

É importante destacar que no Norte Novo, as empresas colonizadoras privadas tiveram papel fundamental na ocupação desta região, em especial, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Essa companhia foi fruto da compra de duas glebas de terras no norte do Paraná por capitalistas, que desejavam realizar o cultivo de algodão e de instalar máquinas para o seu beneficiamento; a sede da companhia era em Londres, a Brazil Plantations Syndicate Ltda. Os investimentos iniciais não obtiveram sucesso, obrigando a companhia a criar um projeto imobiliário nas terras adquiridas, a Paraná Plantations Ltda, com filial no Brasil: Companhia de Terras Norte do Paraná. (Padis, 1981)

O interesse da CTNP era essencialmente motivar a imigração para a venda dos lotes de terra (...). No caso da aquisição de terras pelos imigrantes, ainda lá na Europa, eles recebiam um documento como comprovação de transação imobiliária. Quando eram reimigrados, a CTNP oferecia meios de transporte para que eles pudessem conhecer e escolher as terras para compra. Sempre que os compradores iam conhecer as terras para futura compra, mostravam-lhes uma árvore de figueira branca como prova da fertilidade do solo, uma vez que essa espécie de árvore somente se desenvolve com esplendor com solo fértil, por isso mesmo, considerada como símbolo da fertilidade da terra. (STECA & FLORES, 2002, p.44)

A Paraná Plantations Ltda havia adquirido do governo do Estado terras devolutas na sua porção Norte, a preços acessíveis:

A Companhia de Terras Norte do Paraná, adquiriu as suas glebas do governo do Estado, à razão de 20 mil-réis por alqueire paulista, em

1925. Quinze anos depois, em 1940, ela os vendia à razão de 500 mil-réis. Uma década depois, 1950, o preço por alqueire não ia além dos 10 mil cruzeiros, ou seja, cerca de quinze vezes o salário mínimo fixado para a região norte-paranaense e oito vezes o estabelecido para a cidade de São Paulo. (PADIS: 1981, p.106)

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), em união com a Paraná Plantations Limited e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, foram responsáveis pela venda dos lotes para os migrantes e realizaram propagandas das terras do norte do Paraná na Europa. Revendeu as terras com grande margem de lucro, mesmo se comparando aos dias atuais.

Paralelamente, notou-se que muitos europeus deixaram a Europa, ora fugindo dos conflitos internos dos países europeus, ora pela procura de novos lugares para se fixarem devido às precárias condições econômicas que estavam submetidos em seus países de origem.

De início, a companhia inglesa objetivava realizar no norte do Paraná a ocupação com habitantes do Iraque, com a produção da cultura algodoeira, como se apresenta na afirmação de Wachowicz (2001):

Na mesma época em que o grupo liderado por Lord Lovat adquiria extensas glebas no norte do Paraná, companhias inglesas encontraram petróleo no norte do Iraque, então possessão inglesa. Esses territórios eram habitados por tribos beduínas e belicosas: os curdos. Os ingleses eram obrigados a dispendere enormes quantias para manter essas tribos calmas. Para melhor poder explorar esse petróleo, os ingleses resolveram livrar-se dessas inquietas populações. O grupo de Lord Lovat estava ligado aos capitais petrolíferos que atuavam no Iraque. Esses grupos entenderam-se em Londres e resolveram transferir parte dessas populações curdas do Iraque para o norte do Paraná. (WACHOWICZ, 2001, p. 268)

Oliveira (1942) confirma as intenções da companhia inglesa no Norte do Paraná, só que este autor afirma que a intenção dos ingleses era realizar um migração dos assírios, que viviam em conflitos com os seus inimigos, os curdos, diferentemente do que retrata Wachowicz (2001) :

Explico-me melhor: essa tribo de assírios em número de 60 mil, então dos quais, 14 mil assírios, como refugiados, pela Comissão Nansen, devia sair do Irak, porque o Irak é um território petrolífero, e

a Inglaterra precisava de que a população assíria da região dali se retirasse, tanto para ficar livre do peso da assistência que lhe devia, como, naturalmente, para explorar melhor seu território. (OLIVEIRA, 1942, p. 135)

Conseguir a liberação do governo brasileiro para realizar essa migração curda para o norte do Paraná foi fácil, pois o governo brasileiro se encontrava endividado com os ingleses, de acordo com Wachowicz (2001).

A pressão dos grupos sociais nacionais foi grande para que tal migração não fosse realizada, principalmente pela imprensa carioca e curitibana da época, o que fez mudar o interesse da companhia de Lord Lovat em relação ao norte do Paraná:

Resolveram então os ingleses abandonar a política da venda de terras para os curdos do Iraque e investir na venda aos próprios brasileiros. Concomitantemente, abandonaram o objetivo da produção de algodão e resolveram ganhar dinheiro com negócios imobiliários. (WACHOWICZ, 2001, p. 269)

Ressalta-se que as migrações populacionais têm no sistema econômico suas principais bases, como relata Rua:

(...) a saída de uma região é fruto de conflitos resultantes de um antagonismo entre capital e trabalhador, conflitos que se reproduzem nos locais de chegada, já que são inerentes ao próprio capitalismo. As razões de saída (fatores de expulsão) são priorizadas em relação aos fatores de atração, que nunca teriam força suficiente para tirar as pessoas de suas famílias, de seu meio social. (RUA, 1997, p.59)

A seguinte citação caracteriza o processo de colonização e ocupação que ocorreu no Norte do Estado:

A iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná e de outras companhias colonizadoras, particulares, fez povoar densamente a região. Os povoadores recém-chegados eram, sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos. Colonos estrangeiros de variada origem e procedência, também se estabeleceram no Norte do Paraná, muitos espontaneamente, outros dirigidos por companhias colonizadoras. No último caso, constituem exemplos significativos, as colônias de Uraí e Assai, fundadas respectivamente pela Brazil Tokushoku Kaisha-Bratac e pela Nambei Tochi Kabushiki Kaisha, com imigrantes japoneses e seus descendentes. (BALHANA, et al., 1969, p.216)

Assim, a porção norte do Paraná foi ocupada e povoada por ações de empresas privadas, com apoio do governo. Num primeiro momento, num processo de migração interna, mineiros e paulistas se dirigiram ao Norte Velho.

A companhia, CTNP, realizou a ocupação e o povoamento do que se denominou Norte Novo, onde se desenvolveram núcleos urbanos expressivos na atualidade, como Londrina, com presença expressiva de migrantes europeus e asiáticos.

Quanto a importância dessa ocupação por parte dos migrantes no norte do estado, Wachowicz, esclarece:

Com a entrada de mais de um milhão de migrantes no norte do Paraná, houve uma séria ameaça à hegemonia política exercida no estado pela elite do Paraná Tradicional. Para alegria dessa elite, os nortistas não manifestaram de início muita intenção de exercer os direitos políticos advindos do peso demográfico que o norte passou a representar no conjunto do estado. (...) Os pés vermelhos teimavam em permanecer afastados dos problemas políticos e administrativos do estado e continuavam vibrando e se interessando mais pelos problemas de suas respectivas regiões de origem. A capital para os nortistas era São Paulo e não Curitiba. (WACHOWICZ, 2001, p. 284)

O domínio político no Paraná era exercido pelos políticos do Paraná Tradicional, onde se encontra Curitiba, ficando o Norte do estado alheio das questões políticas que direcionavam o Paraná. A vinda de migrantes ao Norte do estado, uma vez que fez aumentar o contingente populacional, poderia pressionar o governo estadual no sentido de tomar decisões que também favorecesse essa região paranaense, que até então pouco era beneficiada por direitos e decisões políticas. À distância entre o Norte paranaense e a capital do estado era mais que geométrica, havia costumes e interesses distintos, a inserção do nortista em questões políticas não era algo bem visto pelos tradicionais políticos do Paraná na época.

Com o avanço para o noroeste do Paraná, a Companhia de Terras expandiu seus empreendimentos, com a ajuda do governo, que instalava no norte do Paraná a estrada de ferro; muitos municípios foram se desenvolvendo e atraindo

um grande número de imigrantes. Inicia-se a ocupação do Norte Novíssimo do Paraná:

A ocupação efetiva pelos ingleses deu-se de forma bastante interessante. Embora inicialmente não tivesse uma previsão das dimensões do sucesso de seu empreendimento, depois de consolidados alguns centros, especialmente Londrina, Apucarana e Arapongas, a companhia empreendedora passou a planejar as cidades que pretendia construir. A idéia central era a de instalar, entre várias cidades pequenas, distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra, um centro de atração econômica – especialmente comercial e de serviços- e assim surgiram Maringá, Cianorte e Umuarama. (PADIS, 1981, p. 93)

A ocupação do Norte Novíssimo se fez, também, com a presença do governo do Estado, pois as terras pertencentes a essa região faziam parte do patrimônio paranaense, após a Revolução de 1930, como afirmam os seguintes autores:

O Governo do Estado do Paraná, proprietários ainda de grandes áreas de terras devolutas, e de terras de antigas concessões anuladas que retornaram ao seu patrimônio, iniciou também, a partir de 1939, diretamente, um programa de colonização de muitas dessas áreas, no Norte paranaense. Foram, assim, de iniciativa oficial, (...) Pagu (1950), em terras da ex-concessão Alves Almeida, bem como a colônia de Paranavaí, mais a oeste, em 1942, situada a sua sede no centro da antiga Fazenda Brasileira, cujas terras haviam voltado ao patrimônio do Estado do Paraná, após a Revolução de 1930. (BALHANA, et al., 1969, p.216)

A qualidade das terras do Norte Novíssimo não era favorável ao cultivo do café, uma vez que essa cultura já não era tão rentável. Bernardes (2007) caracteriza as condições da colônia de Paranavaí:

De constituição arenosa, as terras da colônia de Paranavaí, embora revestidas de mata, são poucos férteis, não se prestando à lavoura cafeeira, o que constitui, sem dúvida uma grande desvantagem em relação às outras colônias do Norte do estado, desvantagem, aliás acrescida pela maior distância dos mercados para colocação da produção agrícola, Apucarana e Londrina. Todavia, verificou-se para esta colônia um afluxo considerável de colonos, muitos dos quais, já radicados na zona norte do estado, procuravam, assim, tornar-se proprietário, atraídos pelo preço reduzido fixado pelo estado e as facilidades de pagamento em prestações anuais. (BERNARDES, 2007, p.189)

Como a Companhia de Terras Norte do Paraná, obteve saldo positivo em seu projeto de colonização, no Norte Novo, esta reivindicava a aquisição de mais terras, para também, colonizar. Esse desejo, no entanto, foi vetado pelo governo e sua atividade no Brasil mudará de foco:

Era desejo da Companhia de terras adquirir novas áreas devolutas para estender ainda mais sua colonização, mas não foi possível um acordo com o governo do Estado. Aplicou então a companhia seu capital em investimentos industriais no Paraná e em São Paulo. Como tais inversões estavam fora do único objetivo da companhia, qual seja, a colonização, acarretaram a mudança de nome em 1951, e hoje é conhecida pelo nome de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. (WACHOWICZ, 1972, p . 167)

A colonização do Norte Novíssimo foi realizada pelo governo e por companhias particulares de colonização.

Após uma breve análise do processo de colonização e ocupação do Paraná, pode-se afirmar que o principal motivo que norteou a vinda de migrantes para este estado está vinculada ao desejo de obtenção de terras, um problema brasileiro desde a sua formação histórica. Os migrantes que chegavam nas terras paranaenses encontraram situações conflituosas, como no sudoeste, pelo direito legal das terras. Aos poucos, o Paraná foi inserido no contexto de uma economia capitalista, as ocupações se fizeram dentro de parâmetros que não colocavam em risco a reprodução do sistema econômico vigente. As ferrovias e as rodovias foram “abertas” para a circulação de mercadorias. Foram migrações que ocorreram de estados próximos, geograficamente, como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e, deslocamentos dentro do próprio estado. As migrações internacionais, de acordo com a abertura que o governo federal estipulava e os objetivos que procurava alcançar, ocorreram de forma gradativa entre as várias nacionalidades já citadas. Assim, foi de suma importância este resgate histórico para o desenvolvimento desta pesquisa, para o entendimento da formação e consolidação de um bairro periférico de Londrina, no Norte do Paraná.

4. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA

Para contextualizar o Brasil e seus processos migratórios, há que se observar na década de 1930 uma maior expressividade das migrações internas do que das externas, até então preponderantes no território nacional, como afirmam Pacheco e Patarra (1987), o que torna mais compreensível a criação e o desenvolvimento do município de Londrina, que tem na década de 1930 suas origens:

A partir de 1930 passaram a intensificar-se as migrações internas. Esses movimentos de população vincularam-se às transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira, relegando a um segundo plano as migrações internacionais. Num primeiro momento, dirigiram-se preponderantemente para São Paulo, atraídas pelo seu desenvolvimento industrial e pela expansão de sua agricultura. Os migrantes eram provenientes de Minas e dos estados do Nordeste. A concentração do desenvolvimento industrial na região centro-sul e a progressiva integração do mercado interno, no entanto propiciaram não somente o crescimento das cidades industriais, mas também o crescimento generalizado das cidades em todo o território nacional, independentemente do grau de desenvolvimento local. (PACHECO & PATARRA, 1997, p. 35)

Houve várias ações políticas que possibilitaram esses deslocamentos internos no território brasileiro, como venda de terras a companhias colonizadoras no estado do Paraná, como relata Wachowicz (2001):

Em 1925, os ingleses entraram em contato com o presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Este concordou com a venda de terras aos ingleses no norte do estado. Adquiriu então a Companhia de Terras Norte do Paraná inúmeras glebas situadas entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí. Houve terras que os ingleses pagaram até três vezes: ao Estado, ao posseiro e aos que possuíam títulos verdadeiros ou duvidosos. Faziam questão absoluta de que suas escrituras fossem incontestáveis. (WACHOWICZ, 2001, p. 268)

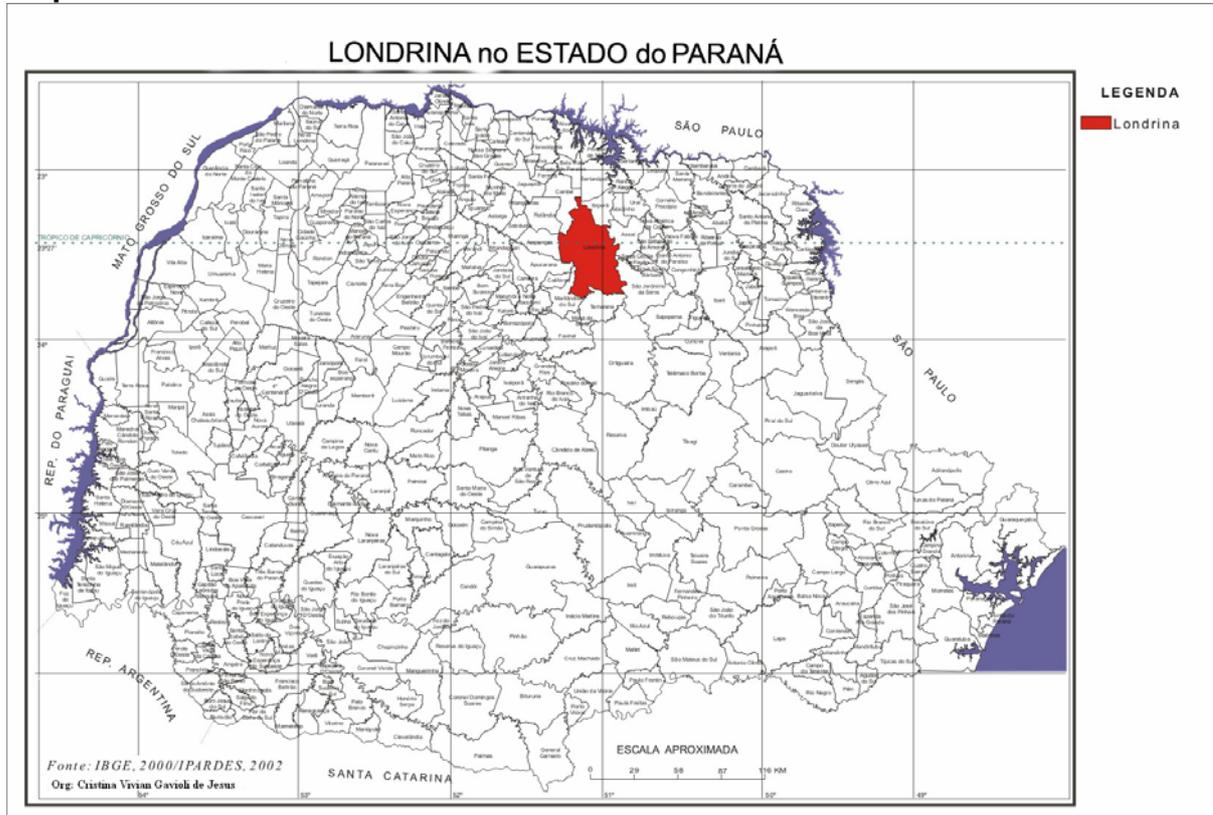
É nesse contexto histórico que ocorreu a formação de Londrina / PR, em pleno processo de desenvolvimento da cafeicultura no Paraná:

Á medida que essa nova expansão da cafeicultura adentra o estado, vai tomando rumo noroeste. Iniciada ao final dos anos vinte, esta é a

fase mais dinâmica da cafeicultura. Várias empresas colonizadoras de capital privado atuaram nessa etapa, planejando tanto o assentamento dos produtores rurais quanto a formação de cidades que deveriam oferecer os serviços urbanos necessários ao campo, onde se praticava a cafeicultura acompanhada de outros cultivos temporários e intercalares, como o arroz, o milho e o feijão. (CESÁRIO, 1991, p. 42)

Londrina localiza-se na região sul do país, no norte do Estado do Paraná, onde a cafeicultura teve grande importância na ocupação e desenvolvimento do município. No mapa 06 é possível visualizar a localização do município no Paraná, no norte do Estado.

Mapa 6 -



De acordo com o Perfil de Londrina (2005/2006, p.22), o município possui características físicas bem definidas; está situado entre 23°08'47" e 23°55'46" de Latitude Sul e entre 50°52'23" e 51°19'11" a Oeste de Greenwich; possui solo de origem basáltica; o clima, segundo a classificação de Köppen, é do tipo Cfa, ou seja, clima subtropical úmido, com chuvas em todas as estações; o subsistema hidrográfico do Município corre no sentido predominante de Oeste para Leste, são poucas as áreas remanescentes da formação vegetal natural (mata pluvial tropical e

subtropical) que recobria a região de Londrina. De forma específica, a área urbana de Londrina apresenta as seguintes características:

A área urbana da sede do município se distribui, em sua maior parte, sobre locais considerados predominantemente como plano-topos, e divisores de águas com declividade entre 0-12%, embora locais com declividade até 30% estejam recebendo ao longo dos últimos anos um número considerável de ocupações humanas (...). A urbanização da área sede do município desenvolveu-se com notável facilidade em direção norte, leste e noroeste, locais de relevo suave ondulado e de vertentes com pequena inclinação. (FÁRIA, 2001, p. 118)

Destaca-se que o processo histórico de ocupação do município está inteiramente relacionado a fatores históricos, como a missão Montagu, tendo como figura principal Lord Lovat que teve a missão de investigar se essa região era propícia ou não para investimentos do capital inglês:

Lord Lovat interessa-se pela região Norte Paranaense, pela excelência de seus solos, pela facilidade de compra da terra, visto que o governo vendia as terras a preço muito baixo, sendo líquido e certo o retorno do capital investido (...) Estava lançada a idéia do empreendimento imobiliário que teria o nome de “Companhia de Terras Norte do Paraná”, subsidiária brasileira da Paraná Plantations Ltda, pertencente aos mesmos acionistas da Sudan Plantations, fundada na Inglaterra. (...) Foi assim que em 1925, os interesses capitalistas da burguesia inglesa e nacional se uniram, a fim de reproduzir o capital com segurança e rapidez. (ALVES, 1991, p.26)

A aliança entre o capital nacional e o capital estrangeiro foi o eixo que norteou a ocupação do Norte Novo do Paraná, pois de um lado ocorria a instalação da ferrovia que ligava o norte do Paraná à São Paulo, pela Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, e a compra de terras por uma companhia de procedência inglesa. (Padis, 1981)

Londrina foi a sede da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP – em 1929, e, nesta época ainda não possuía a denominação atual, era denominado Patrimônio Três Bocas e só obteve a categoria de município em 1934. A denominação Londrina significa pequena Londres, em homenagem aos ingleses que eram proprietários da companhia. (PML, 2005/06)

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado deste projeto inglês. Na tarde do dia 21 de agosto de 1929, chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, no qual o engenheiro Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina. O nome da cidade foi uma homenagem prestada a Londres – “pequena Londres”, pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto estadual n.º 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade. O primeiro prefeito nomeado foi Joaquim Vicente de Castro. (PML, 2005 / 2006, p. 3)

No início da década de 1930, o Patrimônio Três Bocas, nome dado na época à Londrina, possuía apenas algumas casas de madeira, era um acampamento de pioneiros, com muitas perobas e paus-d’alho. (CMNP, 1977).

Para contextualizar a formação da cidade de Londrina com o momento histórico econômico nacional, observe-se a afirmação da pesquisadora Maricato (2000):

A economia mantém seu epicentro no setor agrário exportador até 1930, quando ocorre o que Florestan Fernandes denomina a revolução burguesa no Brasil: o Estado investindo decididamente em infra-estrutura para o desenvolvimento industrial visando à substituição de importações. A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verifique uma ruptura com os interesses hegemônicos. Essa ambigüidade entre ruptura e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial, embora ele ocorra em pleno século XX, quando formalmente o Brasil é uma República independente. A questão fundiária, que ocupou um lugar central nos conflitos vividos pelo país no século XIX, referia-se fundamentalmente ao campo. (MARICATO, 2000, p. 15)

Num contexto nacional, as políticas adotadas foram baseadas em interesses burgueses, após 1930, que acarretou na industrialização brasileira, de forma desigual pelo território. As novas medidas modificaram as questões populacionais. Incentivaram e afetaram o direcionamento dos fluxos migratórios. Segundo Singer (1998) a migração interna pode ser compreendida se vista como resultado da criação de desigualdades regionais, que é o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização.

O desenvolvimento e o crescimento urbano do país eram de interesse nacional, direcionado por interesses econômicos de uma burguesia capitalista, ou seja, o Brasil era um país predominantemente agrário, mas a burguesia industrial assume a hegemonia política.

Há que se ressaltar que a população do Paraná em meados da década de 1930 era relativamente baixa, de acordo com Alegre (2001):

Até o início da década de 30, -1930-, a população do Paraná era muito pequena e representava menos de 3% dos totais brasileiros e a própria densidade desse estado esteve sempre abaixo da densidade do país até que nessa década o Paraná foi “descoberto”. Planejou-se sua ocupação a partir das porções do norte cujo o solo mostrava-se adequado para o grande produto que era o esteio da economia brasileira: o café, que atraiu grande massa da população para esta área. (ALEGRE, 2001, p.216)

Tratava-se de um estado meramente agrícola, que estava por receber vários projetos de colonização e povoamento. No bojo desses interesses se desenvolve o Norte do Paraná Londrina. Ianni (1984) contextualiza o período histórico no qual surge Londrina:

Em primeiro lugar, a Grande Depressão Econômica dos anos 1929-33 e a Revolução de 1930 assinalam o fim do Estado Oligárquico no Brasil. Foi nessa época que as burguesias agrária e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político para as classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários). Ainda que não tivesse perdido de modo completo o domínio do poder político federal (e nos principais Estados da União), a Revolução de 1930 representou uma vitória da cidade sobre o campo, isto é, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais. Criaram-se algumas das condições que iriam favorecer o predomínio do setor industrial sobre o setor agrário, principalmente a partir da década de 1950. (IANNI, 1984, p. 117)

Ianni (1984) ainda esclarece que os setores agrário e industrial são complementares e interdependentes. Os projetos advindos deste período combinavam fatores urbanos e rurais, a ocupação, o povoamento e o desenvolvimento das regiões brasileiras contemplavam atividades urbanas e rurais, em moldes capitalistas.

O projeto arquitetônico inicial da cidade de Londrina previa uma população de vinte mil habitantes, mas o registro populacional, após uma década de formação da cidade, traz quase o dobro da população urbana prevista, pois recebeu um grande aumento populacional devido às mudanças ocorridas no setor agrário brasileiro, descritas em parágrafos anteriores. (Vide Tabela 06).

O crescimento populacional de Londrina, na segunda metade do século XX, foi muito significativo, visto que da década de 1950 à 1960 o número de habitantes do município e de pessoas vivendo na área urbana duplicaram (vide Tabela 06), ou seja, num intervalo de dez anos a população londrinense passa por profundas mudanças.

Foi na década de 1950 que a produção cafeeira atinge seu apogeu em Londrina, com forte desenvolvimento da região. Londrina passa a ser ainda mais o foco e o alvo de deslocamentos populacionais internos; na década seguinte, também haverá um registro quantitativo de grande expressividade no crescimento populacional desta localidade.

A evolução da população londrinense, urbana e rural, pode ser constatada na tabela 6:

Tabela 6 - Evolução da população de Londrina.

ANO	POP.URBANA		POP. RURAL		TOTAL
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	
1940	11.175	37%	19.103	63%	30.278
1950	34.230	48%	37.182	52%	71.412
1960	77.382	57%	57.439	43%	134.821
1970	163.871	72%	64.661	28%	228.532
1980	267.102	89%	34.647	11%	301.749
1991	366.676	94%	23.424	6%	390.100
2000	433.369	97%	13.696	3%	447.065

Fonte: PML, 2006.

A tabela 06 mostra que a população urbana teve um rápido crescimento desde a década de 1940 ultrapassando a população rural na década de 1960. Desenvolvia-se a cidade de Londrina, entre outros fatores, com a chegada de muitos migrantes:

Conforme os dados do Plano Diretor (1996), de 1934 até 1950, teve-se o primeiro momento para o povoamento da cidade de Londrina. Tal momento foi marcado pela chegada de migrantes do território nacional e internacional, os quais para cá se deslocavam influenciados pelas vantagens, amplamente, difundidas pela CTNP. Até 1950, havia predominância dos migrantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais, bem como dos estados do Nordeste brasileiro. Estes se dirigiam para áreas urbanas e rurais do municípios. (...) Os imigrantes estrangeiros eram, em sua maioria, de japoneses (50,68%), portugueses (12,91%), espanhóis (7,75%), e italianos (5,82%). (FERREIRA, 2000, p.52)

É preciso, também, esclarecer que o aumento apresentado na população rural do Paraná, antes da década de 1970, foi fruto da vinda de imigrantes e pela elevada taxa de fecundidade, de acordo com Fleischfresser (1988).

As mudanças ocorridas no campo influenciaram no número de habitantes das áreas rurais e urbanas do município, que também pode ser entendido dentro de um contexto mais amplo:

Os movimentos migratórios no Brasil, como se sabe, assumiram uma grande magnitude e expressão a partir dos anos de 1950 do século passado, num processo concomitante com a intensa urbanização do período e um acirramento das desigualdades regionais. Os intensos fluxos de população estiveram interligados à concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população. (PATARRA, 2004, p.50)

Enquanto a população urbana aumentava, ocorria o decréscimo da população rural em Londrina, e, em outros estados brasileiros:

O movimento de redução da população rural é comum aos estados brasileiros e pode-se dizer que é comum aos países em processo de industrialização ou já industrializados, quando, enfim, as condições materiais para a produção de bens de capital para o setor agrícola existem e, então, o processo produtivo agrícola passa a se desenvolver com base neste tipo de tecnologia. Dada essa tendência, o acontecido no Paraná causa surpresa não pelo fato em si, mas pelo volume e reduzido espaço de tempo em que se verificou. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.22)

Percebe-se, então, que a principal atividade econômica de Londrina até década de 1950 era a agricultura. A produção cafeeira e a compreensão de como se procedeu essa atividade econômica na região e no contexto nacional, é de suma importância para o entendimento do desenvolvimento do município, para subsidiar a discussão das transformações populacionais que se processaram neste recorte do Norte do Paraná, onde está inserido o município de Londrina. Kohlhepp (1991) esclarece de forma sintética o auge e a diminuição da importância econômica da cafeicultura na região de Londrina:

Nos anos 50 e no início dos anos 60, o norte do Paraná havia se tornado a região de cultivo de café mais importante do Brasil e ao mesmo tempo a região produtora mais importante do mundo. A ocupação do território e o desmatamento de grandes áreas coesas serviram à expansão do cultivo do café como monocultura, que, apoiado pela crescente demanda do mercado mundial, transfigurou grandes áreas do Norte Novo, colonizado desde 1930, e também das zonas pioneiras recém ocupadas do Norte Novíssimo. ... Os processos de desenvolvimento desenfreados e altamente marcados pela especulação no Paraná rapidamente trouxeram o problema da superprodução, que, apesar de uma cota brasileira de exportação fixada pela International Coffee Agreement – ICA – em 40% das exportações mundiais de café, levou à necessidade de intervenções estatais no Brasil. (KOHLHEPP, p.80, 1991.)

Com a maior produção cafeeira do Brasil, o Paraná na década de 1950 ultrapassa São Paulo em quantidade de produção, segundo Padis (1981), ao mesmo tempo que, o apoio governamental para a continuação desta cultura não era mais incentivado. Padis coloca a situação do café no cenário internacional:

Se for lembrado que, depois de 1953, a situação do café brasileiro no mercado internacional começou a deteriorar-se, seja devido à queda das cotações do produto, seja devido ao aumento crescente da produção dos países concorrentes, percebe-se claramente que a cafeicultura do país passava a receber cada vez menos incentivos ao seu desenvolvimento. (...) Ora, foi exatamente na década dos anos cinquenta que o Paraná ganhou dianteira na produção nacional de café, deixando para trás o outro grande produtor, o Estado de São Paulo. Foi também nessa década que o desenvolvimento industrial de São Paulo se tornou vertiginoso. (PADIS, 1981, p. 138)

Além de uma política voltada para a redução na produção cafeeira, outro fator, de ordem climática, ameaçava os cafezais: as geadas, freqüentes no

Norte do Paraná entre as décadas 1950 e 1970. Como conseqüência desses novos fatores:

A percentagem da redução das áreas de cultivo de café nos anos 70, devido sobretudo às geadas, levaram à perda de milhares de empregos e ocasionaram uma grande mobilidade da população rural (...). (KOHLHEPP, p.80, 1991.)

Alves (1991) cita os principais motivos que afetaram a produção cafeeira em Londrina entre as décadas de 1960 e 1970:

A partir da década de 60, em especial na década de 70, o café foi erradicado em muitos municípios do norte paranaense, devido tanto as condições climáticas desfavoráveis, como secas prolongadas e geadas fortes quanto e principalmente, ao fomento de erradicação, a fim de modernizar a cafeicultura e diminuir a área plantada (...) que por sua vez liberariam mão-de-obra, através do êxodo rural gerando uma massa de trabalhadores que venderiam sua força de trabalho (...) Londrina, por ser na época uma das cidades do norte do Paraná onde as forças produtivas estavam mais desenvolvidas, ofereceu condições para a imediata incorporação, pelo sistema produtivo, de uma parcela da força de trabalho recém-migrada. (ALVES, 1991, p. 63)

Trabalhadores rurais e pequenos proprietários rurais, que se dedicavam à atividade cafeeira, se dirigiram às cidades em busca de trabalho.

Dadas as especificidades do desenvolvimento e crescimento de Londrina, a população migrada busca na cidade opções de emprego e conseqüentemente, possibilidades de melhoria de vida e das condições para a reprodução de sua força de trabalho. (ALVES, 1991, p. 63)

Londrina recebeu milhares de pessoas de origem rural, que fizeram parte do processo denominado êxodo rural e estabeleceu uma nova característica ao município, que de predominantemente agrário passa a ser urbano, com grande mobilidade populacional, como explica FLEISCHFRESSER (1988):

Essas informações permitem deduzir que durante o movimento de transformação tecnológica – na década de 70 na agricultura paranaense – houve concomitantemente um processo de seleção entre os produtores. Esse processo atingiu em especial grande parcela dos produtores com unidades de até 20 hectares, porém mais duramente os com terras até 10 hectares, configurando entre esses um processo de diferenciação social mais acentuado, porque,

na medida em que um grande número de pequenos produtores perdeu seus estabelecimentos (100.000 no Estado), perdeu também seu principal meio de produção – terra – que permitia sua reprodução como produtores (...) a proletarização é a condição mais provável, na medida em que para manterem sua subsistência só lhes resta a venda de sua força de trabalho. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.41)

Pode-se afirmar que Londrina teve seu desenvolvimento calcado nas migrações internas, principalmente, e externas; sua população urbana começa a desenvolver-se em ritmo acelerado a partir da década de 1940, devido a uma série de medidas tomadas, principalmente, pelo governo, que incentivaram a indústria, principalmente na região sudeste do país, desde a década anterior. Sobre a mecanização do campo, Ianni (1984) complementa:

A agricultura, pecuária, extrativismo, agroindústria, artesanato rural passaram à influência crescente do capital industrial; transformaram-se em indústria. À medida que se formou o setor industrial, no âmbito do subsistema econômico brasileiro, a agricultura passou a ser cada vez mais subordinada às exigências do capital industrial. (...) Assim, o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo implica crescente expropriação do trabalhador rural. O operário rural, meeiro parceiro, arrendatário, morador, colono, sitiante, caboclo, posseiro, índio, praticamente todo trabalhador com alguma ligação com o mercado é subordinado aos movimentos do capital industrial. (IANNI, 1984, p. 160)

A mecanização do campo influenciou no número de habitantes do município de Londrina. As novas técnicas implantadas no campo liberaram um número significativo de trabalhadores rurais, pois sua força de trabalho já não era necessária nas propriedades rurais, e de pequenos proprietários rurais que não conseguiam acompanhar a demanda de produção e adotar essas novas técnicas, pois o custo era relativamente alto, não sendo acessível aos pequenos produtores rurais do Norte do Paraná. Muitos pequenos proprietários tiveram na venda de sua propriedade um único meio de pagar dívidas adquiridas e/ou saldar contas por não ter como obter uma produção que lhe desse condição para tal.

Kohlhepp (1991) resume quais as principais conseqüências da diminuição da lavoura cafeeira e da mecanização do campo:

O afastamento da monocultura do café, que é positivo em princípio, trouxe no entanto uma série de problemas sociais conseqüentes:

primeiramente, a redução na produção de alimentos básicos, que cumpriam um papel decisivo para a população de trabalhadores rurais como culturas intercaladas no cultivo do café. Depois da modernização da agricultura, o aumento da extensão das empresas e, com isso, a concentração de posse fundiária e a demissão de mão-de-obra rural, o que acarreta a perda dos laços sociais e do direito à residência na fazenda. (...) Em adição deu-se, em consequência das pressões decorrentes da mecanização, a perda da flexibilidade no que se refere a alterações empresariais, mas também ao endividamento. (...) As consideráveis perdas de população rural levaram finalmente a uma reação em cadeia, ocasionando o enfraquecimento de pequenos centros e por efeito de ressaca no âmbito das cidades pequenas e médias ao crescimento hiperdimensional de uns poucos centros metropolitanos regionais (...). (KOHLHEPP, 1991, p.92)

Dessa forma Londrina, considerada um centro regional, recebe migrantes rurais de várias regiões paranaenses e brasileiras, que colaboraram na construção dessa cidade. Mas a cidade não estava organizada para receber esse número de novos moradores. A oferta habitacional de Londrina não era suficiente para atender a nova demanda:

Na década de 40, a Companhia não tem mais lotes urbanos à venda. Os migrantes que chegam e procuram se instalar na cidade, defrontam-se com a falta de moradia e, devido a essa escassez, face a demanda, o preço no centro é extremamente elevado. (...) Visando esse mercado latente, à procura de moradias, proprietários rurais dos arredores da cidade, parcelam suas terras produtivas em pequenos lotes, visando o mercado imobiliário, a procura de renda absoluta, pelo fato de ser o proprietário da terra e diferencial, por ter trabalho incorporado à terra, a proximidade com o núcleo urbano. (ALVES, 1991, p. 45)

A diferença entre o número de habitantes da área rural e da área urbana de Londrina já não é tão expressiva na década de 1950, a população rural era de 37.182 habitantes e a população urbana de 34.230; já na década seguinte a população urbana é predominante; Londrina mostra-se um foco de atração de migrantes, neste período, principalmente provindos da área rural.

É preciso destacar a preocupação do município, na época, com a questão da expansão urbana de Londrina, com o significativo aumento populacional já mencionado. Na década de 1950, o poder público realiza o primeiro zoneamento

da cidade de Londrina para suprir a demanda de novas áreas residenciais, comerciais e industriais. (ALVES, 1991)

Londrina não tinha infra-estrutura para atender os novos migrantes rurais, e, setores ligados a habitação, educação e saúde não demoraram a apresentar situações problemáticas.

Na década de 1970, Londrina incentiva o desenvolvimento de indústrias para absorver os trabalhadores rurais que saíram do campo e expande ainda mais seu domínio urbano, com a criação de novas áreas urbanas industriais, conforme afirma Cunha:

Após a década de 70, com o grande afluxo populacional que se dirigiu para a cidade de Londrina, provenientes do êxodo rural iniciado nas décadas anteriores, começam os esforços para atrair para a cidade um maior número de indústrias com o objetivo de diminuir o índice de desemprego na cidade. A criação do Parque das Indústrias Leves, na zona noroeste da cidade é uma das cristalizações desses esforços. (CUNHA, 1996, p. 36)

A década de 1970 marca um período de concentração fundiária no Brasil, de acordo com Oliveira (2001):

Dessa forma, assiste-se no Brasil, simultaneamente, no período 1970-1980 ao crescimento da área dos latifúndios e ao estancamento relativo do crescimento das unidades inferiores a 100 ha. Não custa lembrar que as políticas territoriais dos governos militares pós-64 foram responsáveis por esse processo. (OLIVEIRA, 2001, p.486)

Fruto de investimentos de capital privado, incentivados e propiciados pelo governo, Londrina, assim como o norte paranaense, passou por uma série de transformações/mudanças de ordem econômica e social, que resultaram numa ocupação e colonização por povos de diversas etnias, com migrantes internos e externos, que construíram a história, delimitaram espaços e reinventaram um novo olhar para esta porção do território brasileiro. A construção de um espaço urbano por migrantes que traziam consigo distintas trajetórias de vida, e, de distintas culturas, lançavam-se num novo contexto: de migrante a novo morador.

5. - FORMAÇÃO DOS BAIROS PERIFÉRICOS LONDRINENSES PELO PROCESSO DE MIGRAÇÃO - JARDIM OLÍMPICO

Na formação da cidade de Londrina os deslocamentos migratórios foram fundamentais para seu crescimento. Cunha faz a seguinte afirmativa sobre o desenvolvimento de Londrina, após a década de 1960, e os deslocamentos populacionais ocorridos na região, a partir deste momento histórico, principalmente pelo processo de êxodo rural, que acarretou em diminuição significativa da população rural:

Esse esvaziamento populacional foi um dos resultados das mudanças estruturais na economia, que acabaram por afetar o setor agrícola. Tais modificações trouxeram conseqüências para muitas cidades do norte paranaense, algumas entraram em decadência, devido ao êxodo rural e outras, devido também a mesma causa, cresceram sobretudo pelo afluxo da população na periferia urbana. Londrina se situou neste segundo caso. (CUNHA, 1996, p. 51)

Com a substituição da cultura, do café para a soja, houve a mecanização do campo, o uso de máquinas na produção, a lavoura cafeeira exigia grande número de trabalhadores, diferentemente da lavoura da soja, a solução pra muitos trabalhadores rurais foi seu deslocamento para áreas urbanas. Londrina recebe migrantes provenientes do campo, trabalhadores das lavouras de café.

Sendo assim, é necessário se fazer um recorte espacial da cidade, afim de que se tenha uma melhor compreensão da formação de um bairro periférico denominado Jardim Olímpico, através de deslocamentos populacionais. Ou seja, o Jardim Olímpico é um bairro periférico que contribui no final da década de 70 e início de 80, do século passado (século XX), para o crescimento da cidade de Londrina.



IMAGENS MOSTRANDO A LOCALIZAÇÃO DO JARDIM OLÍMPICO / LONDRINA/ PR

Foto 1 – Localização do Jardim Olímpico em Londrina – PR. (Imagem Google Earth, 1:750.000)

Este recorte do espaço urbano de Londrina define a área de estudo da pesquisa, e, busca explicitar a metodologia empregada no estudo. Alguns autores, como Prêteceille (2004) faz o uso dos recortes institucionais, a exemplo dos censos:

Em numerosos casos, os pesquisadores não têm outra escolha a não ser o uso de recortes institucionais segundo os quais os dados censitários estão organizados: municipalidades, eventualmente bairros das municipalidades, quando tal recorte existe de modo oficial e sistemático. (PRÉTECEILLE, 2004, p. 15)

Apesar da denominação que recebeu o recorte espacial urbano em estudo: “Jardim Olímpico”, esta não corresponde à gênese da denominação estabelecida em alguns locais urbanos no Brasil denominados de *jardim* e a área em estudo em questão. Há uma controvérsia na denominação recebida, ou seja, o termo jardim foi utilizado para se referir a uma parcela da cidade no início da década de 1910, em São Paulo, para diferenciar loteamentos que já possuíam todos os serviços de infra-estrutura urbana privada e pública, como luz, transportes, gás, água e esgoto, de acordo com Pereira (2001). O Jardim Olímpico não contava com essas benfeitoras. Para melhor reconhecer a origem do termo jardim no Brasil, remete-se a Pereira (2001), que destaca, em seu trabalho, o início do uso do termo jardim no Brasil, precisamente na cidade de São Paulo pela empresa de loteamento City, para se referir aos bairros ou vilas no Brasil:

Entre 1911-1915, a City, será a responsável pela compra de mais de doze mil hectares de terras situadas a sudoeste do perímetro urbano fixado em 1900. Os loteamentos de sua propriedade que vão sendo colocados à venda já desde o início possuíam todos os serviços de infra-estrutura urbana oferecidos pela Light (luz, transporte, gás, mais tarde telefonia) e pelos poderes públicos (água e esgoto). (...) Com a ação da City, o termo vila já não podia mais estar associado a um habitat burguês: agora, são os seus loteamentos verdejantes, suas cidades-jardins, que introduzem a segunda palavra forte na lógica da divisão da cidade: jardim. (PEREIRA, 2001, p. 39).

Pode-se afirmar, de acordo com a citação anterior, que o Jardim Olímpico não se assemelha as condições apresentadas para a utilização do termo *jardim* no planejamento urbanístico utilizado no Brasil, no início do século XX, pois é carente de serviços, como transporte, esgotos e outros que serão relatados no

decorrer da pesquisa. Há que considerar que surgiram outros critérios para a escolha do termo “jardim” em algumas localidades urbanas.

O Jardim Olímpico é um bairro localizado na região oeste da cidade de Londrina. Trata-se de um bairro periférico, ressaltando-se que o termo periférico, neste trabalho, vai além da distância do local em relação ao centro urbano da cidade, é periférico, também, por não dispor da infra-estrutura básica de bairro. Siqueira (2006) em sua obra sobre a região periférica da cidade de Campinas / SP, cita o pesquisador Singer para melhor elucidar a questão que envolve o termo periferia urbana relacionando o termo com o uso do solo urbano:

Com isso, chega-se no aspecto relacionado com a estruturação do uso do solo urbano. Segundo Singer, as cidades brasileiras, de um modo geral, se estruturam a partir de um centro principal, área onde se localiza um conjunto diversificado de serviços e equipamentos urbanos e onde se concentra, em alto grau, infra-estrutura de circulação e saneamento básico. Os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tendendo a se tornar mais escassos na medida que aumenta a distância em relação ao centro. Disso resultaria um “gradiente” de valores do solo urbano, que se iniciaria no ponto máximo no centro principal e diminuiria até o ponto mínimo, nos limites da cidade. As classes mais abastadas tenderiam a se localizar nas áreas mais próximas do centro principal e as classes mais pobres, nas porções mais distantes. (SIQUEIRA, 2006, p.08)

No que se refere a distância geográfica das áreas em relação aos centros, em que os moradores de melhores condições econômicas se situam mais próximos do centro, diferentemente dos moradores que não desfrutam de uma condição econômica favorável que ficam mais afastados do centro, é uma premissa que não se adequa na questão dos condomínios fechados, que possuem uma dinâmica distinta.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Londrina (Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação), o bairro ocupava parte do lote número 97 da Gleba Ribeirão Cafezal, de propriedade de Arrabal Empreendimentos Agropecuária e Loteamentos Sociedade Civil Ltda e o loteamento foi aprovado em 20 de novembro de 1979, ocupando uma área total de 267163 m². Note-se, que, neste período de 1970 a 1980, em Londrina, período no qual foi aprovado o loteamento do Jardim Olímpico, ocorre a implantação de outras áreas destinadas a habitação:

Mas é de 1977 à 80, que há o incremento na produção de moradias para a classe de baixa renda. Nesse período são construídas 18 unidades habitacionais num total de 11.377 casas. É a administração de Antonio Belinati, que estrutura os Conjuntos Habitacionais na Zona Norte. (ALVES, 1991, p. 78)

O Jardim Olímpico possui 480 lotes, onde se instalaram instituições religiosas, praça pública (abandonadas, e sem atrativos para a população do local, pelo contrário, se transformou num local de consumo de drogas, segundo os moradores), estabelecimentos comerciais, residências e terrenos baldios.

Quando aprovado o loteamento em 1979, era de responsabilidade do proprietário loteador, de acordo com a Prefeitura Municipal de Londrina, a execução dos serviços de infra-estrutura (terraplanagem do leito das ruas e passeios, locação de quadras e datas, meio-fio com sarjeta e execução de passeios, galeria de águas pluviais, rede de energia elétrica com iluminação pública, rede de água potável, pavimentação asfáltica das ruas, arborização das ruas, urbanização de praças, conforme Lei nº 2.915/78 e caucionar água, conforme Lei nº 2.983/79) e manutenção das áreas que deveriam passar para o domínio público, como praças, ruas, avenidas e canteiros.

É fato que quando aprovado o loteamento Jardim Olímpico em 1979, Londrina contava com grandes projetos habitacionais, como os que levaram à criação dos Conjuntos Habitacionais na zona norte da cidade, conhecidos como Cinco Conjuntos, citado anteriormente. A questão do loteamento neste bairro, Jardim Olímpico, tem características comuns relatadas por Bonduki (2005) sobre os loteamentos realizados em São Paulo na década de 1940 :

A enorme oferta de lotes baratos – pois distantes e desprovidos de benfeitorias urbanas – à venda nos quatro cantos da cidade, passíveis de serem pagos à prestação, que podiam ser ocupados sem os custos e aborrecimentos envolvidos na prefeitura e aprovação de uma planta e sem o risco de perturbação pela fiscalização, com acesso por transporte público (mesmo precário, lento e complementado por longas caminhadas) – eis as condições que viabilizaram o mercado de loteamentos periféricos e criaram uma alternativa habitacional de massa para trabalhadores de baixa renda. (BONDUKI, 2005, p. 287)

Cunha (1996) recorre a outro pesquisador que tem na cidade de Londrina seu objeto de estudo para elucidar os loteamentos realizados em Londrina, em décadas anteriores:

O rápido crescimento da cidade, ao provocar a mudança das glebas periféricas ao núcleo urbano inicial em forma de loteamento, apresentou uma expansão urbana desordenada, pois a maioria desses loteamentos foram abertos sem observar critérios de integração ou continuidade com a malha urbana. (PRANDINI apud CUNHA, 1996, p.55),

O aumento populacional e o rápido processo de urbanização porque passou Londrina geraram problemas urbanos, um deles foi o habitacional. Maricato (2000), contextualiza essa condição urbana numa realidade brasileira:

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela era de 81,2%. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos os números absolutos: em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, e em 2000 ela era de aproximadamente 138 milhões. Constatamos, portanto, que em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. Considerando apenas a última década do século XX, as cidades brasileiras aumentaram em 22.718.968 pessoas. (MARICATO, 2000, p. 12)

Assim, seguindo a tendência do que ocorreu no país, houve um significativo aumento populacional em Londrina, principalmente com origem nos deslocamentos populacionais motivados por mudanças no setor agrário brasileiro, tornando-a uma das cidades mais populosas do Paraná.

O estudo da população que constitui o bairro é de fundamental importância, pois através da pesquisa com a população é que foram obtido dados para a formação do perfil do bairro, e, principalmente, a procedência dos moradores que ocupam esse bairro de Londrina, através dos depoimentos e de entrevistas, em que relataram suas trajetórias de vida.

5.1 POPULAÇÃO DO JARDIM OLÍMPICO

A população da área em estudo é de 685 pessoas, de acordo com dados obtidos na Prefeitura Municipal de Londrina em 2007, e, foi retirada uma amostra de 246 indivíduos para efetuar o estudo desta população, com nível de significância de 95% e com margem de erro igual a 2,5 %, utilizando a seguinte fórmula para o cálculo da amostra:

$$n = \frac{685 \times \frac{1}{(0,05)^2}}{685 + \frac{1}{(0,05)^2}} \cong 246$$

A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados aos indivíduos selecionados para a amostra.

O levantamento por amostragem permite a obtenção de informações a respeito de informações a respeito de valores populacionais desconhecidos, por meio da observação de apenas uma parte (amostra) do seu universo de estudo (população). (SILVA, 2001, p.23)

Utilizou-se a amostragem estratificada sistemática por se tratar de variáveis heterogêneas, efetuando assim um estudo mais uniforme da população, ou seja, através dos dados coletados analisou-se as diferentes variáveis (gênero, moradia, escolaridade, e, outros), traçando assim o perfil da população em estudo. Quanto a amostra estratificada, Almeida (2002) apresenta as características dessa técnica:

Amostra estratificada é outra modalidade de amostra probabilística que procura assegurar que a amostra seja realmente representativa da população. É realizada quando se divide a população em subconjuntos ou estrato e, dentro de cada estrato, se sorteia uma amostra aleatória simples ou sistemática. (ALMEIDA, 2002, p.36)

Uma outra pesquisa foi realizada para compreender como ocorreu o processo de venda dos lotes do Jardim Olímpico. Localizou-se o representante da

empresa responsável pelo loteamento (Arrabal Empreendimentos Agropecuários e Loteamentos S/C LTDA), que atualmente está desativada. Foi localizado o senhor Carlos Herrero Arrabal, responsável pela empresa que realizou o loteamento do Jardim Olímpico e que forneceu as informações sobre a empresa.

A Arrabal Empreendimentos Agropecuários e Loteamentos S/C LTDA foi fundada em 8 de agosto de 1979.

Entretanto, a empresa não indicava uma construtora para os clientes, apenas se encarregava da venda dos lotes. No começo de tal comercialização, suas vendas eram abundantes, pois, assim como hoje, muitos desejam a casa própria. Lembrou-se ainda que a calçada e a mureta eram de responsabilidade do comprador. Nesse momento é importante ressaltar que a Prefeitura Municipal de Londrina aprovou o loteamento em 1979, e que deixava a cargo do proprietário loteador a execução de serviços de infra-estrutura, como a locação de quadras e datas, meio-fio com sarjeta e pavimentação asfáltica das ruas.

Segundo o Sr. Carlos, “a empresa não imaginava a importância que fazia para Londrina, porque a cada contrato fechado, ali se fechava ali também um começo para uma nova história de um cidadão londrinense”.

Assim, a Arrabal Empreendimentos Agropecuários e Loteamentos S/C LTDA, ofertava formas flexíveis de pagamento, o que era de suma importância para seus clientes. As formas de pagamento consistiam em uma entrada, podendo ser negociada, e o restante em parcelas iguais, sendo que os valores não foram informados pelo entrevistado.

De acordo com o sr. Carlos, esse era um dos principais motivos que atraía seus clientes, a negociação do valor da entrada, pois independente do tempo do financiamento, seus clientes “fechavam” o negócio no ato em que era elaborada a proposta de venda. Há que se lembrar que a oferta habitacional de Londrina já apresentava algumas questões que demonstravam um déficit desde décadas anteriores à criação do Jardim Olímpico, como diz Alves (1991):

Na década de 40, a Companhia não tem mais lotes urbanos à venda. Os migrantes que chegam e procuram se instalar na cidade, defrontam-se com a falta de moradia e, devido a essa escassez, face a demanda, o preço no centro é extremamente elevado. (...) Visando esse mercado latente, à procura de moradias, proprietários rurais dos arredores da cidade, parcelam suas terras produtivas em pequenos lotes, visando o mercado imobiliário, a procura de renda absoluta, pelo fato de ser o proprietário da terra e diferencial, por ter trabalho incorporado à terra, a proximidade com o núcleo urbano. (ALVES, 1991, p. 45)

Retomando à pesquisa empírica, por meio do levantamento realizado em campo foi possível averiguar a origem dos moradores do Jardim Olímpico. Foi através de processos migratórios que se formou a população do Jardim Olímpico, assim como a organização espacial de uma cidade está intimamente relacionada com o processo de migração, produzidos num contexto de economia capitalista.

Assim, o estudo da ocupação do Jardim Olímpico em Londrina leva em consideração os deslocamentos populacionais vinculados a fatores econômicos e às diferentes espacialidades (estrutura da cidade e seu entorno, a rede de cidades, a formação e qualificação do espaço, estruturação intra-urbana), de acordo com a seguinte afirmação de Siqueira (2006):

Assim, no momento atual, aportes teóricos nos estudos sobre distribuição e deslocamentos populacionais que se tornam mais robustos são aqueles que consideram, além dos fatores econômicos, a configuração de diferentes espacialidades, a estruturação de cidades e seu entorno, a rede de cidades, a formação e a qualificação do espaço urbano, a estruturação intra-urbana entre outros. (SIQUEIRA, 2006, p. 07)

Entende-se ainda que os movimentos migratórios são instrumentos que servem para minimizar os conflitos, cumprindo uma função essencial para o capitalismo, que cria e recria condições para a sua existência e se reproduz em sua própria contradição.

Uma das características da história do Capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população. Dentro de cada um dos países, as cidades transformaram-se em locus hegemônico da acumulação do capital acelerando o processo de urbanização, fruto não só do

crescimento vegetativo da população , mas, principalmente, das migrações internas originárias no campo.(BRITO, 1995, p.135)

Nota-se que a população deste bairro foi formada com a chegada de migrantes, de distintos locais, à busca de trabalho formal em Londrina, e, devido a concentração de terras e riquezas. Há que se lembrar Singer (1998), que trata das migrações e seus fatores condicionantes:

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas as quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a da demanda por força de trabalho (...). (SINGER, 1998, p.40)

Londrina tem, entre as décadas de 1970 e 1980, um dos seus mais importantes projetos habitacionais, a construção e o desenvolvimento do denominado Cinco Conjuntos, localizado ao norte do centro urbano, que na atualidade possui grande representatividade na quantidade populacional que possui, além de grande importância econômica junto ao município,e, paralelamente, se desenvolve, na área oeste, o Jardim Olímpico. É um momento histórico para Londrina que deve ser analisado e discutido por diferentes abordagens e em suas particularidades.

Em pesquisa de campo realizada no Jardim Olímpico procurou-se priorizar e identificar a procedência dos moradores, de onde vieram, quando e por que se instalaram no Jardim Olímpico. E, identificar os principais motivos dessa escolha, numa escala da micro para a macro região. Em entrevistas concedidas pelos moradores pode-se traçar um perfil da população, além de averiguar as suas trajetórias de vida dos moradores. Tratou-se de um momento da pesquisa onde houve grande desgaste físico por parte da pesquisadora, que percorreu todas as ruas do bairro, sob o calor de verão do mês de janeiro e as declividades existentes na localidade.

Já coletados os dados, atividade que levou quinze dias para ser concluída parcialmente, somada as entrevistas, procurou-se sistematizar e analisar os dados obtidos. O primeiro passo foi verificar a procedência desses moradores.

A tabela 07 expressa a origem dos moradores do Jardim Olímpico:

Tabela 7 - POPULAÇÃO DO JARDIM OLÍMPICO: PROCEDÊNCIA DOS MORADORES

Local de origem	Pessoas	
	Nº	Porcentagem
Municípios do Estado do Paraná	116	47%
Bairros do Município de Londrina	68	28%
São Paulo	30	12%
Minas Gerais	13	5%
Bahia	10	4%
Pernambuco	6	2%
Ceará	3	1%
TOTAL	246	100%

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olimpico - Londrina / PR / 2006

A análise dos dados da tabela 07 foi realizada seguindo a mesma ordem, ou seja, primeiro os moradores provenientes de municípios do Estado do Paraná (a), os moradores que realizaram seus deslocamentos no próprio município de Londrina (b), moradores provenientes dos Estados da região Sudeste (São Paulo e Minas Gerais) (c), e, dos Estados da região Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará) (d), respectivamente.

a) Moradores procedentes de Municípios do Estado do Paraná

A mobilidade populacional de maior intensidade foi registrada dentro do próprio Estado do Paraná; destes, dos procedentes do próprio Estado, a maioria veio da zona rural dos municípios de origem em busca de emprego, atendimento de saúde e educação.

Nos últimos anos as migrações campo-cidade continuaram a ocorrer, embora apresentando novas características. Segundo dados do censo demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, as pessoas passaram a migrar mais em suas próprias regiões. O sonho das décadas de 60/70 não se realizou e a migração começa a revelar atualmente novos movimentos. A cidade

grande já não causa esperança, os sonhos tornaram-se impossíveis de serem realizados e os caminhos e os destinos se multiplicaram em direções às cidades de porte médio localizadas em sua própria região. (CLEPS JÚNIOR & PAULA, 2005, p.01)

Os deslocamentos que ocorreram no Estado do Paraná em direção a Londrina podem ser compreendidos pelo fato de que Londrina é considerada uma cidade de grande expressão econômica no norte do Estado, uma cidade de médio porte.

Os grandes fluxos migratórios internos que ocorreram no Brasil, como por exemplo, a migração nordestina em direção a região sudeste, principalmente para São Paulo, ocorreram após segunda metade do século XX. Veja como Menezes (2000) caracteriza as atuais migrações internas no Brasil:

No Brasil de hoje o modelo dos grandes fluxos e as grandes distâncias parece acabado como dominância. Especialistas apontam para a situação de migrações de curta distância, predominantemente intra-regionais, podendo ser sazonais em áreas de modernização agrícola ou inter-municipais em áreas de maior urbanização. (MENEZES, 2000, p. 3)

Quanto aos moradores do Jardim Olímpico provenientes de outros municípios paranaenses tem-se predomínio de municípios com distâncias inferiores a 300 quilômetros, ou seja, trata-se de deslocamentos de municípios próximos de Londrina.

Visto a complexidade de se realizar pesquisas no campo das migrações no Brasil atual, este trabalho enfoca as influências migratórias no processo de ocupação do bairro Jardim Olímpico, ressaltando que dos 246 (duzentos e quarenta e seis) entrevistados, 116 (cento e dezesseis) já eram moradores do Estado do Paraná.

Note-se que os processos de deslocamentos de pessoas do campo para a cidade, também, são frutos da demanda de mão-de-obra no urbano, devido ao processo de urbanização, que atraía a força de trabalho, com grande ênfase no período de 1950 a 1970 no Brasil. O desenvolvimento técnico agrícola permitiu que se aumentasse a produtividade no campo, liberando grande contingente de

trabalhadores rurais e pequenos produtores que não conseguiam mais produzir o suficiente neste novo contexto agrícola. Com a população expropriada do campo desenvolveram-se as cidades. Em países como o Brasil, as taxas de crescimento populacional e migratório continuaram num mesmo ritmo, sobrecarregando o urbano e esvaziando o campo.

Constatou-se que a maior parte dos moradores que se destinou para o Jardim Olímpico veio da zona urbana dos municípios em que moravam, mas que estavam ligados as atividades agrárias, os chamados bóias-frias, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 8 - PROCEDÊNCIA DOS MORADORES DO JARDIM OLÍMPICO QUE REALIZARAM DESLOCAMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ

ZONA	Nº	
	Pessoas	Porcentagem
Urbana	64	55%
Rural	52	45%
TOTAL	116	100%

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico - Londrina / PR / 2006

Os moradores que tiveram origem rural possuíam pequena propriedade ou moravam em sítios ou fazendas do “patrão”; por motivos de venda da propriedade, geralmente para outro proprietário rural que dispunha de melhores condições financeiras e pretendia ter mais terras do que já dispunha, tiveram que abandonar o campo e iniciar uma nova vida na área urbana. Segundo Damiani (1996) “imigração internacional e migração temporária interna são frutos do mesmo processo: a reprodução da grande propriedade no Brasil”, ou seja, as pequenas propriedades eram vendidas para proprietários vizinhos que possuíam melhores condições financeiras, que queriam ampliar o cultivo de uma monocultura já estabelecida na região e /ou criação de gado. Tsukamoto (2000) confirma:

A década de 70 foi o marco das transformações ocorridas no campo tanto no tipo de culturas, agora adequadas às novas tecnologias quanto na estrutura fundiária que sofreu um aumento expressivo do

número de estabelecimentos de maior dimensão. (TSUKAMOTO, 2000, p. 129)

As fotos 2 e 3 deixam claro a relação que alguns moradores tem com a terra, pois muitos utilizam lotes vazios e quintais para cultivar algum produto; nas fotos pode-se observar o uso do quintal para o cultivo de milho, banana, mandioca e outras frutas, e, a plantação de milho, em terreno baldio, até próximo ao asfalto das ruas; em muitas casas notificou-se a presença de hortas.



Foto 2 : Plantação no quintal da residência.

Foto 3 : Plantação em terreno baldio.

Autora: Cristina Vivian Gavioli, 2007.

Na foto 02, apesar da utilização do quintal com a plantação de gêneros alimentícios, observa-se a falta de cuidados com a calçada da propriedade, repleta de “mato”. A relação dos moradores que utilizam seus quintais para o plantio revela o conhecimento que alguns moradores possuem dessa prática, visto que suas origens são ligadas a atividades rurais.

No caso específico de Londrina, Faria (2001) ao analisar a paisagem da microbacia hidrográfica do Ribeirão Cambé em Londrina, apresenta a seguinte situação da presença do migrante de origem rural no processo de ocupação da cidade de Londrina:

Dentro do processo de ocupação e expansão urbana do município de Londrina, registra-se altos índices de contingentes populacionais que, face a migração recente campo-cidade, vem delineando situações conflitantes relacionadas com habitação. Geralmente são migrantes de procedência rural, sem especialização para empregarem-se nas indústrias e ao mesmo tempo não havendo

empregos suficientes, acabam por não conseguirem se estabelecer dignamente nos centros urbanos. Os problemas passam a ser recorrentes, onde a falta de oportunidades no campo impulsiona a vinda destas pessoas para os centros urbanos, os quais não apresentam estruturas para acolher tal população e, conseqüentemente sem trabalho e oportunidades, somados ao alto valor do solo urbano, essa população acaba por concentrar-se em lugares periféricos. (FARIA, 2001, p.154)

Quanto aos moradores que tiveram origem na área urbana, sessenta e quatro, ora estavam ligados ao campo, como trabalhadores rurais temporários, ora desempenhavam atividades informais, como vendedores autônomos, e atividades que não tinham registro na Carteira de Trabalho Profissional - CTP, principalmente por não apresentarem o nível de instrução exigido por muitas empresas e indústrias. Estes ocupavam nos municípios onde moravam áreas periféricas, em sua maioria, sem atendimento de infra-estrutura básica, como energia elétrica, água, rede de esgoto, asfalto, transporte e outros, ou seja, ocupavam áreas carentes, criando espaços desiguais, pois segundo Sogame, (2001, p. 8), “o acirramento das formas de segregação socioespacial representa um dos traços mais expressivos da atual fase crítica da urbanização da sociedade.”

O emprego e o salário que recebiam não eram suficientes para a sobrevivência dos moradores; segundo relato de moradores, já não era mais possível pagar o aluguel onde residiam com suas famílias.

É importante ressaltar que neste trabalho entende-se como agravamento das condições de sobrevivência:

A falta de moradia; falta de saneamento básico; na falta de um transporte urbano e quando se tem não é eficiente e não atinge toda a população trabalhadora; na saúde, cuja eficiência é questionável; na violência urbana que é muito mais do que nos casos de polícia, é grave e tem como uma de suas causas a industrialização ter sido realizada sem a reforma agrária, provocando um excesso de mão-de-obra urbana; enfim, no agravamento das condições materiais e imateriais para a sobrevivência, muito mais acentuado a partir do desemprego brutal, que gera a falta de esperança na vida, nos olhos cansados, nas expressões entristecidas da maior parte de nossa população. (FRESCA, 2003, p. 8)

Os problemas sociais citados fazem parte do cotidiano dos moradores do Jardim Olímpico, que buscam em suas jornadas de vida meios de sobrevivência diante situações que caracterizam países como o Brasil.

Uma outra forma, aliás, de encarar as migrações é, do ponto de vista humano, a ausência de direito a um entorno permanente. Cada vez mais no Brasil as pessoas mudam de lugar ao longo da existência; o número dos que vivem fora do lugar onde nasceram aumenta de ano para ano, de um recenseamento para outro. Condenar os indivíduos à imobilidade seria igualmente injusto. Mas, as migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua casa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso dos direitos dos cidadãos. São freqüentemente também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços sociais. (SANTOS, 1998, 44)

De acordo com Santos (1988), as migrações internas foram resultados de uma população que ainda não teve seus direitos civis garantidos, como moradia, saúde, educação; direitos que a população brasileira em sua maioria não conquistou. A população que se direcionou ao Jardim Olímpico estava em busca de uma moradia, e, em busca de emprego que lhe garantisse algumas condições que até então foram negadas, condições de vida que contemplassem os direitos civis já mencionados.

Os locais de repulsão são municípios de pequeno porte, onde a base econômica é a agricultura e a população não ultrapassa 100.000 habitantes, exceto o município de Curitiba, onde se pode detectar um migrante, conforme a tabela 9 e Mapa 02, que apresenta a origem dos moradores do Jardim Olímpico, proprietários ou locatários das residências, ou seja, os responsáveis legais da moradia:

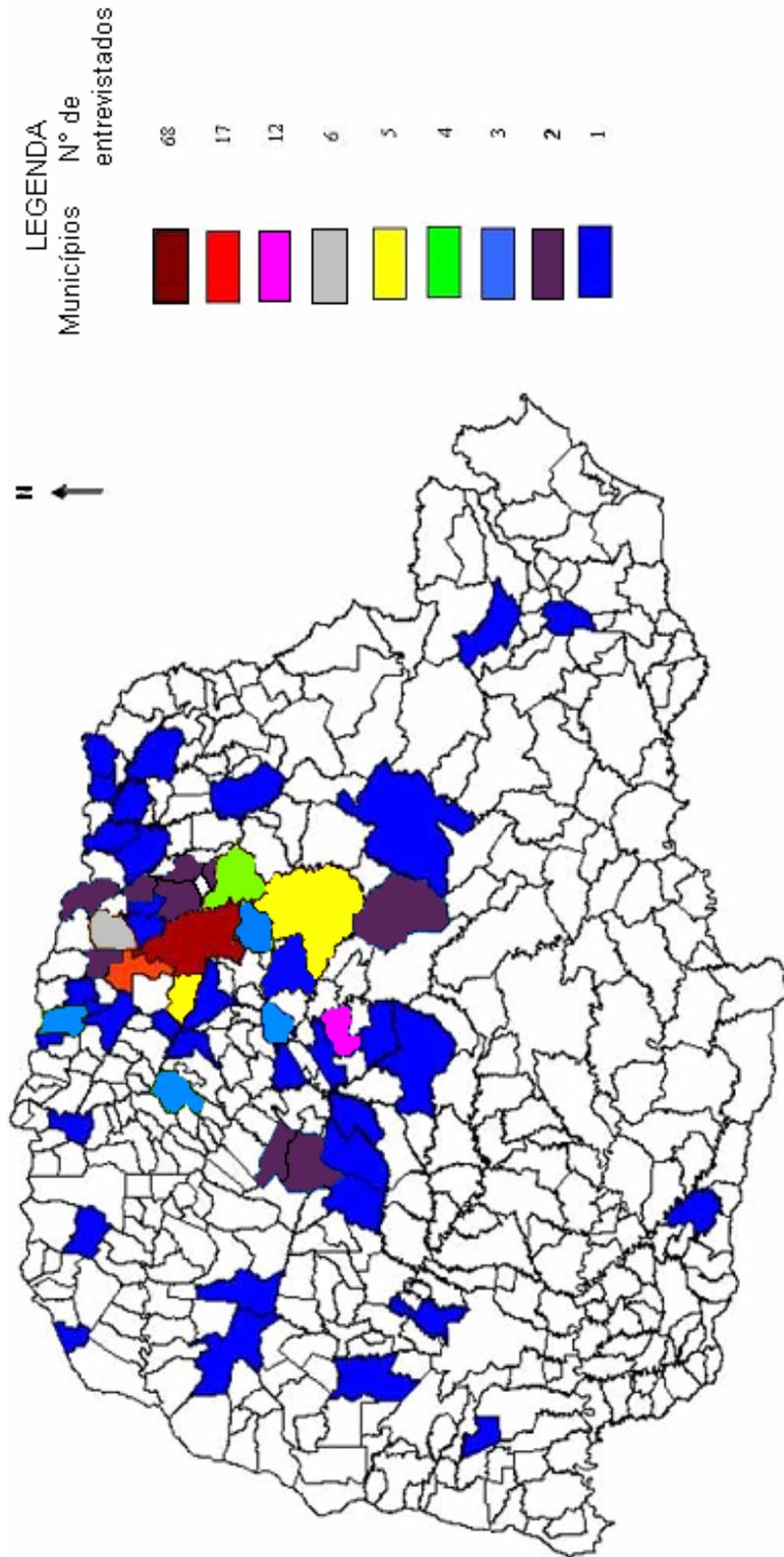
Tabela 9 – ORIGEM DOS MORADORES DO JARDIM OLÍMPICO – ESTADO DO PARANÁ

Municípios	Nº de pessoas	Municípios	Nº de pessoas
Cambé	17	Faxinal	1
Ivaiporã	12	Florestópolis	1
Sertanópolis	6	Guairacá	1
Arapongas	5	Ibaiti	1
Ortigueira	5	Ibiporã	1
São Jerônimo da Serra	4	Iretama	1
Borrazópolis	3	Jaguapitã	1
Centenário do Sul	3	Jardim Alegre	1
Maringá	3	Jataizinho	1
Tamarana	3	Luiziana	1
Assaí	2	Lupionópolis	1
Bela Vista do Paraíso	2	Mamborê	1
Campo Mourão	2	Mandaguari	1
Nova Santa Bárbara	2	Manoel Ribas	1
Peabiru	2	Mirassolva	1
Reserva	2	Paranacity	1
São Sebastião da Amoreira	2	Pato Branco	1
Sertaneja	2	Pitanga	1
Uraí	2	Porto Rico	1
Andirá	1	Rio Branco do Sul	1
Apucarana	1	Roncador	1
Assis Chateaubriand	1	Sabaúdia	1
Bandeirantes	1	Santa Mariana	1
Cambará	1	Santo Antonio da Platina	1
Corbélia	1	São João do Ivaí	1
Cornélio Procópio	1	Tibagi	1
Cruzeiro do Oeste	1	Umuarama	1
Curitiba	1	Vera Cruz do Oeste	1
		Total	116

Fonte Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Dos moradores entrevistados, 17 vieram do município de Cambé, município que se localiza ao oeste de Londrina. 12 vieram de Ivaiporã, município no noroeste do Paraná. Seis de Sertanópolis, município também do norte do Paraná. De Arapongas e de Ortigueira totalizou um total de 10 moradores. Do município de São Jerônimo da Serra vieram quatro pessoas. O restante dos moradores tiveram em outros municípios paranaenses sua procedência, num total de 67 moradores.

Mapa 7 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ORIGEM DOS MORADORES DO JARDIM OLÍMPICO – ESTADO DO PARANÁ



ESCALA 1:100 000

Base Cartográfica: IPARDES, 2001.

Os motivos que levaram estas pessoas a saírem de seus municípios de origem foram principalmente econômicos, pois as pessoas se deslocaram em busca de melhores condições para se viver, neste caso, condições básicas, como alimentação, moradia e saúde. Com aluguéis e terrenos mais baratos e o loteamento aberto, o Jardim Olímpico passou a ser atrativo para o migrante que chega ao município de Londrina, tanto que desses moradores, os 116 ao chegarem a Londrina tem no Jardim Olímpico sua primeira moradia.

Com o êxodo rural aumentou-se as periferias urbanas; como características dessas periferias pode-se destacar a ausência de meios de transporte, de esgoto, asfalto, atendimento médico-hospitalar, onde o valor dos imóveis e do aluguel, se comparados a outras localidades de uma cidade, são mais acessíveis a essa população. No caso do Jardim Olímpico, as pessoas que adquiriram sua propriedade, de procedência rural ou urbana, esperavam que com a ocupação do bairro os serviços médico-hospitalares, asfalto, esgoto, áreas de lazer, meios de transportes eficazes e outras melhorias fossem conquistados junto ao poder público.

b) Os Moradores que Realizaram seus Deslocamentos no Próprio Município de Londrina

O movimento populacional na área que compreende o município é significativo, pois, 68 entrevistados são de Londrina, sendo 11 de origem rural do município e 57 da zona urbana.

Tabela 10 - PROCEDÊNCIA DOS MORADORES DO JARDIM OLIMPICO - MUNICÍPIO DE LONDRINA

Zona	Quantidade	Porcentagem
urbana	57	84%
rural	11	16%
TOTAL	68	100%

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006.

Os moradores da área urbana desempenhavam atividades relacionadas ao rural, eram trabalhadores assalariados rurais, recebiam por dia trabalhado ou por quantidade que colhiam nas lavouras e moravam em outros bairros da cidade. Ianni (1984) elucida a mudança nas relações de trabalho ocorridas no Brasil:

Hoje, a mentalidade capitalista e os padrões racionais de administração, produção, etc. estendem-se por áreas cada vez mais amplas. Os colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior da fazenda, como componentes de uma estrutura patrimonial, estão se transformando em camaradas⁹, mensalistas ou volantes. (...) Dessa forma liquidam-se pouco a pouco os componentes não capitalistas das relações entre o fazendeiro e o trabalhador, agora transformando-se em empresário e proletário. (IANNI, 1984, p.102)

Os deslocamentos urbanos em Londrina em direção ao Jardim Olímpico ocorreram em maior número, dos moradores que viviam em bairros localizados também na área oeste de Londrina, onde se encontra o Jardim Olímpico, como o Conjunto Habitacional Avelino Vieira, Jardim Bandeirantes, Jardim Tóquio, Jardim Leonor, Jardim Industrial e Jardim do Sol.

Segundo depoimento de moradores procedentes dos bairros citados no parágrafo anterior, o valor dos terrenos e do aluguel nestes locais, eram superiores aos valores praticados no Jardim Olímpico. O depoimento da senhora Maria das Dores da Silva, 45 anos, moradora do Jardim Olímpico desde 1981 confirma: *“ Não dava mais pra pagar o aluguel da casa no Jardim Bandeirantes, era um “dinheirão” que ia e não voltava, conversei com meu marido na época que saiu o loteamento, pedimos dinheiro emprestado para minha irmã que morava em São Paulo, demos uma entrada em dinheiro, não lembro quanto, e financiamos o restante, em parcelas a perder de vista, que quitei quando meu marido foi mandado embora da firma e recebeu o Fundo de Garantia.(sic)”*

⁹ Ianni (1984) conceitua camaradas aqueles que recebem salários pela venda de sua força de trabalho. Entre esses destacam-se os permanentes e os temporários; ou então, os mensalistas e diaristas.

Tabela 11 - PROCEDÊNCIA DOS MORADORES DO JARDIM OLÍMPICO – ZONA URBANA DE LONDRINA

Bairros	Quantidade	Porcentagem
Conjunto Hab. Avelino Vieira	18	32%
Jardim Bandeirantes	12	21%
Jardim Tóquio	6	11%
Jardim Leonor	5	9%
Jardim Industrial	4	7%
Jardim do Sol	4	7%
Parque Ouro Verde	3	5%
Conjunto Hab. Vivi Xavier	2	4%
Jardim Interlagos	1	2%
Bairro Nossa Senhora da Paz	1	2%
Bairro União da Vitória	1	2%
TOTAL	57	100%

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico / Londrina / PR / 2006

Dos entrevistados, mais de 80%, identificaram os principais motivos que desencadearam estes deslocamentos na cidade: as facilidades de adquirir lote, terrenos e aluguéis mais baratos se comparado a outras localidades do município e proximidade com familiares que já moravam no Jardim Olímpico ou em bairros mais próximos, como o Conjunto Habitacional Avelino Vieira.

C) Moradores Provenientes dos Estados da Região Sudeste (São Paulo e Minas Gerais).

Dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, vieram alguns moradores, ou seja, 17% moradores têm origem na região Sudeste do Brasil. São paulistas e mineiros que buscavam melhores condições de vida, de acordo com a frase dita pelo Sr. Gilberto: *“As pessoas diziam que o Paraná era um bom lugar para se viver, arrumar emprego e casa.”*

Destes migrantes, 13 eram de Minas Gerais e 30 de São Paulo. Todos os mineiros vieram da zona rural e viveram em outros municípios paranaenses antes de Londrina; ao saírem de Minas Gerais passaram por

municípios como Paranaíba, Umuarama, Arapongas, Santa Mariana e Cambé. Ao chegarem na cidade de Londrina, dois motivos explicam a escolha do Jardim Olímpico como local de nova moradia: loteamento aberto na época a um preço acessível e influência de familiares que já moravam na região.

De São Paulo vieram 30 moradores, 15 da zona rural e 15 da zona urbana; todos estavam direta ou indiretamente ligados com o trabalho no campo, eram trabalhadores rurais, possuíam pequena propriedade familiar ou trabalhavam como bóias-frias. A trajetória de vida destes migrantes pode ser bem representada pela história de vida do senhor Gilberto, que nasceu em 1958, em Rancharia / SP, morou com seus familiares até os cinco anos de idade. Sua família se dedicava ao trabalho rural, cuidavam da “roça” de uma pessoa conhecida da família, pelo sistema de arrendamento de terras. Em 1963, seu pai se vê obrigado a procurar outro lugar e emprego, pois o sítio havia sido vendido para um fazendeiro da região. A família do senhor Gilberto muda para Martinópolis /SP, pois através de conversas informais seu pai consegue um novo sítio para cuidar e morar. Casou-se em 1975, e deixa o Estado de São Paulo rumo ao Estado do Paraná no município de Guaíra, Sudoeste do Paraná, onde viveu por cinco anos. Dedicava-se a atividade rural, assim como seu pai, cuidando de terras alheias. Seguiu sua trajetória para Alto Piquiri, pequeno município localizado no noroeste do Paraná: *“A vida lá também não foi fácil, a terra não era muito boa para plantar, emprego era difícil”* (Sic), relatou o senhor Gilberto, que morou quatro anos neste local. Cansado e desiludido com seu grande sonho de ter sua própria “terrinha” para nela poder cultivar, ele decide mudar de profissão e de cidade. Apenas sabendo ler e escrever, tinha apenas o 1º grau incompleto, tendo cursado até a 4ª série, o senhor Gilberto não teve muitas opções de emprego, tornou-se pedreiro com a ajuda de um vizinho que lhe ensinou o ofício e passou a viver na cidade de Londrina. No início, morou no Jardim Bandeirantes (oeste de Londrina). Após dois anos o senhor Gilberto não consegue mais pagar aluguel neste bairro e através, novamente, de conversas informais fica sabendo do Jardim Olímpico, onde morou por alguns meses de aluguel e logo conseguiu comprar sua residência. Assim, em um bairro mais distante do centro urbano e carente de infraestrutura básica, o senhor Gilberto realizou a compra de sua primeira casa.

Quando o senhor Gilberto comprou seu lote, década de 1980, o Jardim Olímpico não contava com ruas asfaltadas, o ônibus não circulava até o bairro, chegava até o bairro vizinho, o Conjunto Habitacional Avelino A. Vieira, tendo de completar o restante do trajeto caminhando até sua residência. Trata-se de espaços urbanos, carentes de infra-estrutura básica para sua população, servindo como única opção de moradia para pessoas com baixa ou nenhuma renda, pois:

(...) a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do solo urbano. Mas, o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. (MARICATO, 1997, p. 41)

Ou seja:

As configurações espaciais das cidades brasileiras refletem, em considerável medida, as ações da política habitacional e as alternativas de moradias, a partir do auto-emprego da casa própria na periferia, pelo segmento da população de trabalhadores excluídos dessas políticas. As favelas, os loteamentos informais, os mocambos, os alagados, dentre outras denominações, são exemplos do que se tornou a moradia possível para a classe de baixa renda, tendo em vista as crescentes desigualdades sociais e o gradativo esvaziamento da ação pública. (BASTOS, 2001, p.9)

Ressalte-se que as liberações para os loteamentos particulares realizados nas cidades brasileiras não possuem a fiscalização devida, como no caso do Jardim Olímpico, serviço de asfaltamento das ruas deveria atender aos moradores já na época do loteamento, o que não ocorreu. O que coube ao senhor Gilberto e a sua família foi dirigir-se a um bairro, na época, carente de infra-estrutura básica. Assim como o senhor Gilberto, a trajetória de vida dos migrantes citados não foi diferente, deslocando-se de um local para outro à procura de moradia e emprego, e, quando conseguem são em locais que necessitam de serviços que deveriam ser realizadas pelas administrações municipais e/ou estaduais.

D) Moradores Provenientes dos Estados da região Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará) do Brasil.

Da região Nordeste do Brasil também vieram 7% dos moradores atuais do Jardim Olímpico, provenientes do Estado da Bahia (10 pessoas), do Estado de Pernambuco (6 pessoas) e do Estado do Ceará (3 pessoas). Uma característica comum a estes migrantes nordestinos é que fizeram escala no estado de São Paulo, e lá viveram cerca de cinco anos, antes de se dirigirem para o estado do Paraná, e, todos tiveram origem na zona rural, ou seja, trabalhavam nas áreas rurais de seus municípios, mas ao chegarem em São Paulo se estabeleceram nas cidades à procura de emprego, sendo que o analfabetismo tornou mais difícil a obtenção desse desejo. Desempregados, foram obrigados a procurar novas esperanças de vida, novos lugares para se fixarem e o Paraná fez parte da nova escolha de vida. Viveram em por alguns municípios paranaenses, como Assaí, Paranavaí e Uraí, onde fixaram residência por cerca de cinco anos e cidades como Londrina que se tornou o pólo da região atraindo muitas pessoas. Foi o que aconteceu com os migrantes nordestinos que hoje ocupam o Jardim Olímpico.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO JARDIM OLÍMPICO

A construção dos bairros de uma cidade apresenta características particulares, pois seu processo de ocupação e desenvolvimento, é permeado de influências de agentes públicos e privados, norteadas por interesses econômicos e políticos.

O Jardim Olímpico, bairro de Londrina, fruto de um loteamento que data da década de 1970/1980, denominada por muitos estudiosos como a “década perdida”, recebeu moradores de distintos lugares, do próprio município, do Estado e do Brasil. Portanto, os deslocamentos populacionais é que formaram a população do denominado Jardim Olímpico. A delimitação da área em estudo está representada na foto 4.



Foto 4: Imagem capturada por satélite do Jardim Olímpico em dezembro de 2007.
Fonte: Imagem Google Earth, 2007 / Adap. Cristina Vivian Gavioli de Jesus, 2007.

Pertence a uma área de Londrina, que, passou por processo de ocupação regular e irregular. Tem suas delimitações marcadas pela presença dos seguintes bairros: Jardim Colúmbia, Jardim Sabará III, Conjunto Habitacional Avelino A. Vieira, Jardim Maracanã, Conjunto Habitacional João Turquino e Campos Verdes (bairro que pertence ao município de Cambé), e, pelo Ribeirão Esperança. Dos bairros citados os de ocupação irregular são: Jardim Maracanã, Conjunto Habitacional João Turquino e Campos Verdes.



Legenda

ESCALA 1 : 6380

- 1 - Conjunto Habitacional Avelino Antônio Vieira**
- 2 - Mata ciliar**
- 3 - Ribeirão Esperança**
- 4 - Jardim Sabará III**
- 5 - Jardim Columbia**
- 6 - Jardim Maracanã**
- 7 - Conjunto Hab. João Turquino**
- 8 - Campos Verdes (Cambé)**

Foto 5 – identificando as proximidades do Jardim Olímpico – Londrina/PR

Fonte: Imagem Google Earth, 2007 / Adap. Cristina Vivian Gavioli de Jesus, 2007

Em entrevistas, os moradores afirmaram ter sido prejudicados com os assentamentos urbanos que se instalaram próximo ao bairro, que deram origem

aos bairros Jardim Maracanã e Conjunto Habitacional João Turquino. Estes são resultados de ocupações que se processaram no início da década de 1990. Segundo os moradores, houve desvalorização imobiliária com a implantação dos assentamentos, por eles denominados “invasões”, além, do aumento da violência e dos roubos na área. Durante as entrevistas, percebeu-se também, uma certa rejeição dos moradores do Jardim Olímpico em relação aos moradores dos bairros já citados, a fala da senhora Luísa Costa confirma: *“Depois que esse povo invadiu aí do lado, nós aqui não tivemos mais sossego, não podemos mais deixar nem roupa no varal que levam embora, o portão aberto nem pensar, muitas pessoas de “bem” já foram embora por causa disso. Eu não saio porque comprei tudo certinho, paguei, eles não, quem tem que sair são eles. (sic)”* Na foto uma placa que indica o Conjunto Habitacional João Turquino.



Foto 6: Placa de identificação do Conjunto Habitacional J. Turquino.

Autora: Cristina Vivian Gavioli, 2008

Já o relacionamento com os moradores dos outros bairros, principalmente, o Conjunto Habitacional Avelino A. Vieira, é amigável, visto que muitos moradores do Olímpico contam com familiares residindo nestas localidades.

A localização dos elementos que formam o bairro salienta algumas questões de uso de solo, a exemplo da foto 05 que identifica alguns componentes

que formam o bairro, como: igrejas, estabelecimentos comerciais, centro comunitário e alguns terrenos baldios que são ocupados com plantações.



Foto 7 – Uso do solo do Jardim Olímpico

Fonte: Imagem Google Earth, 2007 / Adap. Cristina Vivian Gavioli de Jesus, 2007.

Por ser um bairro residencial, o Jardim Olímpico, conta com um comércio pouco significativo, tendo sido constatado em pesquisa que as instituições religiosas são numerosas, com várias instalações no bairro. Há uma igreja Católica e as demais são pentecostais e evangélicas. (Fotos 8 até 15)



Foto 8: Igreja Congregação Cristã do Brasil
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Foto 9: Igreja Batista da Glória
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Foto 10: Igreja Assembléia de Deus
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Foto 11: Igreja Pentecostal Manancial da Vida
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Foto 12: Igreja Evangélica Missionária
 Cristo é a resposta
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Foto 13: Igreja Cristã Pentecostal Evangélica
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Foto 14: Igreja Católica
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Foto 15: Templo Viva Deus Neto
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus

5.3 CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES DO JARDIM OLÍMPICO

A população do Jardim Olímpico é constituída, em sua maioria, por pessoas do sexo feminino, ou seja, 69% dos residentes são mulheres. É importante observar que o número de habitantes do sexo feminino é maior do que o masculino em Londrina, os homens totalizam 204.203 e as mulheres 220.493, uma diferença de 16.290 a mais de mulheres.

O quadro 01 divide Londrina em cinco regiões (Centro, Leste, Norte, Oeste e Sul) e demonstra que a população feminina é superior a masculina em todas as regiões citadas. Na região Oeste, onde se situa o Jardim Olímpico a diferença entre o número de homens e mulheres é maior que dois mil habitantes.

Quadro 01- POPULAÇÃO POR REGIÕES DA ÁREA URBANA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 2000

Região	Homens	Mulheres	Total
Centro	38602	46131	84733
Leste	38797	41450	80247
Norte	52037	54722	106759
Oeste	40167	42556	82723
Sul	34600	35634	70234
TOTAL	204203	220493	424696

Fonte: Perfil de Londrina 2005/2006

Em sua maioria, tem situação civil de casadas, mas seus parceiros têm destino desconhecido ou seja, muitas foram abandonadas pelos seus parceiros, sustentam suas famílias atuando no setor informal da economia, trabalham principalmente como diaristas e recebem auxílio de alguns programas governamentais, como o Bolsa Escola para ajudar nas despesas com os filhos e a residência.

GÊNERO: MORADORES JARDIM OLÍMPICO

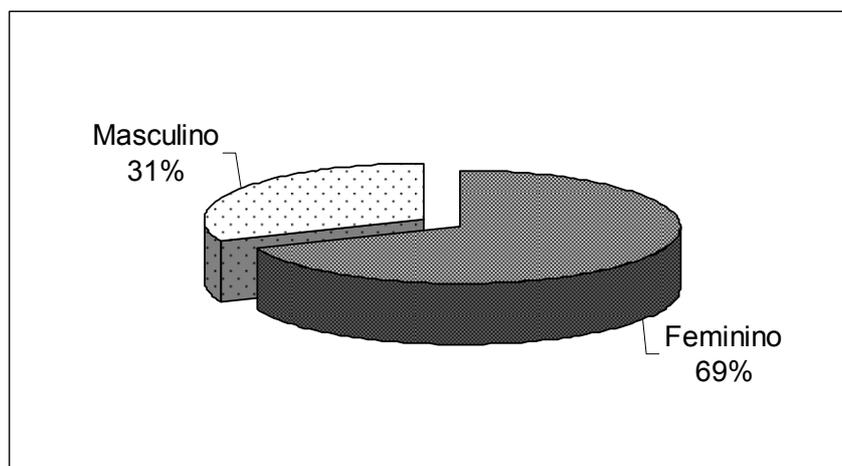


Gráfico 01

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

64% dos moradores deste bairro são casados, 17% de solteiros, 6,9% de viúvos e 5,7% de divorciados. Apesar da grande porcentagem no número de casados legalmente, muitos não vivem mais com seus parceiros.

ESTADO CIVIL

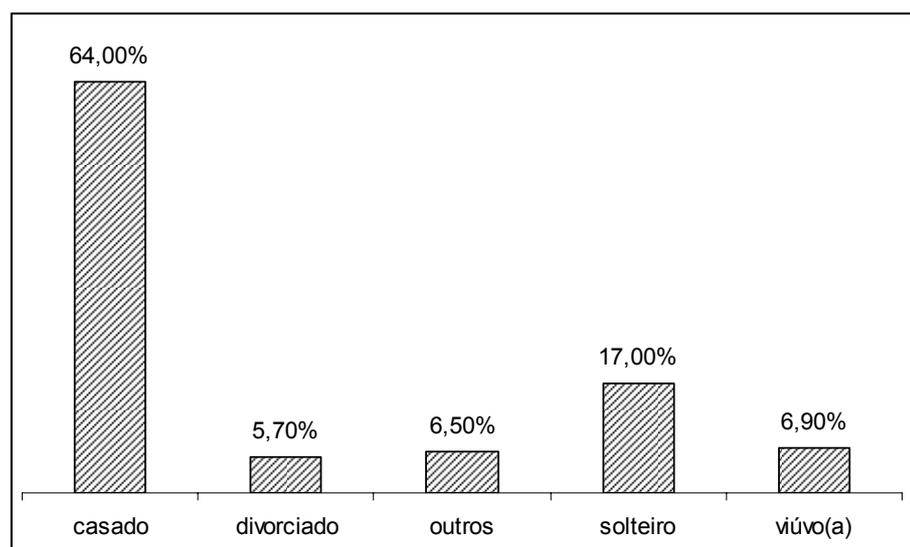


Gráfico 02

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Percebe-se que muitos homens abandonaram suas famílias e tomaram rumos desconhecidos pela própria família, assim as esposas têm arcado com a responsabilidade de sustento da família. A escola então se torna uma possibilidade, além de uma oportunidade dos filhos ingressarem no ambiente alfabetizador, de garantir uma refeição diária e uma ajuda de custo através do programa Bolsa Escola. Buarque esclarece essa política governamental:

A Bolsa-escola surgiu como uma solução simples para uma questão complexa: considera que a escola é o caminho para superar a pobreza, e a bolsa um instrumento para colocar os pobres na escola. Por isso, quando foi implantada pela primeira vez no Distrito Federal, em janeiro de 1995, a Bolsa-escola se baseava em dois pilares: fortes investimentos na educação pública e o pagamento de um salário mínimo por família, desde que todas as crianças estivessem na escola, com frequência mínima de 90%. Por isso o programa era administrado pela Secretaria da Educação. (BUARQUE, 2005)

Mesmo com todos estes incentivos governamentais, a escola nessa região de Londrina, como em outras do Brasil, possui uma taxa de desistência e transferência muito expressiva quando comparada a dados do restante do município, por se tratar de um local com grande mobilidade populacional.

Para melhor ilustrar a dinâmica populacional buscou-se de dados de escolaridade, no Jardim Olímpico, de informações essenciais para alcançar o objetivo desta pesquisa. Um dos dados iniciais relativo ao número de alunos matriculados e transferidos de escolas de ensino fundamental (1ª a 4ª série) da região oeste de Londrina, demonstra a mobilidade espacial existente na cidade de Londrina na última década.

O gráfico 03, a seguir, é baseado em dados estatísticos da Escola Municipal Nôemia Alaver Garcia Malanga, escola mais próxima do Jardim Olímpico, onde grande parte das crianças desse bairro estudaram e/ou estudam de 1ª a 4ª série do ensino Fundamental. Esta escola atende alunos que cursam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e foi fundada em 1996 devido à demanda da região, pois na década de 1990 apresentou um grande aumento da população local devido aos processos migratórios.

ALUNOS MATRICULADOS NO DECORRER DOS PERÍODOS LETIVOS NA ESCOLA MUNICIPAL NÔEMIA ALAVER GARCIA MALANGA: 1996 - 2004

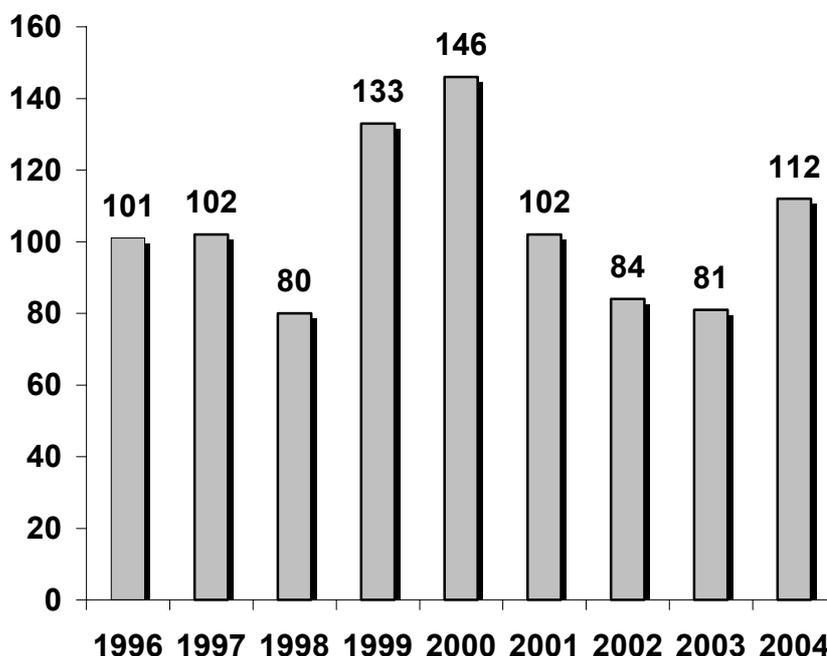


Gráfico 03

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina / Secretaria de Educação, 2005

De acordo com o gráfico 03, pode-se observar que no final da década de 1990 houve um acréscimo na população local, evidenciado no aumento do número de alunos matriculados após o início dos períodos letivos mencionados, ou seja, no decorrer do ano letivo.

O setor periférico da zona oeste da cidade de Londrina tornou-se um foco de convergência de populações com origens rurais, num primeiro momento, e, de origens em cidades vizinhas de Londrina e em outros bairros da própria cidade. A diferença no número de alunos matriculados e transferidos reflete a dinâmica populacional deste recorte espacial da cidade.

Ao se comparar os dados dos alunos matriculados em escolas municipais de Londrina no ano de 1998, num total de 24.008, e, as matrículas efetuadas na Escola Municipal Nôemia Alaver Garcia Malanga, escola onde maior parte das crianças do Jardim Olímpico estuda, total de 650 matrículas, pode-se

concluir que o número de matrículas recebidas por esta Escola Municipal Noêmia Alaver Garcia Malanga, é alta, ou seja, 2,7 % de todas as matrículas efetuadas em Londrina, trata-se da área próxima ao Jardim Olímpico, evidenciando que essa área é receptora de novos moradores. No ano de 1999, o percentual de matrículas na Escola Municipal Noêmia Alaver Garcia Malanga foi de 2,9% da matrícula total de Londrina. (Quadro 02)

Quadro 02 – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 4º SÉRIES – MATRÍCULAS, TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E EXPEDIDAS, ALUNOS APROVADOS E REPROVADOS - ZONA URBANA – LONDRINA / PR

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Matrícula Inicial	21187	21468	21498	21744	21441	21771	21835	21879	21772	22316
Transf. Recebidas	2398	2540	2680	2367	3224	2385	2557	2523	2615	2233
Matrícula geral	23585	24008	24178	24111	24665	24156	24392	24402	24387	24549
Transf. Expedidas	2256	2410	2694	2509	3280	2656	2746	2706	2703	2206
Abandono	564	569	364	327	234	193	163	116	143	137
Aprovados	19119	19551	19547	19567	19416	19850	19996	19835	19782	20477
Reprovados	1646	1478	1573	1708	1735	1457	1487	1740	1759	1729
Matrícula final	20765	21029	21120	21275	21151	21307	21483	21575	21541	22206

Matrícula geral = Matrícula Inicial + Transf. Recebidas

Matrícula Final = Matric. Geral - Transf. Expedidas – Abandono

Fonte: PML / 2005

De acordo com o gráfico 04, nota-se que 87% da população deste bairro não concluiu o Ensino Médio, ou seja, o nível de escolaridade do bairro é relativamente baixo. Pode-se observar ainda que, 11% dos moradores são analfabetos e apenas 0,4 % dos moradores têm Ensino Superior completo, o que equivale a três (3) moradores.

ESCOLARIDADE

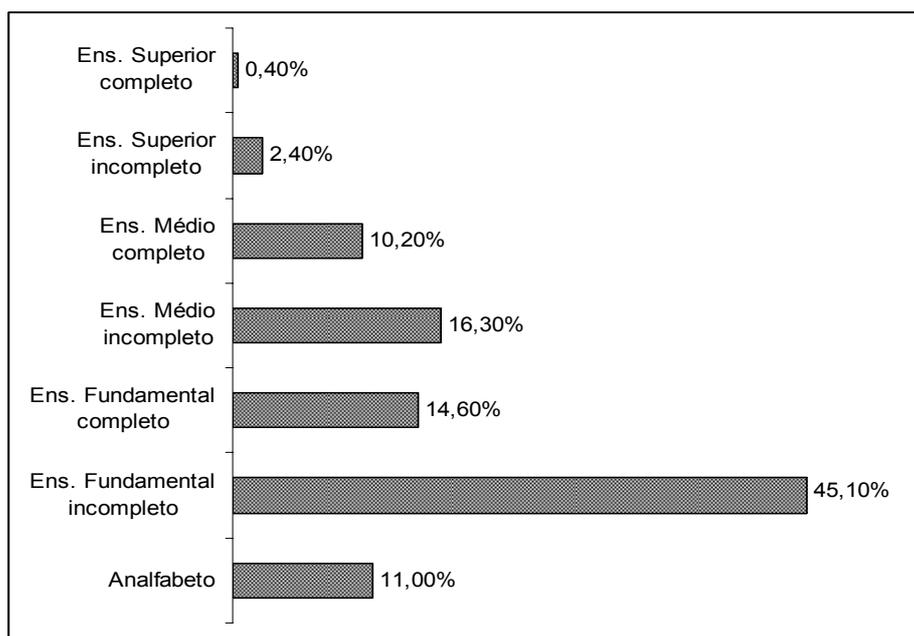


Gráfico 04

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

O emprego e uma boa remuneração, ficam cada dia mais distantes devido a baixa escolaridade, crescendo o número de habitantes deste bairro que se dedicam a atividades do setor informal da economia ou pessoas do lar, que não encontram emprego e se dedicam, não por opção, ao lar.

Dos moradores deste bairro, 11,4% são aposentados, 35,1% são pessoas que se dedicam às atividades do lar, 10,2% são estudantes, 20% realizam qualquer atividade que lhes convém, como cortar grama, “fazer” jardins, ou seja, a atividade remunerada que lhe for ofertada e que tem condições de realizá-las, citados no gráfico como outros, e os 23,3% dos moradores trabalham na prestação de serviços, formalmente e informalmente; são os comerciantes, pedreiros, serventes gerais, empregadas domésticas, pintores, vendedores, caixas de mercado e auxiliares de enfermagem. (Gráfico 05)

OCUPAÇÃO DOS MORADORES

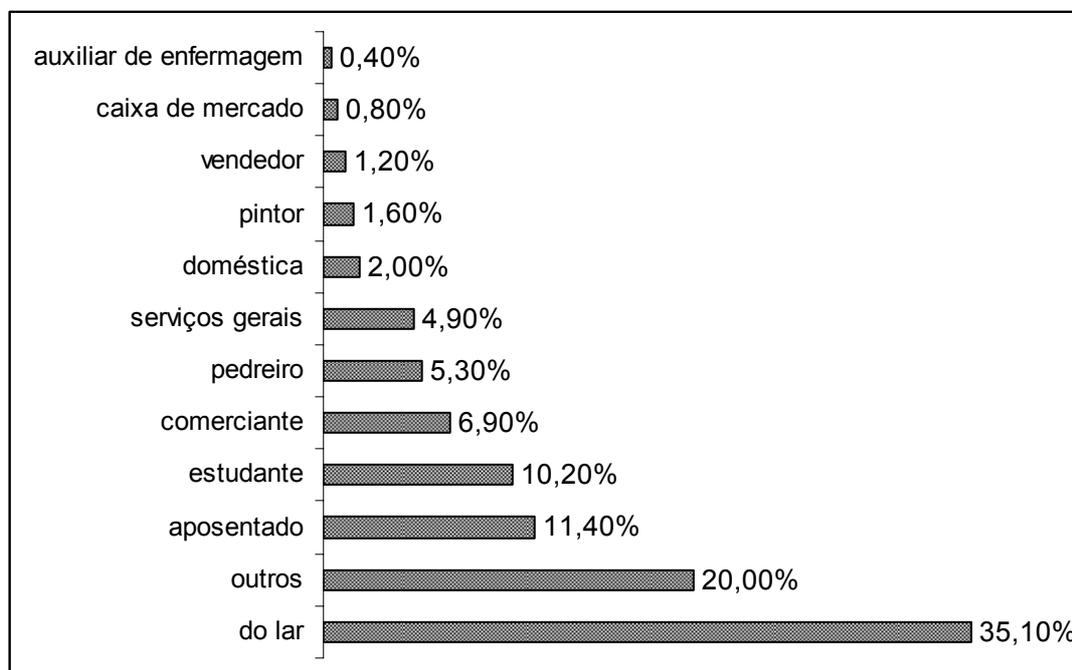


Gráfico 05

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Apenas 16% dos moradores que prestam serviços têm registro na CTPS. Ao restante dos trabalhadores, 84%, fica a condição de ilegalidade no setor produtivo. (Gráfico 06) Essa condição de ausência de direitos trabalhistas aos moradores é caracterizada por Maricato:

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deve ocorrer pelo mercado. Mas, isso não se deu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores atua hoje fora do mercado formal, como, mesmo aquela regularmente empregada na moderna indústria fordista, apela para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. (MARICATO, 2000, p. 8)

Com o crescimento urbano de Londrina há uma parte da população impossibilitada de se inserir no mundo do trabalho, o que pode-se denominar de

exclusão social a que ficam submetidos, o que faz aumentar o número de trabalhadores “livres”. Esse processo vem ocorrendo no Brasil, segundo Maricato (2000) desde a abolição da escravatura.

REGISTRO NA CTPS.

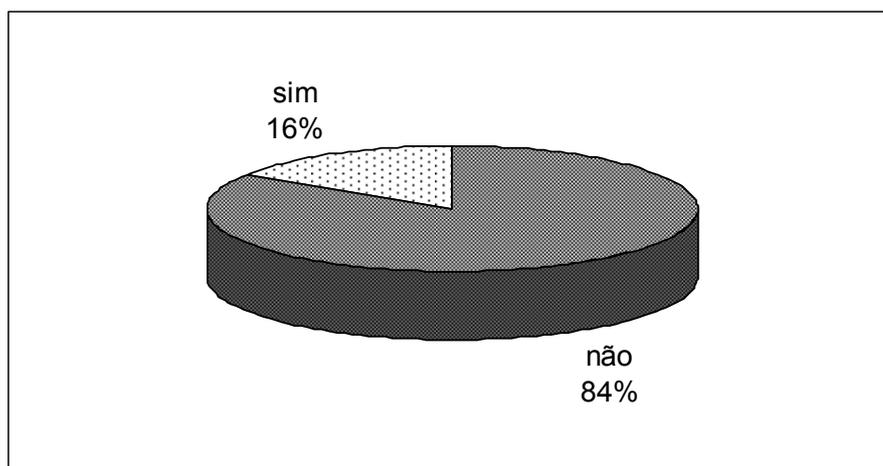


Gráfico 06

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

O salário mínimo estabelecido pelo governo paranaense, no ano de 2006, foi de R\$ 437,00 (quatrocentos e trinta e sete reais). Neste bairro, pode-se observar que 85% das famílias sobrevivem com menos de dois salários mínimos mensais, o que acarreta numa difícil condição financeira. (Gráfico 07)

RENDIA FAMILIAR

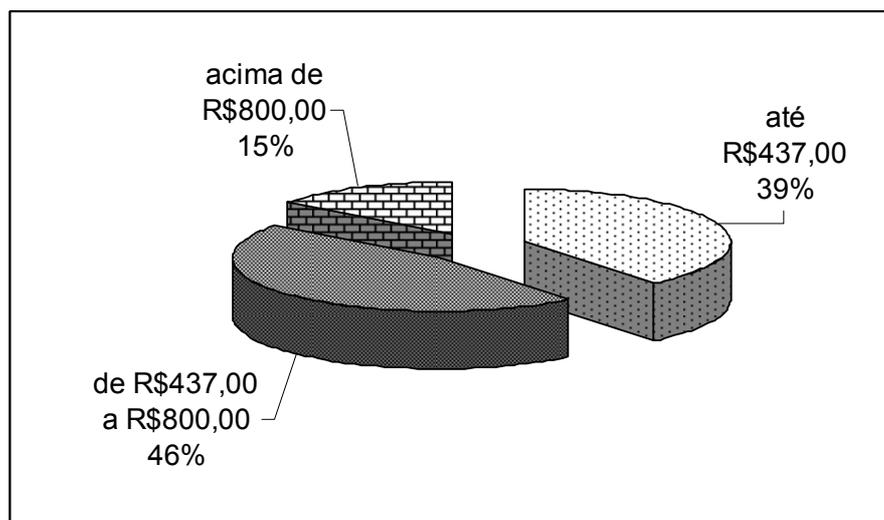


Gráfico 07

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico – Londrina/Pr/ 2006

A maioria das famílias deste bairro possui sua própria residência, ou seja, 75,70% das famílias. Apenas 13,8% pagam aluguel, e, 10,50% são cedidas a familiares ou “conhecidos”. O estudo mostra ainda que há uma parcela de moradores casados que dividem a casa com os pais, ampliaram a casa ou construíram nos fundos uma outra residência. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, trata-se de um novo domicílio particular permanente, que se constituiu onde já havia um domicílio, no caso, dos pais. (Gráfico 08)

SITUAÇÃO DE MORADIA

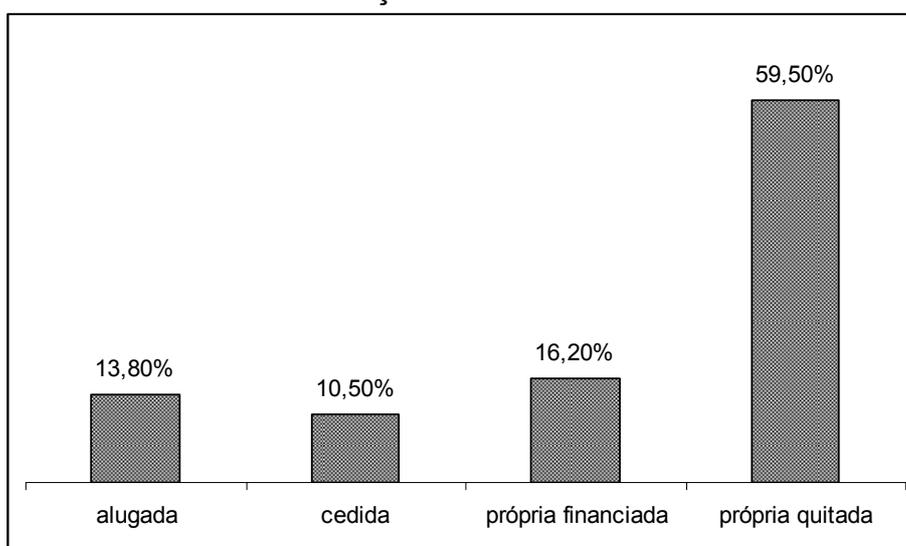


Gráfico 08

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

De acordo com o gráfico 09, são de alvenaria 95% das residências, apresentando-se em estado de boa conservação. Em algumas das residências foi possível verificar jardins e hortas, principalmente nas residências ocupadas por aposentados. As ruas, aparentemente, são calmas, com pouco tráfego de carros; o meio de transporte de maior frequência nas ruas é o ônibus.

TIPOS DE RESIDÊNCIA

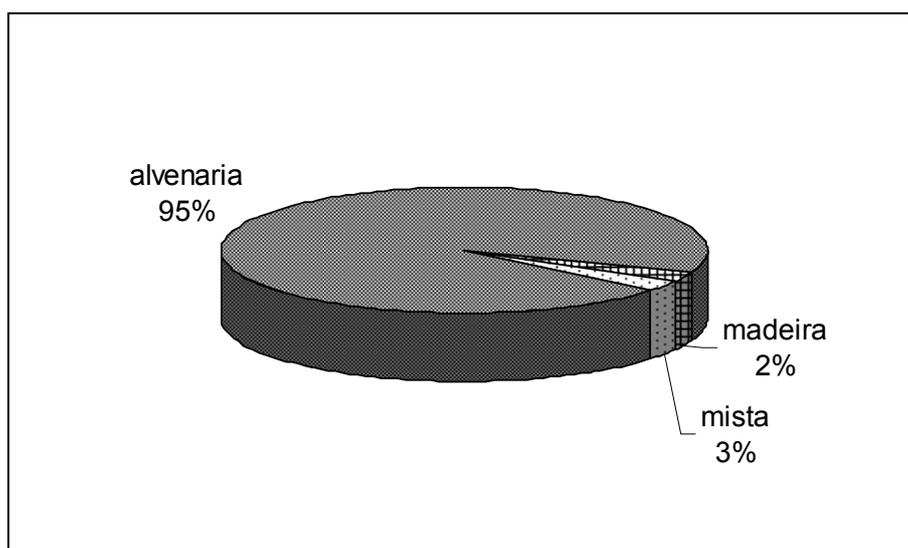


Gráfico 09

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Por se tratar de um bairro onde alguns moradores tiveram de construir na sua própria residência há diferentes tipos de construções de casas: madeira, alvenaria, mistas, sobrados. (Fotos 16 a 24)



Foto 16



Foto 17



Foto 18



Foto 19



Foto 20



Foto 21



Foto 22



Foto 23



Foto 24

Fotos 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24: Tipos de residências do Jardim Olímpico
Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus

Constatou-se que 63% das construções foram realizadas pelos próprios moradores, com ajuda dos familiares, amigos e conhecidos. No restante dos casos, pedreiros autônomos, sem vínculo empregatício com construtoras, foram responsáveis pelas construções. Há apenas 68 casas que foram construídas pela Construtora Arrabal, as primeiras a serem construídas no bairro, e repassada para os moradores pelo Sistema Financeiro de Habitação. É importante ressaltar que a Construtora Arrabal pertencia aos familiares da empresa que realizou o loteamento, a Arrabal Empreendimentos Agropecuária e Loteamentos Sociedade Civil LTDA. Trata-se de casas com três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro, todas padronizadas; dessas casas, atualmente, muitas foram ampliadas, modificando o projeto original. As fotos de 16 até 24 demonstram a heterogeneidade existente no bairro, são as casas em que os proprietários do lote construíram por conta, ou seja, os proprietários são os responsáveis pela construção. Essas residências, se comparadas as residências dos bairros vizinhos mais próximos, Jardim Maracanã, Conjunto Habitacional João Turquino e Campos Verdes (Cambé), são de um padrão superior.

Segundo o gráfico 10, 48% dos residentes são os primeiros moradores da residência, ou seja, após o loteamento aprovado foram os primeiros a morarem no local e ali permaneceram até os dias atuais.

PRIMEIRO PROPRIETÁRIO DA RESIDÊNCIA.

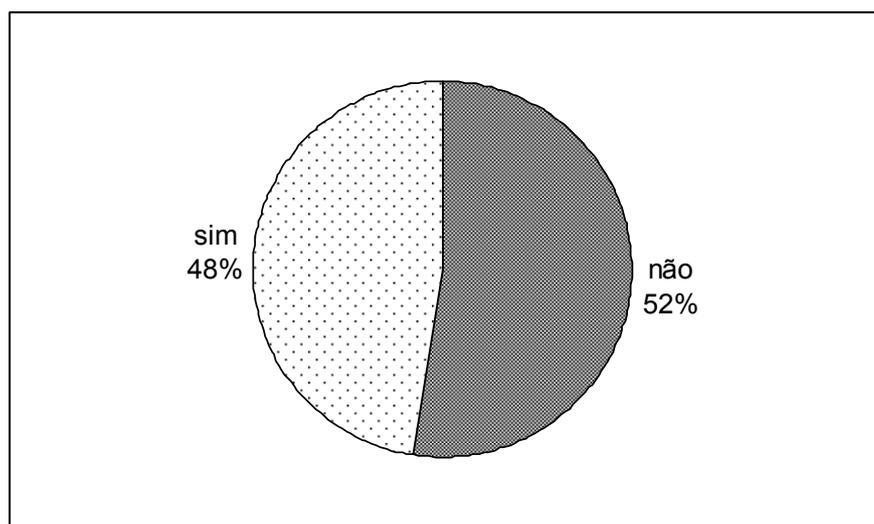


Gráfico 10

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

De acordo com o gráfico 11, 44% das residências do bairro possuem no máximo 4 cômodos, enquanto as outras 55% possuem de 4 a 8 cômodos. Apesar das residências possuírem um número considerável de cômodos, terem um bom padrão na região, este bairro é carente de atendimento e serviços públicos, o que não combina com o bairro, se encarado pela qualidade das residências.

QUANTIDADE DE CÔMODOS POR RESIDÊNCIA

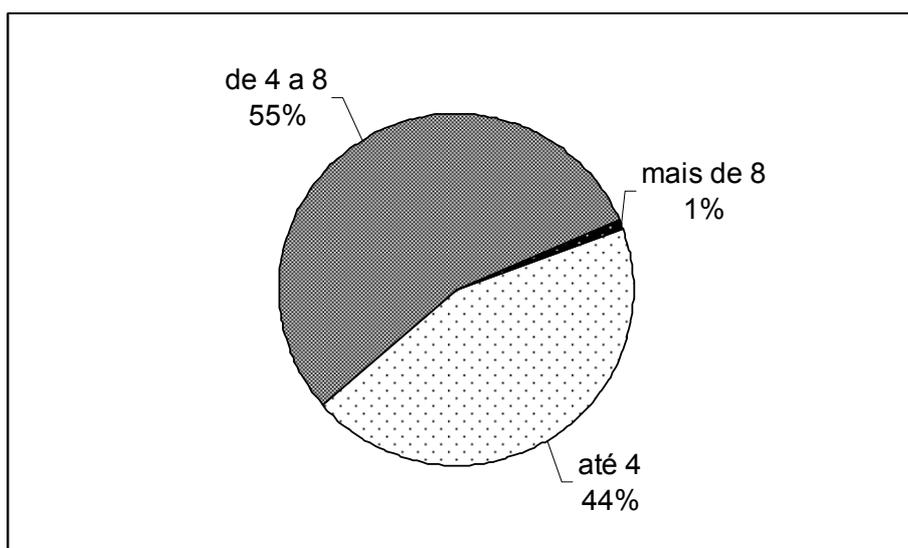


Gráfico 11

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

O gráfico 12 mostra que na maioria dos domicílios, a frequência de crianças não é tão alta, ou seja, 84,3% dos domicílios contam, no máximo, com três crianças residentes. Em média, 51% dos domicílios possuem dois adultos residentes.

NÚMERO DE CRIANÇAS E ADULTOS POR RESIDÊNCIA

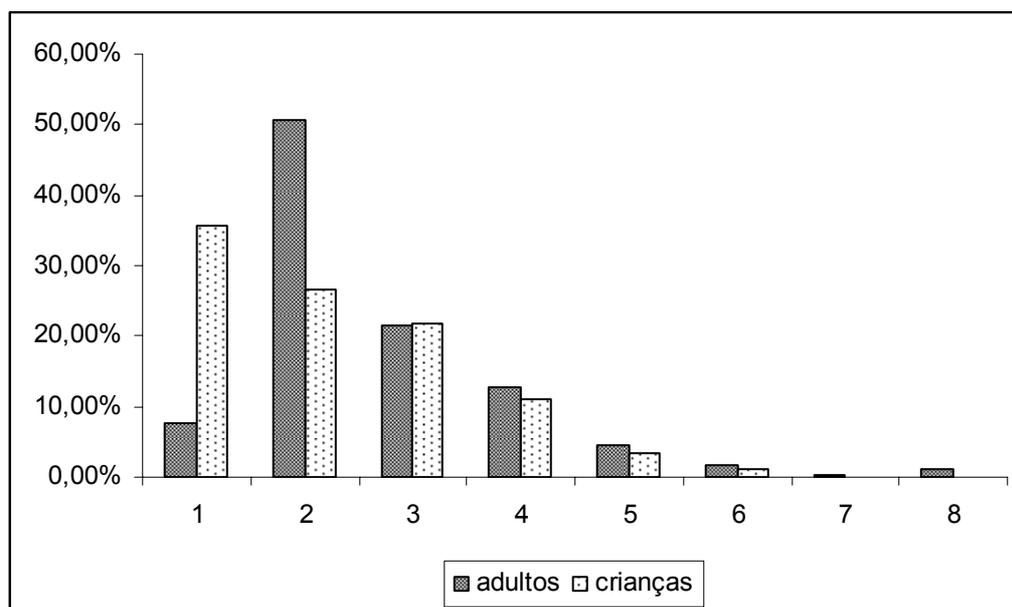


Gráfico 12

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Apesar dos avanços tecnológicos e das facilidades de aquisição de alguns produtos eletrônicos através de financiamentos, pode-se observar que 91% das famílias residentes nesse bairro ainda não possuem e/ou nunca possuíram microcomputador. O vídeo-cassete, considerado como obsoleto pela sociedade tecnológica do século XXI, ainda resiste nesta população estando entre um dos bens de 21% das famílias desse bairro. Em 39% das residências foi substituído pelo DVD. Recursos básicos como geladeira, fogão, TV, máquina de lavar estão presentes em mais de 90% dessas residências com exceção da máquina de lavar que está presente em 80% destas residências.

O uso do celular é ferramenta de trabalho da maioria dos moradores que trabalham como autônomos, segundo relatos no ato das entrevistas, sendo este aparelho indispensável para contatos de trabalho. (Gráfico 13)

BENS QUE A FAMÍLIA POSSUI

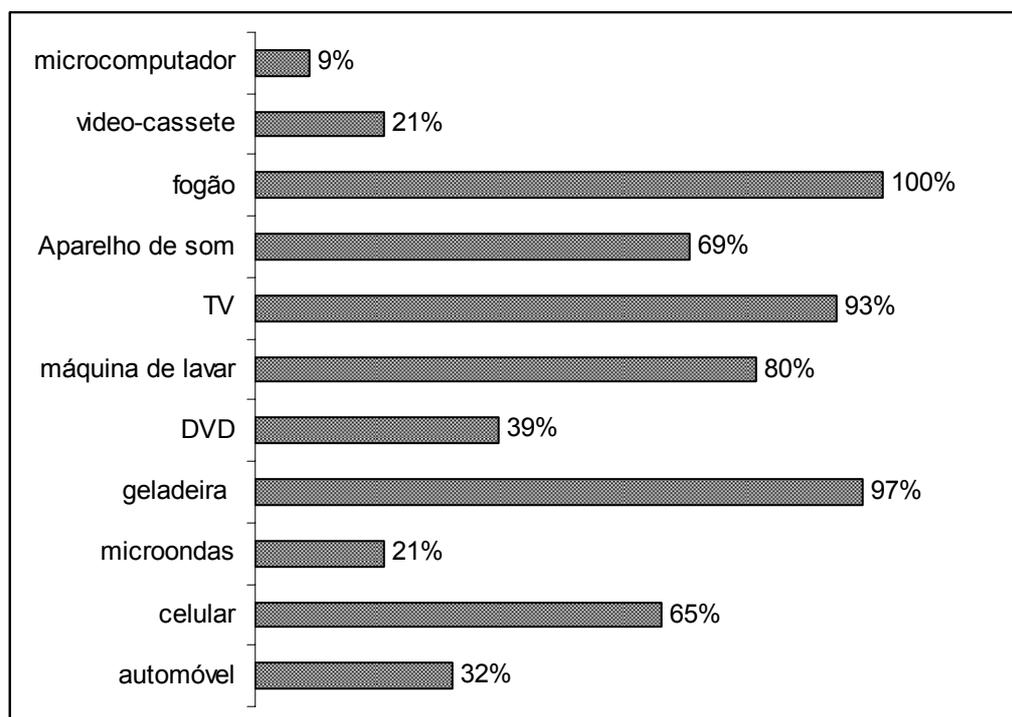


Gráfico 13

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

O meio de transporte mais utilizado durante a semana pelos moradores é o transporte coletivo urbano (ônibus), sendo este responsável por 83% da locomoção destes moradores (Gráfico 14), principalmente para chegar ao local de trabalho e também na busca de trabalho, segundo relato de um dos entrevistados:

“... utilizo o busão para ir quase toda a semana no SINE em busca de trabalho já estou há semanas tentando um trampo... (sic)”

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO SEMANALMENTE

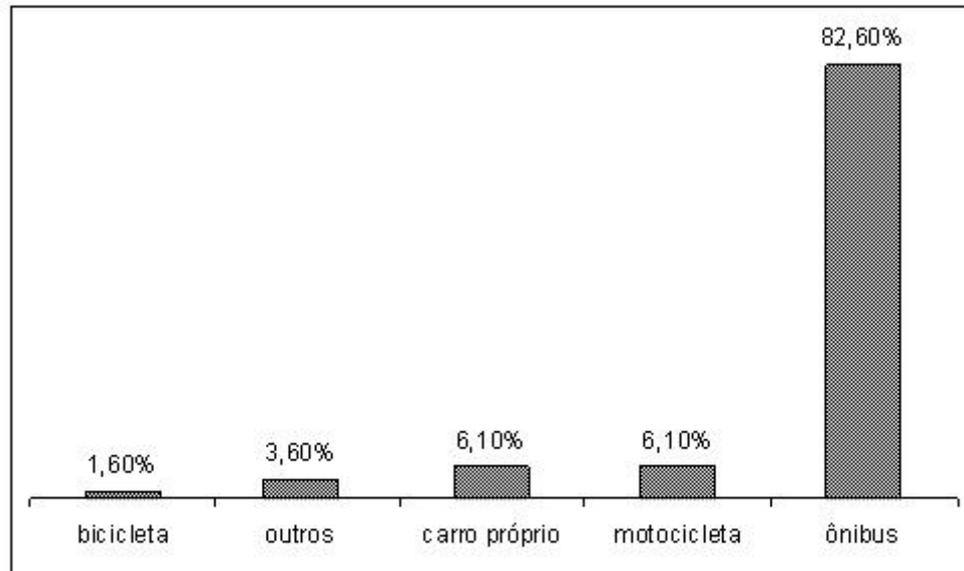


Gráfico 14

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Das pessoas que possuem algum tipo de veículo, 70,5% utilizam o ônibus como meio de transporte mais utilizado na semana e relataram que utilizam o automóvel para ir à igreja, passear com a família nos fins de semana e no caso de emergência médica. (Gráfico 15)

A questão do transporte em Londrina é preocupante, visto que é uma cidade onde há um centro principal, que converge a população de todos os bairros em busca de diversos serviços e atendimento. Ribeiro (2004) analisando as questões relativas a um centro único, esclarece:

Estava, então, consolidada a Cidade de Londrina e, conseqüentemente, seu Centro Principal, mantiveram-se as relações de poder e domínio econômico dessa área até os anos de 1980, devido ao tamanho da cidade, do insuficiente desenvolvimento dos meios de transportes, da baixa diversificação dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e, principalmente, pela concentração dos estabelecimentos comerciais, quase exclusivamente, no Centro Principal. Expressava-se, assim, uma centralidade única, sendo esse o lugar por onde passavam praticamente todos os moradores da cidade, e ao qual todos possuíam, praticamente, o mesmo acesso. (RIBEIRO, 2004, p. 37).

MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO SEMANALMENTE PELAS PESSOAS QUE POSSUEM ALGUM TIPO DE VEÍCULO

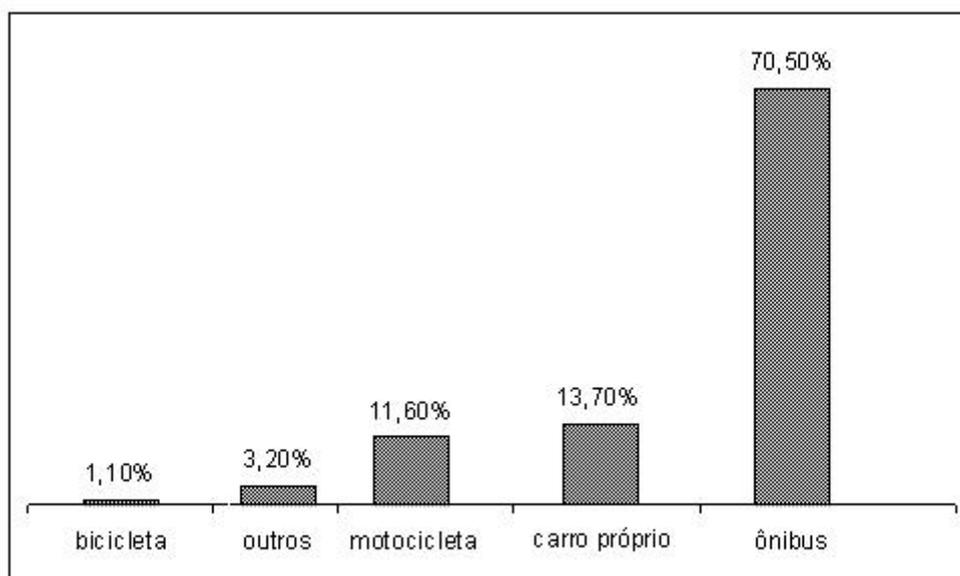


Gráfico 15

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

A população deste bairro apontou duas necessidades importantes para a região: segurança e farmácia, ou seja, 74% dos moradores reclamaram da falta de segurança, principalmente no período noturno. Quanto à farmácia, o bairro não possui e quando algum morador necessita de medicamentos que não encontra na Unidade Básica de Saúde Maracanã (bairro vizinho) tem que se locomover em torno de oito quilômetros (8 km) para encontrar uma farmácia. (Gráfico 16). Observe o relato de alguns dos entrevistados:

“... o pessoal não abre farmácia pois tem medo de serem assaltados pela falta de segurança ... (sic)”

“... quando precisamos temos que ir até a cidade ou até o Novo Bandeirantes ... (sic)”

“... eles num faz entrega aqui pois tem medo de ser assaltado também... (sic)”

PROBLEMAS NO BAIRRO APONTADOS PELA POPULAÇÃO

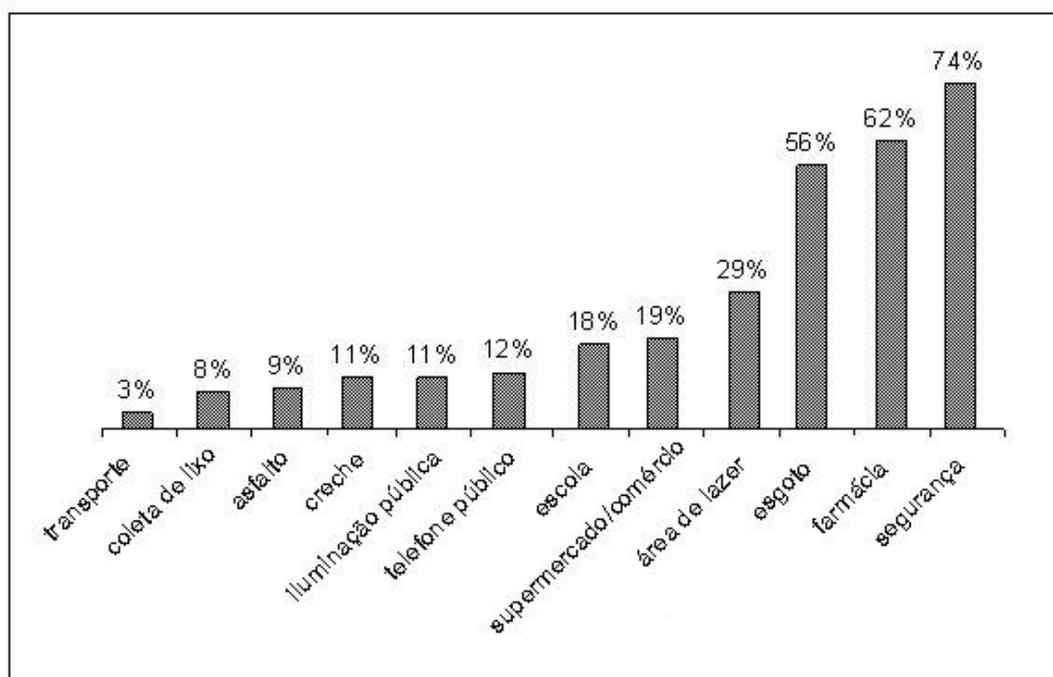


Gráfico 16

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

A deficiência no setor da saúde é evidente neste bairro. 80,5% da população deste bairro busca atendimento médico com maior freqüência na UBS do Jardim Maracanã (bairro vizinho), pois no bairro não existe nenhuma farmácia e poucos moradores, quando necessitam, tem condições de se locomover a outros locais em busca de auxílio médico e de medicamentos. (Foto 25 e Gráfico 27).

LOCAIS DE ATENDIMENTO MÉDICO

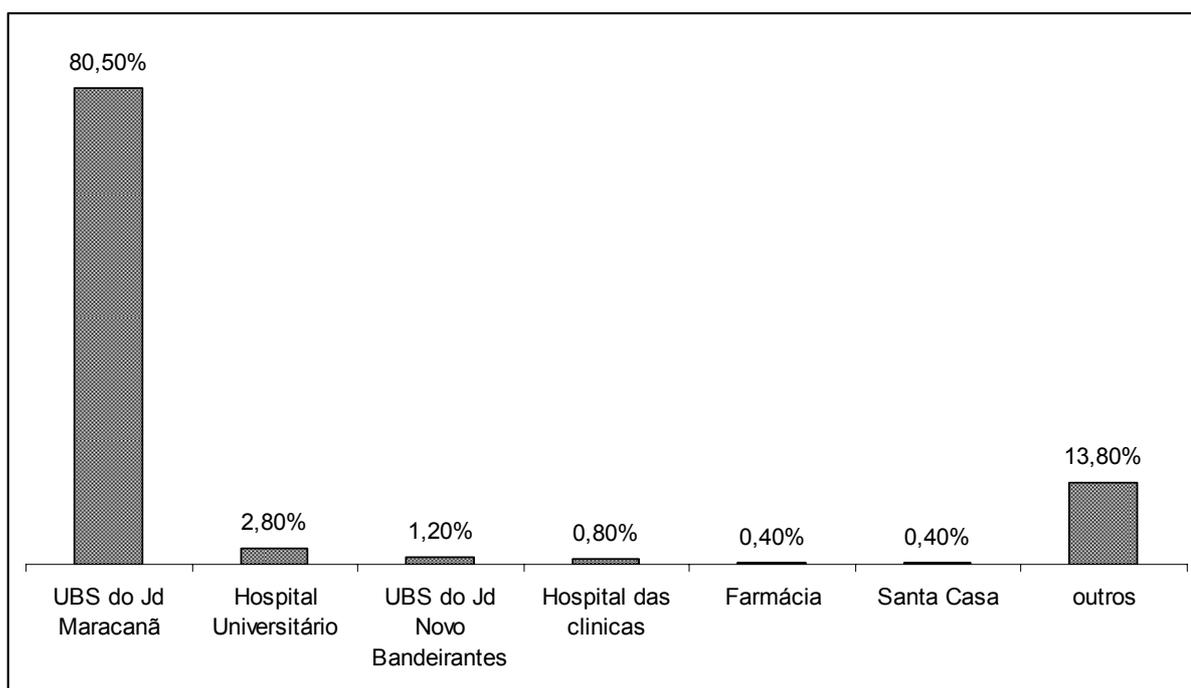


Gráfico 17

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006



Foto 25: Unidade Básica de Saúde Jardim Maracanã
Autora: Cristina Vivian Gavioli, Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Dos moradores do Jardim Olímpico, 74% realizam suas compras no próprio bairro ou em bairros vizinhos. (Gráfico 18). Os entrevistados reclamaram dos valores abusivos que os mercados ou mercearias do bairro impõem, pela dificuldade e o custo de locomoção a outros estabelecimentos comerciais, como farmácia, bancos e outros. Outro fato importante citado pelos entrevistados refere-se a questão do comércio local realizar a prática do “fiado”, isto é, marcam em cadernetas toda a mercadoria que a pessoa adquire no momento para efetuar o pagamento posterior.

LOCAL ONDE OS MORADORES REALIZAM AS SUAS COMPRAS

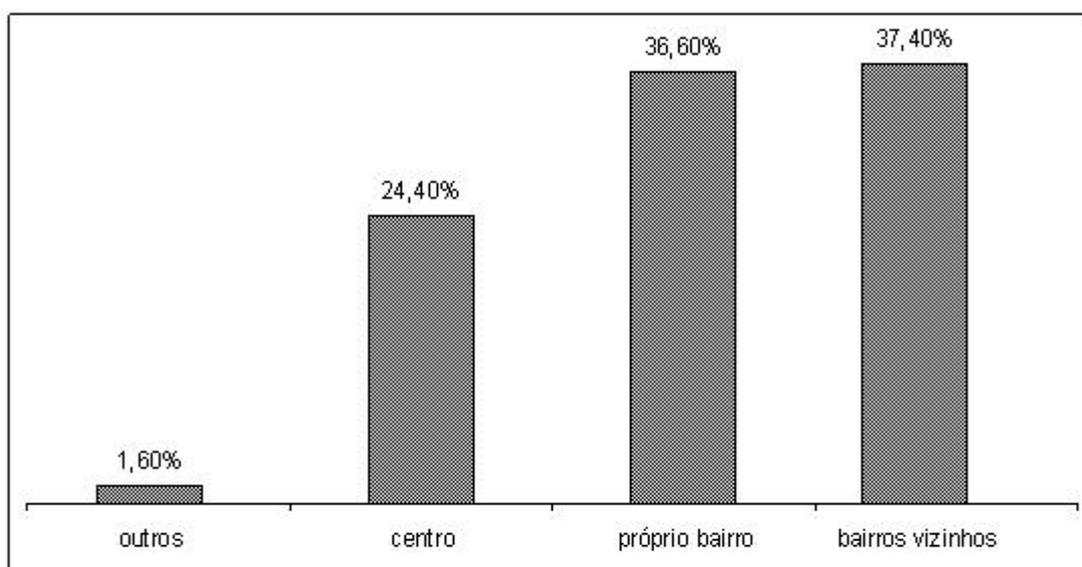


Gráfico 18

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/Pr/ 2006

Pode-se destacar os seguintes comércios no Jardim Olímpico: três mercados, uma oficina mecânica, uma panificadora e um salão de beleza. São estabelecimentos que foram instalados nos últimos dez anos e que atendem a população local. (Fotos: 7, 26 a 30)



Fotos 26 - Comércio: Mercado Maratona
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Fotos 27 - Comércio: Supermercado Suelen
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Fotos 28 - Prestação de serviços
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Fotos 29 - Comércio: Mercado Pantanal
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Fotos 30 - Comércio
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus



Fotos 31 - Prestação de serviços: Oficina mecânica
 Autora: Cristina Vívian Gavioli de Jesus

Fotos de 26 a 31 - Comércio e prestação de serviços do Jardim Olímpico - Londrina/PR - 2008

Nesta pesquisa foi comprovado que a relação dos moradores com parentes familiares também teve peso na decisão da escolha do local de moradia. No caso do Jardim Olímpico constatou-se que 75% dos moradores já possuíam parentes na região (Gráfico 19), fato que pode ser compreendido através da seguinte citação:

(...) o fato de que as redes de parentes e amigos estabelecidas nas localidades de origem atuam como requisitos, entre migrantes, para a fixação na cidade, facilitando a busca de moradia e de ocupações para os que chegam, com base em compromissos morais sedimentados pela proximidade dos laços afetivos. (...) E mais, para os migrantes, a vida na cidade acaba por resultar em intensificação dos laços de parentesco (...). (COSTA, 2001, p.25)

MORADORES QUE POSSUEM PARENTES NA REGIÃO

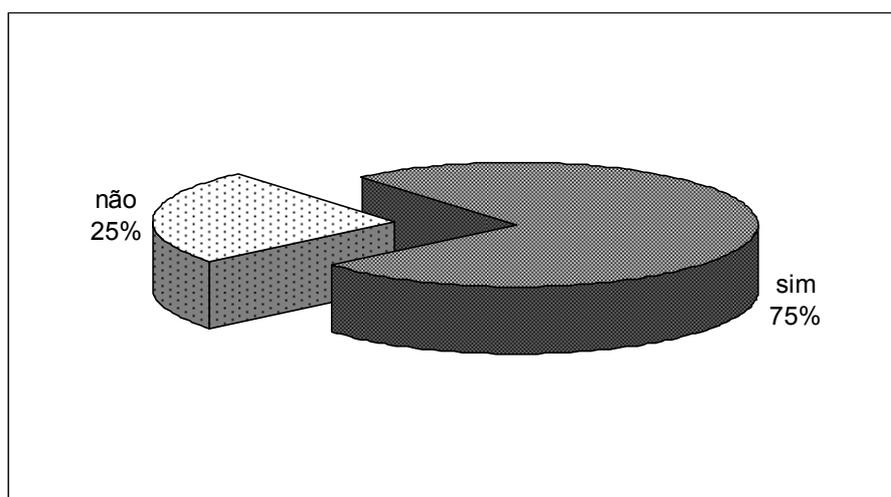


Gráfico 19

Fonte: Pesquisa “in loco”. Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Os familiares que moravam em bairros próximos ao Jardim Olímpico influenciaram na aquisição do bem. 67% dos moradores residentes neste bairro, antes de adquirirem suas casas, tiveram informações do local através de familiares que moravam em bairros vizinhos. (Gráfico 20)

INFORMAÇÕES SOBRE A LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO ANTES DA ESCOLHA COMO MORADIA

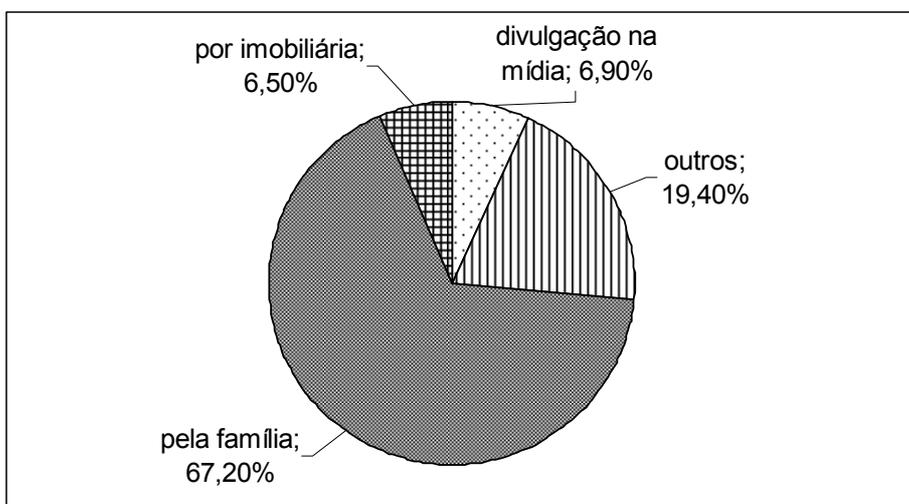


Gráfico 20

Fonte: Pesquisa "in loco". Jardim Olímpico – Londrina/PR/ 2006

Um dos principais motivos para a escolha deste bairro para moradia foi o valor e as condições de pagamento para adquirir o terreno, ou seja, 47,4% dos moradores escolheram fixar residência nesse local pelo valor acessível dos terrenos.

Apesar de 67% da população ter sido informada inicialmente por familiares que moravam em bairros vizinhos, apenas 21,1% adquiriram o terreno neste local para morarem próximos a seus familiares. Já na aquisição por meio de loteamento particular, ou seja, a divulgação do local através de mídias, representou em 8,1% dos residentes atualmente no bairro.

Em suma, a população deste bairro é constituída, na sua maioria, por pessoas adultas, casadas, que vieram de cidades circunvizinhas e de outros bairros de Londrina, devido as informações de parentes e pelo preço acessível na expectativa de conseguir melhores condições de vida e da casa própria, pois eram pessoas que trabalhavam na lavoura (zona rural). Essas pessoas, atualmente, trabalham na informalidade, pois lhes faltam a qualificação para o mercado de trabalho, já que a maioria tem apenas o Ensino Fundamental incompleto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos migratórios correspondem às transformações econômico-sociais e culminam em expectativas e concretizadas de condições favoráveis ao desenvolvimento de uma população. São frutos de políticas adotadas de acordo com o desenvolvimento econômico, histórico, político e social.

Os estudos migratórios permitem uma maior compreensão da realidade social a que está sujeita a população, pois as desigualdades e as semelhanças são expressas nesses estudos, que podem seguir distintas linhas teóricas, conforme a abordagem que o pesquisador escolhe para desenvolver sua pesquisa, (suas metodologias) e o recorte têmporo-espacial analisado.

Verificou-se que a ocupação e a colonização paranaense foram decorrentes de intensos fluxos migratórios, sejam internos ou externos, estabelecidos em iniciativas privadas e públicas, em diferentes períodos históricos.

Fez-se necessário compreender o estado paranaense de uma forma ampla, no que diz respeito às correntes migratórias que povoaram o estado, ou seja, o Paraná Antigo, o Norte, o Oeste e o Sudoeste que receberam (respectivamente,) distintos grupos populacionais.

O Paraná Antigo, a primeira região a ser ocupada e colonizada, recebeu imigrantes de diferentes nacionalidades, constituídos por alemães, poloneses, italianos, ucranianos, russos, que construíram em território brasileiro seus novos locais de moradia, no entanto, conservando a cultura e a história de suas áreas de origem.

O Oeste e o Sudoeste paranaense, receberam fluxos populacionais internos, isto é os gaúchos e os catarinenses ocuparam e colonizaram essas porções do estado. Esses migrantes eram filhos de imigrantes que ocuparam o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujas propriedades já não eram suficientes para atender as necessidades dessas famílias, e então, foi obrigando-se a realizar

deslocamentos para a ocupação de uma nova área. Tal área foi palco de vários conflitos pela propriedade da terra. Foi dada preferência para que essa população sulina ocupasse essa região do estado, Tendo sido argumentos, como a temperatura mais amena nessas localidades, além da propaganda pessoal direta direcionada a grupos de famílias. A propaganda dessa área não foi veiculada na imprensa da época, pois os promotores imobiliários, os vendedores que atendiam as duas regiões foram encarregados de anunciar e divulgar para os catarinenses e gaúchos as terras do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

O Norte do estado foi colonizado e povoado, principalmente, pela ação de companhias privadas, e, recebeu grande fluxo interno de migrantes, constituída de paulistas e pelos mineiros. A Companhia de Terras Norte do Paraná, foi a maior responsável pela colonização das terras do norte paranaense, que acarretou na criação de núcleos populacionais, que atualmente são centros populacionais e econômicos na região em que se localizam. Londrina e Maringá são exemplos de municípios que tiveram nas ações da Companhia de Terras Norte do Paraná suas origens.

Os paulistas incentivados pela expansão da cultura cafeeira para o estado do Paraná dirigiram-se ao norte desta localidade, pois as condições de sustentabilidade no estado paulista não eram mais aprazíveis para o seu desenvolvimento cafeeiro; condições estas que envolviam a qualidade do solo para o plantio e as políticas adotadas pelo governo federal referente ao plantio dessa cultura em estados brasileiros onde a produção do café se destacava em produção. A ligação do Norte do Paraná com São Paulo, através de ferrovia, aumentou e incentivou ainda mais os laços econômicos e culturais dessa região do Paraná com São Paulo, aumentaram os deslocamentos populacionais de paulistas em direção ao Paraná.

Após a apresentação do contexto histórico de ocupação e colonização do Paraná, destaca-se Londrina no norte paranaense, como fruto de colonização privada, que após as décadas de 1930 e 1940 recebeu migrantes de todas as regiões do Brasil, atraídos pelo sucesso que a cafeicultura alcançou nesta

localidade. Aos poucos Londrina se torna um centro comercial de influência em toda a região norte do estado e até em municípios paulistas.

Afunilando-se a análise, destacou-se a dinâmica da configuração do espaço urbano de Londrina tendo como eixo norteador as migrações estudando-se especificamente o Jardim Olímpico. Considerou-se as migrações como um fato social, decorrente das condições apresentadas pela sociedade como um todo e não apenas resultante dos desejos e necessidades individuais. Daí a ênfase que foi dada ao contexto estadual e regional em diferentes momentos históricos.

O Jardim Olímpico é um bairro de Londrina que foi constituído por famílias de diversas procedências, sendo 75% do próprio estado paranaense, isto se consideramos que 28% se deslocaram no próprio município de Londrina. Tratou-se de deslocamentos regionais, em que Londrina representava para os migrantes um centro econômico e social propício para a fixação de moradia.

A área objeto de pesquisa empírica, trata-se de um bairro que teve seu loteamento realizado por uma empresa privada no final da década de 1970, no auge das construções habitacionais no município. Os valores e as condições de pagamento foram o principal motivo da escolha por tal localidade para moradia.

Já na década de 1980 o bairro começa a ser ocupado, ainda sem asfalto, esgoto, sistema de transporte coletivo que não atendia o bairro em específico, pois era preciso caminhar até o bairro vizinho, Conjunto Habitacional Avelino A. Vieira. As primeiras habitações foram construídas pela empresa Construtora Arrabal, dos mesmos donos da empresa loteadora, Arrabal Empreendimentos Agropecuários e Loteamento S/C LTDA, que fez um convênio com o Sistema Financeiro de Habitação. As demais casas foram sendo construídas aos poucos pelos moradores, o que explica a diversidade no tipo de construção, na forma e no acabamento, das habitações do bairro.

De forma mais ampla pode-se concluir que o nível de escolaridade do bairro é baixo, 45% de sua população não concluiu o ensino fundamental, o que acarreta na dificuldade que essas pessoas têm em conseguir um bom emprego; não

possuem qualificação que o mercado exige na atualidade e muitas dessas pessoas vêm no mercado informal a única forma de sobrevivência.

É um bairro heterogêneo, podendo-se averiguar que há domicílios onde a família conta com veículos novos, equipamentos eletrônicos modernos, mas há domicílios onde a família vive em apenas três ou quatro cômodos, e a única renda familiar é a bolsa família ou a aposentadoria dos pais ou avós. Essa diversidade é uma característica de um sistema econômico que organiza o espaço geográfico para que apenas uma parcela da sociedade possa obter melhores condições de consumo e produção.

Os deslocamentos populacionais foram os responsáveis pela formação do Jardim Olímpico e a formação desse bairro pode ser constatada analisando a origem dos moradores, suas trajetórias de vida, sendo que os principais motivos que desencadearam a vinda dessas pessoas ao bairro, foram questões referentes aos preços dos loteamentos e as condições de pagamento.

Pode-se concluir que a formação do espaço urbano está estritamente relacionada aos deslocamentos populacionais, principalmente de bairros periféricos com carências no setor de transporte, educação, saúde e segurança. O Jardim Olímpico teve suas origens no final da década de 1970, o que o diferencia de bairros vizinhos, como o Jardim Colúmbia, Jardim Maracanã, Conjunto Habitacional João Turquino e Campos Verdes (bairro que pertence ao município de Cambé), que tiveram suas origens duas décadas após, em 1990. Mesmo assim o Jardim Olímpico apresenta problemas semelhantes, como a questão educacional (falta de escolas), e a ausência de unidade de saúde no bairro para atender a população.

Trata-se de um bairro periférico, que assim como muitos bairros de cidades brasileiras, capitalistas, é carente de melhor atendimento por parte do setor público, no que diz respeito à saúde, educação e segurança e que tem em sua população a única forma de expor as necessidades fazer as reivindicações que

levem a uma melhor condição de sobrevivência, para o qual necessita de uma organização coletiva, para exercer a cidadania.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Marcos. *Estrutura da População Brasileira – Tópicos e Realce para São Paulo e o Paraná*. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião*. 1ª Edição. Rio de Janeiro – RJ, Editora FGV, 2002.

ALVES, Claudia Lima Esteves. *Dinâmica Espacial de Produção e Reprodução do Capital e da Força de Trabalho em Londrina – Os Conjuntos Habitacionais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo* (coord. Neide Lopes Patarra. São Paulo: 2 ed., FNUAP, 1995

BATTISTI, Elir. As Disputas pela Terra no Sudoeste Do Paraná: Os Conflitos fundiários dos Anos 50 e 80 do Século XX. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BASTOS, Nelma S. Marinho de. A moradia possível: A trajetória das políticas habitacionais no Brasil. *Sociedade Territorial*, Natal, n.2, p. 81-106, jul./dez. 2001.

BARTHELMESS, Artur. Ocupação e Organização do Paraná Velho. *Boletim Paranaense de Geografia*, nº 6/7, Curitiba, 1962.

BERNARDES, Lysia Maria C.. Crescimento da População do Estado do Paraná. In: CARVALHO, Márcia S. de. FRESCA, Tânia Maria (org). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Edições Humanidades, Londrina, 2007.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. Estação Liberdade, São Paulo, 4ª Edição, 2005.

BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do Capitalismo. In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. Neide Lopes Patarra (coord.). São Paulo: 2ª edição. FNUAP, 1995

BUARQUE, Cristovam. Famílias da bolsa. *Jornal O Globo*, 29/10/2005. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/social/materia.asp?id=347>. Acesso em: 01/02/2008

CAMARA, M.T.G. Migrações internas: evolução teórica e algumas evidências empíricas para o caso brasileiro. *Revista Semina*, Londrina, 9(2):101-110, 1988.

CARDOSO, Jayme Antonio. WESTPHALEN, Cecília. Atlas histórico do Paraná. Curitiba, Indústria Gráfica Projeto, 1981.

CESARIO, Ana Cleide. A Ocupação do Norte. In: PAZ, Francisco (org.). *Cenários de Economia e Política – Paraná*. Editora Prefhacio, Curitiba, 1991.

CLEPS JÚNIOR, João Cleps. PAULA, Andréa M. N. Rocha de. *As Migrações Campo-Cidade: os diferentes enfoques interpretativos*. In: III Simpósio Nacional De Geografia Agrária – II Simpósio Internacional De Geografia Agrária – Jornada Ariovaldo Umbelino De Oliveira, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <www2.prudente.unesp.br/agraria/trabalhos/artigos > Acesso em: 21 de maio de 2007.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. Editora Ave Maria Ltda, São Paulo, 2ª Edição, 1975.

COSTA, Daniele Regina Ferreira da. FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. Paraná: Geopolítica Imigrantista e a Formação Territorial. *Geografia*, Londrina, v.8, n.2, p.143, jul/dez 1999.

COSTA, Maria Cristina Silva. Nós das Redes. *Revista Travessia*, USP, São Paulo, Maio-Agosto, 2001

CUNHA, Fábio César Alves da. *Crescimento Urbano e Poluição Hídrica na Zona Norte de Londrina – PR*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP, Presidente Prudente, 1996.

DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1996

FARIA, Gislaine Garcia de. *As Transformações Históricas e a Dinâmica Atual da Paisagem na Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Cambé – Londrina-PR*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Curso de Pós-graduação em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2001

FERREIRA, Maria Eunice Garcia. *O ambiente e a saúde no assentamento urbano – Jardim União da Vitória – Londrina, PR*. Dissertação apresentada a Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2000.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização Tecnológica da Agricultura – Contrastes Regionais e Diferenciação Social no Paraná da década de 70*. Livraria Chain, CONCITEC:IPARDES, Curitiba, 1988.

FRESCA, Tania Maria. *Crise Urbana e serviços públicos: a proposta de Ignácio Rangel*. 1º Encontro Sul Brasileiro de Geografia. *Anais...* Curitiba, 2003.

FRESCA, Tânia Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. *Geografia, Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina*, v. 11, nº 02, Londrina, jul/dez 2002.

GAUDEMAR, Jean-Paul. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Lisboa, Editora Estampa, 1977.

GOOGLE Earth. Acesso em: 15/09/2007

IANNI, Octavio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População brasileira – 2007. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Sócio-econômica*, nº 21, Rio de Janeiro, 2007.

IPARDES, 2007. http://www.ipardes.gov.br/imp/gera_mapa.php. Acesso em: 12/01/2008

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças Estruturais na Agropecuária e Mobilidade da População Rural no Norte do Paraná (Brasil). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 53 (2): 79-94, abr./jun. 1991.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, vol.8 (supl). São Paulo, Junho / 1974. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php>
Acesso em: 15 /01/ 2008

LICCARDO, Antonio. SOBANSKI, Arnoldo. CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na História da Mineração no Brasil do Século XVII. *Boletim Paranaense de Geociências*, Curitiba, Editora UFPR, nº. 54, p. 41-49, 2004.

MAGALHÃES, Marisa Valle. KLEINKE, Maria de Lourdes Urban (a). Projeção da População do Paraná: tendências e desafios. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 98, p. 27-43, jan./jun. 2000. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/98/marisa_mainha.pdf.

Acesso em: 12 de fevereiro de 2007.

MAGALHÃES, Marisa Valle. KLEINKE, Maria de Lourdes Urban (b). DESCHAMPS, Marley V.. MOURA, Rosa. Análise demográfica da Região Sul. In: PACHECO, Carlos Américo. PATARRA, Neide (orgs). *Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil*. UNICAMP, Campinas (SP), 2000.

MARICATO, Ermínia – *Habitação e Cidade*. Atual Editora, São Paulo, 1997

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado - Metrôpoles Brasileiras. *São Paulo Perspec.* vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2000.
Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 27 de novembro de 2007.

MENEZES, M. L. P. Tendências Atuais das Migrações no Brasil. In: II Seminário Internacional Geocrítica, 2000, Barcelona., 2000. Disponível em:< www.ub.es/geocritica>. Acesso em: 30 de maio de 2007.

MONDARDO. Marcos Leandro. Uma Caracterização Geral do Processo de Urbanização Do Sudoeste Do Paraná – Brasil. *Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98, Vol. XI, núm. 239, 15 de mayo de 2006

MORAES, Antonio Carlos Robert. COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica: A valorização do espaço*. São Paulo, Editora Hucitec, 1984.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. *Um Ensaio Sobre as Causas e Característica da Migração*. UFMG/ CEDEPLAR/ Demografia – Avaliação de CDD (Componentes da Dinâmica Demográfica), Belo Horizonte, 2002

NASCIMENTO, Milton. BRANT, Fernando. Encontros e Despedidas. Interpréte: Maria Rita. Maria Rita, *Warner Music*, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Agricultura Brasileira. Transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. 4ª Ed., São Paulo: Editora da USP, 2001.

OLIVEIRA, Xavier de. O problema imigratório na América Latina. O sentido político-militar da colonização japonesa nos países do novo mundo. Rio de Janeiro, 2ª edição, editor A. Coelho Branco Filho, 1942.

PACHECO, Carlos Américo. PATARRA, Neide. Movimentos Migratórios anos 80: Novos padrões? In: PATARRA, Neide. BAENINGER, Rosana. BÓGUS, Lúcia. JANUZZI, Paulo. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Economia – IE, 1997.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Editora Hucitec, 1981

PATARRA, Neide. *Tendências e Modalidades Recentes das Migrações Internas e Distribuição Populacional no Brasil: um olhar para o Nordeste*. Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste, Recife, 2004.

PEREIRA, Margareth da Silva. As palavras e a cidade: o vocabulário da segregação em São Paulo (1890-1930). *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, nº 42, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. Perfil de Londrina – 2005/2006.

Disponível em:

http://home.londrina.pr.gov.br/planejamento/perfil/perfil_2005_2006.pdf . Acesso em: 04/04/2007

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações Internas e Mobilidade do Trabalho no Brasil Atual. Novos Desafios para a Análise. *Experimental*, São Paulo, nº 2, março, 1997

PÓVOA-NETO, Helio. FERREIRA, Ademir Pacelli. (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro, REVAN, 2005.

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. *Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 24, nº 45, jan/jul 2004.

RIBEIRO, W. da S. A Formação do Centro Principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. *Geografia*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 20-46, 2004.

REIS, Eustáquio. *Uma interpretação da história econômica do Brasil*. IPEA-RJ, 2001.

Disponível em: <http://www.nemesis.org.br/artigos/projeto1.pdf>

Acesso em: 15/01/2008

RUA, João. Repensando a Geografia da População. *Revista do Departamento de Geografia*. UERJ, nº 1, jan. 1997

RUA, João. As Migrações Internas e a Redistribuição da Força de Trabalho no Brasil. In: RUA, João. WASZKIAVICUS, Fernando Antonio. TANURRI, Maria R. Petrus. PÓVOA NETO, Helion (orgs). *Para Ensinar Geografia*. Access, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. Editora Nobel, São Paulo, 1998

SBICCA, Adriana. PELAEZ, Victor. Do Individualismo Metodológico à Racionalidade Coletiva. Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/publica/textos>. Acesso em: 02/01/2008

SEYFERTH, Giralda. *Migrações do passado e do presente: uma análise cruzando gênero, etnicidade e preconceitos*. PPGAS – Depto. de Antropologia, Museu Nacional- UFRJ - Imigração e Etnicidade: a mulher imigrante e a simbólica da identidade de grupo.

Disponível

em<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/G/Giralda_Seyferth_55.pdf>

Acesso em: 15 de abril de 2007.

SILVA, Nilza Nunes. *Amostragem Probabilística*. São Paulo, Editora: Edusp – USP, 2001

SINGER, Paul. Migrações internas; considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Contexto 14 ed., 1998.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de Siqueira. *Política urbana e distribuição da população: o caso da região de Campinas*. 2006. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_416.pdf.

Acesso em: 10/10/2007.

SOGAME, Mauricio. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. *Geografares*, Vitória, nº 2, jun. 2001.

STECA, Lucinéia Cunha. FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná – Do século XVI à década de 1950*. Londrina, Eduel, 2002

STIER, Kumagae Kasukuo. Jataizinho no Norte do Paraná: o processo de ocupação do espaço. In: *Dimensões do Espaço Paranaense*. Londrina, Eduel, 2002.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital industrial. *Geografia*, Londrina, v.9, nº 2, jul./dez. 2000.

VAINER, Carlos B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Revista Travessia*, USP, São Paulo, Janeiro-Abril, 2000.

VAINER, Carlos B. Reflexões Sobre o Poder de Mobilizar e Imobilizar na Contemporaneidade. In: PÓVOA-NETO, Helion. FERREIRA, Ademir Pacelli. (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro, REVAN, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba, Editar, 2ª Edição, 1972

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 9ª edição, 2001

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, *Sudoeste: Ocupação e Colonização*. Curitiba, Litero-Técnica, 1985

WESTPHALEN, Cecília Maria. MACHADO, Brasil Pineiro. BALHANA, Altiva Pilatti. Ocupação do Paraná. *Centro de Estudos Migratórios, Cadernos de Migração*, v. 3, Curitiba, 1988.

ZAAR, Miriam H. . A Migração Rural no Oeste Paranaense / Brasil: A Trajetória dos "Brasiguaios" .Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (88), 1 de agosto de 2001

ANEXO

ANEXO 01

1 – Questionário aplicado na população da pesquisa

Universidade Estadual de Londrina – Centro de Ciências Exatas – Departamento de Geociências – Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Local: Jardim Olímpico / Londrina / PR

Professora Orientadora: Alice Asari

Aluna: Cristina Vivian Gavioli de Jesus

1 – Nome do entrevistado:

2 – Gênero: () Masculino () Feminino

3 – Quantidade de adultos no domicílio: _____ crianças: _____ total: _____

4 – Idade: _____

5 – Estado Civil: () solteiro () casado () viúvo (a) () divorciado () outros

6 - Escolaridade: () analfabeto () 1º grau completo () 1º grau incompleto () 2º grau completo () 2º grau incompleto () 3º grau completo () 3º grau incompleto

7 – Profissão: _____

Registrado: () sim () não

Local: _____

8 – Renda familiar:

() até R\$ 437,00 () R\$ 437,00 a R\$ 800,00 () acima de R\$ 800,00

9 – A casa é:

() própria quitada () própria financiamento () Alugada () Cedida

10 - Tipo de casa:

() Alvenaria () Madeira () Mista () Outros _____

11 – Número de cômodos na casa: _____

12 – Número de cômodos na casa: _____

13 – Bens que possui:

() automóvel () geladeira () televisão () fogão () vídeo () celular
() DVD () Computador () Aparelho de som () Microondas () Máquina de lavar

14 – Qual é o meio de transporte que mais utiliza na semana:

() ônibus () carro próprio () motocicleta () bicicleta () Outros: _____

15 – Onde procura atendimento médico:

- UBS Jd. Avelino Vieira
- UBS Jd. Olímpico
- UBS Jd. Novo Bandeirantes (Cambe)
- Hospital Universitário
- Convênios
- Particulares
- Farmácia
- Outros _____

16 – Principais problemas do bairro:

- Escola Asfalto Iluminação Pública Segurança
- Área de lazer Transporte Telefone Público Esgoto
- Coleta de lixo Creche Supermercado / comércio Farmácia
- Outros

17 – Onde realiza suas compras com maior frequência:

- No próprio bairro Bairros vizinhos Região central da cidade
- Outros _____

18 – Trajetória de vida do entrevistado:

Local (desde o nascimento)	Anos de moradia	Zona Rural	Zona Urbana	Atividades exercidas	Motivos das mudanças

19 – Como ficou sabendo dessa localidade?

20 – Quais os motivos da escola deste bairro para moradia?

21 – Possuía parentes ou conhecidos nessa região? Comente:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)